



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME I

Organizadores:
Magnay Erick Cavalcante Soares
Hercilio de Medeiros Sousa
Ivanildo Félix da Silva Júnior

ISBN: 978-65-5825-123-1

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Volume I

**Magnay Erick Cavalcante Soares
Hercilio de Medeiros Sousa
Ivanildo Félix da Silva Júnior
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2022



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright©2022 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Designer Gráfico:

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D441 Desafios da educação no século XXI: diálogos interdisciplinares /
Organizadores, Magnay Erick Cavalcante Soares, Hercílio de
Medeiros Sousa, Ivanildo Félix da Silva Júnior. - Cabedelo, PB
: Editora UNIESP, 2022.

185 p.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-123-1

1. Educação. 2. Metodologias ativas. 3. Ensino-Aprendizagem.
4. Educação - Interdisciplinaridade. I. Título. II. Soares, Magnay
Erick Cavalcante. III. Sousa, Hercílio de Medeiros. IV. Silva Júnior,
Ivonildo Félix da.

CDU : 37

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM - Maria Suely David de Sousa Silva – UNIESP	06
REALIDADE AUMENTADA: O USO DO SMARTPHONE NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA - Alana Albuquerque de Araújo – UNIESP E Klenia Spinelli Bernardino – UNIESP	30
AS NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO VOLTADAS À EDUCAÇÃO: A VIDEOCONFERÊNCIA COMO AMBIENTE DE MEDIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM - Nádia Kelly de Souza Lima – UNIESP	54
LITERATURA MIDIÁTICA: RESSIGNIFICAÇÃO LITERÁRIA E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE - Lucia Maria da Silva Monteiro e Ivanildo Félix da Silva Júnior – UNIESP	74
O LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: JOGOS E/OU BRINCADEIRAS? - Elaine Ferreira de Souza – UNIESP; Erika Anulino Alves – UNIESP e Valdicleide Lourenço da Silva Soares – UNIESP	95
EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS ATRAVÉS DO LÚDICO - Karina Antônia Melo da Silva – UNIESP	117
A IMPORTÂNCIA DA APROXIMAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS NA ESCOLA, NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL I - Ana Karla Vicente – UNIESP; Maria Celeste Vital – UNIESP e Solange de Brito Patrício – UNIESP	139
AUTISMO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) - Maria Cristina Leandro da Cruz e Ivanildo Félix da Silva Júnior – UNIESP	162

APRESENTAÇÃO

A globalização é uma realidade que aprofundou internacionalmente a integração de economias, políticas e culturas nos últimos 40 anos. Nessa condição de Aldeia Global em que vivemos, um dos aspectos sociais que mais sofreu mudanças estruturais, sem sombra de dúvidas, foi o processo de Educação Formal, especialmente a partir da ampliação do acesso a internet e da livre circulação de dados.

E nesse novo contexto, a educação ressurgiu "[...] como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social [...]" (DELORS et.al., 1996). A vocação para a pesquisa dos centros universitários cumpre hoje papel fundamental na observação e reflexão acerca dos fenômenos sociais que implicam em necessárias transformações nos modos de pensar, planejar e fazer a educação escolar, não mais pensada em termos de um período da vida humana, mas agora para toda a vida.

As exigências dos novos tempos de uma educação pluridimensional que potencialize a construção de novos conhecimentos a partir do aproveitamento máximo das sinergias educativas foi a motivação de egressos do curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIESP que resultaram no conjunto dessa obra dividida em duas partes. No livro I, estão reunidos os resultados de pesquisa que demonstram a preocupação desses(a) jovens pesquisadores(a) desde reflexão a respeito da importância da participação ativa das famílias enquanto parceiras da escola no processo de formação das crianças, perpassando por questões relativas à necessidade de uma educação mais alinhada ao Século XXI, tratando questões importantes, tais como: metodologias ativas enquanto recurso para motivação e engajamento nos processos de ensino-aprendizagem; a educação inclusiva frente à formação de crianças autistas no ensino regular etc.

No livro II, estão reunidos os resultados de pesquisa voltados a reflexão a partir de um olhar um pouco mais detido acerca dos desafios enfrentados pela educação infantil no recente período de dois anos de suspensão das aulas presenciais em função da pandemia do COVID-19, observando, por exemplo, os desafios enfrentados pelos(a) docentes em contexto de ensino remoto, que resultaram em transformações digitais das práticas educacionais e os impactos das dificuldades enfrentadas na saúde mental dos profissionais de educação, bem como sobre questões sensíveis à educação, como a prática do bullying e cyberbullying.

O Centro Universitário UNIESP assume como missão, desde a sua fundação pelos seus idealizadores, a formação ampla e de qualidade, perpassando, portanto, as dimensões do ensino, pesquisa e extensão. E, portanto, com imenso prazer que, através da Editora UNIESP, a instituição dá visibilidade aos resultados das pesquisas realizadas pelos seus discentes, reunindo e disponibilizando a sociedade ampla, vasta e riquíssima material bibliográfica para futuras pesquisas.

Os organizadores

METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Maria Suely David de Sousa Silva – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, novos avanços têm surgido na área da educação, em destaque as novas tecnologias que vem sendo uma tendência cada vez mais evidente e que tem influenciado de forma positiva no processo de ensino aprendizagem.

A tecnologia tem ampliado a forma de ensinar e de aprender, uma vez que crianças e jovens passam a maior parte do tempo conectados à internet, enquanto os professores e toda a equipe escolar se preparam ativamente para o novo, deixando de lado aquela forma antiga de trabalhar e de transmitir conhecimento.

Mudando a forma de preparar-se, as metodologias, o jeito de apresentar as aulas e de interagir com os alunos dentro e fora da sala de aula, utilizando diversos tipos de dispositivos, aplicativos, blogs, entre outros. Para manter os alunos motivados e conectados às aulas, é preciso que sejam utilizadas todas as estratégias possíveis, mantendo o foco do trabalho pedagógico nos alunos e mediando os processos ativamente, enquanto eles são responsáveis e sujeitos de seu próprio conhecimento, verdadeiramente protagonistas do saber escolarizado.

A internet apresenta-se na forma de apoio nas intervenções pedagógicas, criando situações de aprendizagem, dando ênfase a autonomia dos alunos, ou seja, personalizando a forma de ensinar e aprender. As novas tecnologias têm um papel de grande importância para a educação e sem ela seria praticamente impossível passar por essa fase de pandemia, que nos exigiu distanciamento, paralisando as atividades escolares presenciais.

No entanto, ainda é possível encontrar pessoas que resistem a essa nova modalidade de ensino, percebe-se que alguns pais sentem receio de que seus filhos não consigam desenvolver suas competências educacionais remotamente. Entendemos essa preocupação por parte dos pais, pois o novo assusta. Há também professores se sentindo inseguros e com medo não de serem substituídos pela máquina, mas por outros profissionais mais bem preparados, abertos ao novo e com competências específicas.

É de extrema urgência formar professores para atuar nessa perspectiva, pois é necessária uma mudança de postura frente à utilização das novas tecnologias.

Seja em formação inicial, continuada ou permanente, a problematização em torno da utilização das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação em contexto de ensino aprendizagem é essencial para que seja redirecionada às novas práticas pedagógicas e percepção clara no contexto na qual a escola está inserida.

Compreender as novas tecnologias nesta perspectiva é fazer uso dela como objeto de conhecimento e instrumento necessário ao trabalho pedagógico para melhorar o ensino aprendido, sendo necessário à escola criar um ambiente propício e de condições tecnológicas favoráveis, para que alunos e professores possam desenvolver projetos individuais e coletivos, e sejam incentivados a desenvolver-se de forma independente e cooperativa, no sentido de sistematizar as informações e criar conhecimentos que possam ser aplicados de maneira significativa e crítica.

Nosso objetivo com esta pesquisa perpassa, portanto, pela busca por melhor compreender os novos desafios que emergem na prática pedagógica a partir das transformações que as NTICs têm imposto às escolas, observando, em especial, o papel motivacional das Metodologias Ativas para o engajamento dos discentes no processo de ensino aprendizagem.

Para tanto, convidamos o leitor a nos acompanhar nesse breve, porém instigante, passeio teórico-discursivo, que iniciamos através do esforço em descrever no tópico 1 – EDUCAÇÃO BÁSICA: as competências do século XXI, em que contexto a escola de hoje atua para formar sujeitos alinhados às demandas da era da informação e comunicação, mediadas por um universo cada vez maior de dispositivos eletrônicos conectados à internet, na chamada geração 5G – a internet das coisas.

Na sequência, no tópico 2 - METODOLOGIAS ATIVDAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM: o estado da arte trilhamos os caminhos das novas metodologias de aprendizagem pautadas no protagonismo dos alunos, aliadas às NTICs, observando o potencial dessas metodologias para motivar e gerar engajamento nas atividades propostas.

No tópico 3 – METODOLOGIA, apresentamos brevemente a descrição do instrumento de pesquisa e métodos de abordagem que selecionamos para nos orientar ao longo da trajetória investigativa que traçamos, considerando as

condições de isolamento social e suspensão das atividades pedagógicas presenciais em toda a rede de ensino, pública e particular, da Paraíba.

A revisão teórica que nos sustenta nesta pesquisa proporcionará o levantamento de questões pertinentes ao tópico 4 – RESULTADO E DISCUSSÃO, momento privilegiado em que reunimos nossas principais observações acerca do tema em estudo, que, por sua vez, encaminhará para o tópico 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, onde buscamos sintetizar as conclusões a que chegamos com a realização deste estudo.

Esperamos, portanto, contribuir com a motivação para a reflexão sobre a importância de se buscar novos métodos de ensino, baseados na proatividade de alunos, onde o professor atue como orientador, entendendo que este papel jamais diminuirá a importância deste profissional para a formação escolar das novas gerações, ao contrário, dar-lhes-á contornos cada vez de maior relevância.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA: AS COMPETÊNCIAS DO SÉCULO XXI

São muitas as preocupações e indagações acerca de como planejar e executar o processo de ensino aprendizagem na era da informação e comunicação, ou seja, de que forma usar os métodos do mundo tecnológico em contexto sala de aula seja presencial ou remoto. É consenso, no entanto, que a cobrança é enorme para que os educadores estejam preparados para inserção das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTIC em suas aulas, para que se tornem capazes de desempenhar seu papel de educadores com maestria, atendendo às demandas sociais por uma formação eficiente e alinhadas às necessidades do Século XXI.

E, diante desses grandes desafios, surgem as inquietações e inseguranças, tanto em educandos, quanto em professores. Nesse contexto, algumas competências emergem como fundamentais na formação de cidadãos alinhados às necessidades sócio-política-econômicas da modernidade, a saber: a curiosidade e a colaboração, a iniciativa e o empreendedorismo (FILATRO e CAVALCANTI, 2008).

A necessidade de atuação do professor em conjunto com as NTICs demanda uma formação continuada, que possibilite a este profissional se adaptar em relação às novidades tecnológicas, desenvolvendo o hábito de pesquisar sobre novos dispositivos e aplicativos que foram programados para ajudar tanto professores,

quanto alunos no processo de construção de novos conhecimentos, dentro e fora de sala de aula.

Desse modo, a educação básica, alinhada com as demandas sociais atuais imediatas e futuras, desempenha a importante função social de preparar pessoas para não só solucionar os problemas imediatos de suas vidas, mas também para exercer os mais singulares papéis de liderança na sociedade, “para que possam motivar e engajar seus pares e fazer a diferença onde estiverem” (FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.30).

Hoje em dia, a palavra de ordem é se atualizar, em todos os aspectos da palavra, mas mais especificamente no que se diz respeito às NTICs, o profissional da educação tem nas mãos a responsabilidade de estar atento a várias informações e os meios de acessá-las, pois é necessário apresentar ao aluno não apenas um caminho, mas tantos quantos forem possíveis, em que ele possa, através de sua própria capacidade e sem intermediação (ou com o mínimo possível), construir o seu conhecimento.

Nesse contexto imediato,

As metodologias ativas podem ser adotadas para desenvolver as competências relevantes no século XXI, sob a perspectiva da pedagogia, da andragogia e da heutagogia [...] Também é preciso considerar que as metodologias ativas são compostas segundo Bowel e Eison de dois aspectos: ação e reflexão, isto significa que nos contextos em que as metodologias ativas são adotadas, o aprendiz é visto como um sujeito ativo, que deve tanto envolver-se de forma intensa em seu processo de aprendizagem quanto refletir sobre aquilo que está fazendo [...] (BOWEL e EISON apud FILATRO e CAVALCANTI, 2018, p.30).

A partir de o momento em que as metodologias ativas são consideradas enquanto recurso metodológico para acessar e construir novos conhecimentos em sala de aula, o professor tem a oportunidade de desafiar seus alunos a interagirem com o novo, tornando as aulas mais instigantes e interessantes, desenvolvendo novas aprendizagens.

Mas, antes de se aventurar nesse universo de possibilidades inovativas, por assim dizer,

para adotar as metodologias ativas precisamos entender primeiramente que o processo de aprendizagem humana é complexo e tem sido aplicado sob variadas perspectivas teóricas. Cada teoria parte de pressupostos e crenças sobre o fenômeno educacional que influenciam a visão de ensino,

aprendizagem e avaliação, ou seja, toda a experiência vivida por um aprendiz (FILATRO e CAVALCANTI, p.31).

O universo da aprendizagem envolve processos tão complexos quanto a natureza humana, pois aprender é inerente à espécie humana. Aprendemos para viver, sobreviver e evoluir, logo, precisamos considerar, na perspectiva de Filatro e Cavalcanti (2008, p.32) que “Três abordagens teóricas emblemáticas fundamentam a adoção de metodologias ativas em contextos educacionais, por considerarem a articulação do binômio ação-reflexão: o cognitivismo; o (sócio) construtivismo e conectivismo”.

Assim, tão importante quanto assimilar novos conhecimentos é refletir sobre a importância das experiências vividas ao longo do processo de construção desses novos conhecimentos, pois como bem destaca Ausubel (apud FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.32), “o aprendiz atribui significado àquilo que aprende se puder ancorar novas informações e conceitos ou proposições preexistentes (que chama de subsunções) em sua estrutura cognitiva”.

No passado o aluno era concebido como mero receptor de informações em sala de aula, mas essa prática tem sido mudada. Hoje, o aluno é compreendido como sujeito ativo e participante de todo o processo de ensino aprendizagem, enquanto o professor deve ter consciência que o aluno já traz consigo suas experiências e vivências, sendo necessário estimulá-lo a desenvolver suas capacidades em termos de habilidades e competências.

Vivemos na era da conectividade, onde

As tecnologias móveis sem fio (TMSF), principalmente os laptops, os celulares e os tablets, têm criado novas possibilidades de aprendizagem, caracterizadas como m-learning. No m-learning ou aprendizagem com mobilidade, como tem sido denominado na literatura brasileira [...], o aprendiz dispõe de dispositivos de conexão contínua à internet, podendo criar situações de aprendizagem sobre qualquer assunto a qualquer momento e em qualquer lugar que esteja (VALENTE e ALMEIDA, 2014, p.1).

Se somos seres de aprendizagem, como as pesquisas em antropologia e psicologia têm demonstrado, então, todo e qualquer contexto de interação humana, seja mediada pela tecnologia ou não, servirá ao propósito da aprendizagem. Desse modo, a escola moderna precisa observar com especial atenção as possibilidades de pedagógicas que emergem da utilização, em contexto escolar, das NTICs.

Para a teoria da atividade (TA), por exemplo, o agir humano materializado na motivação para a interação é compreendido como fundamental para o processo de

aprendizagem significativa, pois sendo fundamentada essencialmente no conceito de mediação de Vygotsky – aquele em que as ações humanas são, via de regra, mediadas por elementos externos, tais como a linguagem e/ou ferramentas tecnológicas, no contexto do Século XXI mais especificamente, o contato de um sujeito com seus pares, objetos (concretos ou abstratos, no caso de conceitos) deixa de ser essencialmente direto e passa obrigatoriamente a ser intermediado.

A intervenção, consciente e planejada, das pessoas é de grande importância na TA, pois a tecnologia e suas ferramentas mediadoras só fazem sentido no processo de ensino aprendizagem quando existe a intermediação dos sujeitos envolvidos na ação, motivados por uma intencionalidade pedagógica. Em síntese,

[...] ação educacional, seja ela presencial, à distância ou corporativa, depende de atividades que incluam o planejamento do modelo didático pedagógico, a seleção dos materiais didáticos, a definição de como o conteúdo será apresentado, a escolha das metodologias de ensino e dos canais de comunicação entre professor-alunos, alunos- professor, alunos-instituição[...] (FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.33).

Atualmente, não se pode conceber uma educação alinhada às demandas das sociedades modernas deixando de fora da sala de aula o uso das ferramentas tecnológicas, pois as mesmas vieram para somar às metodologias que já eram usadas anteriormente pelos professores, de maneira que o processo de planejamento seja mantido, observando que o foco principal continua sendo o aprendizado do aluno, mediante o desenvolvimento de habilidades e competências.

É preciso, portanto, compreender que as relações interpessoais e de trabalho sofreram grandes transformações desde o final do século passado, com a popularização do microcomputador e a relativa democratização do acesso à internet. As pessoas abandonaram velhos hábitos, como o de enviar cartas pelos correios para se comunicar com pessoas distantes e passaram a utilizar, primeiramente, o e-mail como ferramenta de comunicação assíncrona e, mais posteriormente, o sms, as ferramentas de chat e hoje as redes sociais mais populares (whatsapp, instagram, facebook, telegrama etc.).

Filatros e Cavalcanti (2008) destaca bem que toda essa transformação se tornou mais evidente no início dos anos 2000, pois

No início dos anos 2000, discussões sobre o modo de vida mais ágil de trabalhar na área de desenvolvimento de software começaram a apontar para um conjunto de princípios e práticas voltadas a melhorar o trabalho colaborativo em grupo[...] (FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.63).

Entendemos que os aplicativos que foram e estão sendo desenvolvidos baseados em uma proposta educativa são de suma importância para a área da educação, pois ampliam o universo de opções para que tanto os alunos quanto os professores possam trabalhar e desenvolver suas atividades nas diversas áreas do conhecimento formal.

Nesse contexto de desenvolvimento, em que a tecnologia tem avançado especialmente na área educacional, todos os agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem deverão estar preparados para atuar nessa nova realidade, pois a incorporação de diversas ferramentas tecnológicas na prática docente muitas vezes não se dá de maneira amigável, por representar um desafio, por vezes, difícil para os educadores que antes trabalhavam com livros didáticos e outros materiais. No entanto, sabemos que a tecnologia chegou para somar e dá suporte para que as práticas pedagógicas sejam atualizadas e, por isso, precisam ser exploradas.

Os alunos das novas gerações possuem uma forma de perceber e pensar o mundo diferente de seus professores, na maioria das vezes, pois enquanto estes processam as informações de maneira linear, semelhante ao modelo analógico de processamento de dados, aqueles nasceram e cresceram estimulados a lidar com mais de uma fonte de informação ao mesmo tempo, vindas de direções diversas, acessadas e processadas análoga ao modelo de processamento digital. As novas gerações, portanto, possuem o que se convencionou chamar de mentalidade ágil, que

implica a criação de conteúdo pelos alunos e o desenvolvimento de habilidades em um ambiente colaborativo e competitivo, mediado pela tecnologia. O papel do professor é o de facilitador e direcionador dos projetos, de uma perspectiva informada, enquanto os alunos se tornem autodirigidos, resilientes, orientados para a equipe e aprendizes ao longo da vida (ROYLE e NIKOLIC apud FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.64).

Diante do mundo moderno, a escola deixou de ser um ambiente de transmissão de conhecimentos e passou a ser um ambiente de interação entre as pessoas, cada aluno traz consigo o aprendizado anteriormente adquirido e, assim, é passado a outros indivíduos, ao mesmo tempo em que a transmissão acontece, são absorvidos novos conhecimentos e nessa troca todos são beneficiados, inclusive os professores.

À luz do que se discute sobre o processo de ensino aprendizagem, pensar a concepção de mentalidade ágil se torna relevante na medida em que se

compreende que o ser humano é um ser de conhecimento e, portanto, de aprendizagem, que ocorre sistematicamente dentro e fora de sala de aula, em todas as situações de interação social, envolvendo a capacidade de se adaptar aos contextos de engajamento em atividades colaborativas muito mais do que responder às rotinas de ensino prescritivo.

A educação para o Século XXI busca desenvolver habilidades e competências que preparem os sujeitos para desempenharem seus papéis com excelência na busca por resultados, ou seja, não há mais espaço para processos avaliativos que visem testar o aluno em detrimento dos resultados alcançados por esse aluno. Muito mais importante que a quantidade de erros e acertos, que refletem, teoricamente, o quantitativo de informações retidas é demonstrar o domínio de métodos e técnicas aplicadas e observadas empiricamente (Cf. KREHBIEL et al apud FILATRO e CAVALCANTI, 2008).

Para que haja um desenvolvimento educacional significativo em sala de aula é preciso promover, cada vez mais, a interação entre alunos-alunos e alunos-professores, uma vez que a troca de experiências tem se mostrado importante também para que a aprendizagem seja adquirida com infinitas possibilidades, fazendo com que os alunos ampliem suas percepções dos conteúdos e de tudo que é transmitido na aula, relacionando com o as situações reais de resolução de problemas do dia-a-dia, podendo ter um desempenho fora da sala de aula também.

Quando o planejamento educacional leva em consideração a agilidade que as novas gerações demonstram quando do acesso e processamento de informações é possível perceber que o aluno se tornou verdadeiramente o centro da atividade de aprendizagem, portanto, protagonista do processo de construção de novos conhecimentos. Nesse ínterim, a colaboração tende a promover ações reflexivas, que se adaptam aos contextos de aprendizagem, a fim de se alcançar um maior senso de responsabilidade e propriedade, resultando em valiosas experiências de aprendizagem significativas melhoradas.

É preciso, portanto, que o professor e toda equipe educacional esteja atenta as novidades e preparados para essa nova realidade educacional, pois os alunos manuseiam com maestria as novas tecnologias. Os professores, que antes trabalhavam com livros didáticos e outros materiais, hoje tem diversas ferramentas que chegaram para somar e dá suporte para que as práticas pedagógicas sejam

atualizadas. Não devemos ter receio de usá-las, pois é uma necessidade tê-las em suas práticas, para que os alunos se sintam acolhidos e motivados para o engajamento nos processos de ensino aprendizagem em um espaço ambientado pelas NTICs com as quais estão familiarizados desde muito cedo.

Mesmo que uma parcela significativa de professores ainda seja composta de sujeitos nascidos e formados no Século XX, ambientados em uma escola engessada pela cultura da opressão formativa pautada na punição e no medo do fracasso, onde

os professores/especialistas tipicamente se posicionam como o centro das atenções, à frente dos aprendizes como as figuras essenciais na distribuição de informações. E na maioria dos casos, eles exercem o poder de avaliar e certificar os resultados da aprendizagem também (FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.70.).

O foco principal do ensino hoje é o aprendizado do aluno, não importando o caminho que ele faça para chegar a determinado fim, o objetivo na verdade é chegar ao ponto certo, o mais importante mesmo é acertar o alvo e não saber o espaço pelo qual a flecha percorreu.

Outro aspecto importante para se refletir acerca da mentalidade ágil das novas gerações diz respeito à natureza multitarefa que esses alunos demonstram possuir. O que se observa, no entanto, é que não há consenso entre os teóricos quanto à avaliação positiva e/ou negativa dessa característica das novas gerações – para alguns, empenhar-se em muitas tarefas ao mesmo tempo tende a comprometer a atenção dispensada à cada tarefa; para outros, no entanto, a mente humana evoluiu de acordo com as demandas sociais de cada geração, o que nos torna perfeitamente capazes de processar muitas faixas de informação ao mesmo tempo, estabelecendo, é claro, uma hierarquia de prioridade entre as tarefas, de maneira a garantir minimamente a qualidade da atenção em cada momento específico.

Se estabelecermos um paralelo entre nossos professores, formados no século passado, e nossos alunos, nativos digitais,

Parece absurdo pensar que os alunos queiram manter os olhos fixos em um professor ou no quadro negro à frente enquanto podem surfar na web, interagir nas redes sociais e usufruir de inúmeros aplicativos disponíveis, respondendo aos estímulos engajados nas mídias que lutam ferozmente para trair sua atenção[...] (FILATRO e CAVALCANTI, 2008, p.72).

Então, por que insistimos em um ambiente escolar baseado no modelo de ensino totalmente desconectado da realidade de nossos alunos? Se para os nossos

professores estes ambientes foram produtivos no tocante a assimilação de novos conhecimentos científicos, para os nossos alunos têm se mostrado totalmente ineficientes. Se nem se quer conseguimos despertar o desejo de ir à escola (muitos ainda vão forçados pela família), quem dirá motivar para o engajamento a partir do prazer de aprender através de métodos ultrapassados.

E nesse contexto, toda equipe escolar, envolvida no processo de ensino aprendido, tem enfrentado grandes desafios e descobertas com o ensino remoto, pois ao estar diante do computador, seja para estudar ou trabalhar, são muitas as possibilidades que surgem diante dos olhos, tudo para que a atenção seja desviada do foco. Aprendemos, então, com isso que quando há um objetivo a ser alcançado, seja na área educacional ou profissional, existe uma responsabilidade pessoal e a única alternativa é focar e construir.

É na educação básica que os pilares são edificados, inclusive no jeito de ensinar e aprender, inclusive no que diz respeito ao acesso às novas tecnologias em sala de aula, é nesse momento que o aluno começa a descobrir as várias possibilidades existentes para que ele possa aprender, pesquisar e alcançar os objetivos propostos pelo professor. Keller-Franco e Masseto (2012) argumentam que

há indicadores que permitem argumentar a favor do currículo por projetos, como uma matriz de mudanças em potencial para aqueles segmentos da educação que entendem ser necessário recuperar a totalidade de conhecimentos e romper o conservadorismo das práticas pedagógicas (KELLER-FRANCO e MASSETO, 2012, p. 12).

As inovações na área da educação é de extrema necessidade, tornando possível novas práticas em sala de aula, o manejo de todo aparato tecnológico não pode ser desconsiderado mais, é notória a inquietação por parte de alguns profissionais, isso acontece porque teme-se o novo, não trabalhamos mais na área de conforto, só resta enfrentar os desafios que surgiram e aqueles que ainda possam surgir, pois só obtemos experiências fazendo o que nos é proposto.

2.2 METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM: O ESTADO DA ARTE

A discussão em torno das práticas pedagógicas observadas a partir da seleção e aplicação de metodologias têm apontado para a necessidade de se fazer uso de novos métodos, que deem conta de motivar os alunos a se engajarem na realização das atividades propostas dentro e fora de sala de aula.

Atualmente, observamos a necessidade também de que os educandos tenham um maior envolvimento nas aulas, postura esta que os levará a descobrir que são capazes de fazer várias descobertas e encontrar caminhos que levem aos novos conhecimentos, seja de forma individual ou coletivamente.

Nesse processo, todos devem permanecer em uma mesma sintonia e sentir o mesmo entusiasmo, tanto alunos quanto os professores, pois “As metodologias procuram criar situações de aprendizagens nas quais os aprendizes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem” (BACICH, MORAN, 2019, p.8), sem a dependência constante das reflexões do professor para estabelecer seus próprios conceitos a partir da observação reflexiva.

A escola precisa ser um espaço em que não haja burocracia para aprendizagem, deve ser um lugar onde o aluno possa se sentir à vontade para criar e recriar, sair da “forminha” e, para que isso possa acontecer na sala de aula, o professor deve ser um profissional desprendido da mesmice, não há mais como fazer cópias daquilo que os outros fazem.

É preciso despertar para o novo, fazendo com que o novo não desperte situações de medo, que acabam prejudicando os alunos na sua jornada futura, dentro e fora do espaço escolar. Entendemos que “Não é suficiente planejar metodologias ativas de forma isolada. Elas fazem sentido em um contexto de mudanças estruturadas e sistemática” (BACICH, MORAN, 2019, p.16), onde a teoria possa ser observada na prática, estabelecendo uma relação direta com a realidade cotidiana do estudante, pois só assim o aluno compreenderá o porquê dele ter que estudar determinado conjunto de conteúdos e como seus estudos poderão lhe ajudar na sua jornada de vida, em momentos cruciais como a escolha de uma profissão a seguir no mercado de trabalho.

Todas as estratégias deverão ser devidamente pensadas e preparadas para que os conteúdos possam ser conectados entre si, quando for possível, facilitando a aprendizagem dos alunos, pois quando existe uma organização, tudo se interliga, possibilitando uma melhor compreensão do que está sendo estudado na sala de aula, facilitando também o trabalho do professor.

Nesse contexto, “Estudos revelam que quando o professor fala menos e orienta mais, o aluno participa de forma mais ativa, a aprendizagem é mais participativa” (DOLLAN, COLLINS apud BACICH, MORAN, 2019, p.40) e os

objetivos formativos estabelecidos no momento do planejamento são alcançados com mais facilidade.

É preciso que o professor reflita diariamente sobre a sua prática, sobre quais possibilidades e sobre quais estratégias deverá utilizar para que possa mediar de forma mais objetiva determinada aula. Essa reflexão é necessária e serve de termômetro para identificar alguma falha que possa existir em sua prática pedagógica. Cada profissional tem sua forma de trabalhar, contudo, a troca de experiência entre colegas pedagogos é bastante proveitoso, todos os dias aprendemos algo novo e diferente.

O modelo de ensino mudou muito nas últimas décadas, graças a toda situação socioeconômica que a sociedade brasileira vem experimentando, de controle das taxas de inflação e geração de emprego e renda. Esse contexto concorre para um maior investimento em educação por parte do poder público, oportunizando o reconhecimento de que toda a equipe escolar está no mesmo barco e todos devem remar na mesma direção, surgindo mais possibilidades de inovação no campo das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, um aumento nas motivações profissionais, pois tudo o que é novo causa curiosidade, e isso é bom para a área da educação. Abriram-se novos horizontes e novas técnicas de ensino, podendo ser aproveitadas de várias maneiras.

A partir do momento em que o acesso a tecnologia foi trazida com grande velocidade para o nosso dia a dia, o modelo antigo de ensinar e aprender passou por grandiosas transformações. Com isso, os alunos e toda equipe escolar buscam se inovar e alcançar meios de aprendizagem e novos métodos de trabalho. Tudo passou por modificação, inclusive a nossa forma de pensar e agir.

Sabemos que ainda não estamos plenamente aptos para essa longa e dura jornada de incorporar um volume significativo de novos recursos tecnológicos em sala de aula, mas devemos buscar incessantemente nos adaptar à nova realidade. O esforço tem sido enorme, sem sombra de dúvidas, pois bem sabemos que não houve tempo para se preparar.

No entanto, precisamos considerar que “Os métodos tradicionais, que privilegia a transmissão de informações pelos professores, faziam sentido quando o acesso a informação era difícil” (ALMEIDA e VALENTE, 2012), o que não é a

realidade dos tempos atuais, onde o acesso à informação, praticamente irrestrito, carregamos na palma da mão, conectados 24h por dia.

É de extrema necessidade que toda a comunidade escolar reflita acerca dos métodos e técnicas de aprendizagem, que favoreçam a construção de novos conhecimentos, de maneira proativa e colaborativa, para que possa desenvolver meios e métodos de ensino aprendizagem mais eficientes e motivadores. Acreditamos que através dessa reflexão, o ensino ganhará novos contornos e possibilidades de aprendizagem significativa.

É preciso ter uma nova visão de educação e alcançar o jeito mais adequado às novas realidades educacionais, no que diz respeito a manejar de forma precisa a tecnologia, dentro e fora da sala de aula, tanto pelos alunos quanto pelos professores. Já há tempos que se compreende a tecnologia não como uma inimiga, mas como uma poderosíssima aliada no processo de ensino aprendizagem. Precisamos mudar, definitivamente, nossa postura, enquanto educadores, em relação à incorporação das NTICs em nossos planejamentos enquanto recursos pedagógicos.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Através do estudo desse trabalho foi possível refletir criticamente sobre a importância das novas tecnologias na educação, e no quanto é rico em recursos para o processo de ensino aprendido, mas apesar do avanço tecnológico, ainda existe uma grande parte da sociedade brasileira em idade escolar que não tem acesso a computador nem a internet de qualidade. Sabemos que é preciso que haja uma conscientização principalmente do poder público de sanar essa deficiência, pois não há mais tempo a perder e ninguém consegue evoluir em nenhuma área, sem o uso da tecnologia.

As diversas transformações que dinamizam os acontecimentos pelo mundo, a evolução da tecnologia e o amplo acesso às informações colocam em xeque as verdades absolutas e suscitam a curiosidade na construção de novos saberes. A grande quantidade de informações veiculadas devem ser analisadas com o intuito de definir aquilo que pode ser considerado. Para isso, o auxílio dos professores é de fundamental contribuição.

O uso das novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem traz uma eficácia real, sendo de extrema necessidade a utilização de suas ferramentas dentro e fora da sala de aula. Entende-se que a pandemia do coronavírus trouxe consigo muitos desafios principalmente na área educacional. As aulas remotas tem sido expectativas reais, portanto não suprirão todas as necessidades acadêmicas.

É necessário ligar a tecnologia á mobilidade, ou seja mesclar o ensino presencial com o virtual, esse tipo de ensino consiste em colocar o foco no aluno e não mais na transmissão de informação que o professor realizava antes, com isso a responsabilidade maior de se auto experimentar e aprender passou a ser unicamente do aluno, sendo necessário esforço e foco nos estudos.

Todos envolvidos nesse processo de ensino precisarão se adaptar as novidades tecnológicas, ninguém estava preparado, mas está sendo possível superar e transformar o ensino presencial em aulas remotas. No entanto é importante que os professores tenham conhecimentos sobre a tecnologia, disponibilizadas hoje nas escolas e estejam conscientes

que o uso desse recurso oferece oportunidades tanto para alunos quanto para os profissionais da educação e que a utilização bem planejada desses recursos pode ocasionar vantagens para os envolvidos. Sendo assim, é de extrema importância a aplicação desses recursos na sala de aula, pois eles irão contribuir para que os alunos se interessem pelos conteúdos, facilitando o entendimento e a absorção, tornado assim a prática pedagógica mais significativa (OTTO, 2016, p.17).

Grandes mudanças têm sido exigidas no ambiente educacional, com isso as instituições de ensino também tem buscado alternativas tecnológicas para se adaptarem a esse novo sistema, com essas novas metodologias ativas é possível estimular que o aluno tenha uma postura ativa e autônoma e possa romper com o modelo tradicional de aprendizagem, contudo se faz necessário inserir a esse novo modelo de ensino a formação e a capacitação dos professores para que a qualidade da educação seja atrelada ao processo de ensino-aprendizagem. Não podendo ser descartada a participação ativa do professor em sala de aula, o que deve ficar claro é que a tecnologia veio somar ao processo de ensino e não extinguir a participação do professor, seja em sala de aula ou fora dela.

As novas tecnologias ativas na área da educação surgiram da necessidade em um momento delicado de saúde pública, a partir de então tem sido um suporte imensurável desde o momento do planejamento das aulas até o resultado final,

aquele em que o ensino chega até o aluno, é possível observar também que essa parceria professor/tecnologia/aluno tem dado certo e não tem mais como esse trio educacional ser desconectado.

É perceptível a importância da inovação da educação, dos novos métodos e das tecnologias como suporte essencial neste período de Pandemia de covid19, em todos os momentos educacionais, a escola e os profissionais da educação precisaram se reinventar e construir métodos que venham fazer a diferença na vida dos educandos; e o discente deve investir na formação para a aprendizagem sobre os meios inovadores para o ensino, pois acredita-se que no sistema educacional e no mundo como todo, nada será nada mais como antes.

Não podemos negar que ainda há resistência por parte de alguns professores, mas devemos ressaltar também que a maioria deles já se renderam a tecnologia e que esses profissionais têm trazido essa experiência positiva para aos seus colegas e não irá demorar muito tempo para que essa parceria chegue a ser unânime em um novo modelo educacional.

Assim que foi identificada a necessidade de inserir a tecnologia e adequá-la ao currículo escolar, também percebeu-se também a carência que alguns profissionais da educação tem em relação ao mundo tecnológico, diante dessa necessidade começou a preparação desses profissionais, ou seja toda a equipe escolar precisou se adequar a esse novo modelo de ensino. É importante ressaltar que esse novo método de ensino trouxe consigo grandes desafios.

Para aquisição das habilidades e competências gerais a serem desenvolvidas, as metodologias ativas recriam o processo de ensino-aprendizagem baseadas em resolução de problemas, que se refere á aplicação prática de conhecimentos pré-adquiridos.

O papel do professor, nessa perspectiva metodológica, ganha um status de relevância, ao mesmo tempo em que lhe acrescentam responsabilidade, quando comparados com o estilo dos trabalhos convencionais. É competência do professor procurar diferentes atividades que estimulem o desenvolvimento de habilidades e pensamento dos alunos, possibilitando ao professor atuar nas situações que promovam a sua autonomia (VIEIRA e PINTO, 2015).

Assim, muitos profissionais preocupados com a nova maneira de ensinar e aprender sentem-se responsáveis, como parte integrante e central desse processo,

em retornar para sala de aula informações que norteiam novos rumos o processo de ensino-aprendizado.

A intenção é aperfeiçoar a autonomia individual, desenvolver a interdisciplinaridade, a fim de favorecer a compreensão de aspectos cognitivos, afetivos, políticos e culturais, constituindo uma prática pedagógica socialmente contextualizada (Cf. MELO e SANTANA, 2013).

Pode-se afirmar que o método ativo é um processo que visa estimular a autoaprendizagem e a curiosidade do estudante para pesquisar, refletir e analisar possíveis situações para tomada de decisão, sendo o professor apenas o facilitador desse processo. A utilização de estratégias inovadoras pode contribuir para um movimento em direção à reflexão e à ação, tornando a aprendizagem mais ativa e atualizada para estudantes e professores.

Diante de tudo isso, fica clara a importância da reflexão que os profissionais da educação precisam ter sobre o desafio do século, o de encontrar formas de ensinar para que os aprendizes adquiram habilidades, competências e atitudes para transformar a realidade de modo humanizado.

Com o foco direcionado ao processo de ensino, ressaltamos que a utilização de recursos diferenciados possibilitam superar métodos antigos, oportunizando melhor compreensão do aluno e proporcionando ao professor, novas maneiras de trabalho.

Remetendo-nos a Perrenoud (2000, p.125), quando indica que entre as novas e necessárias competências profissionais para ensinar no século XXI destaca-se a de “utilizar novas metodologias”, esse autor afirma que, “as novas tecnologias da informação e da comunicação transformam espetacularmente não só nossa maneira de comunicar, mas também, de trabalhar, de decidir, de pensar”.

Dessa forma ao fazer parte da evolução do ofício do professor, as TICs possibilitarão a criação de situações de aprendizagem ricas, complexas e diversificadas. Nesse sentido abordar as tecnologias na educação promove reflexões acerca do trabalho docente, da formação de professores e suas relações com as mediações tecnológicas no seu processo formativo, não devendo ser encarada de forma isolada da formação de professores.

No processo de ensino, todas essas combinações das tecnologias podem tornar as aulas mais produtivas e significativas, tendo como foco principal o aluno e

a sua participação ativa na aula. Essas mesmas combinações contribuem para o trabalho, de formação de atitudes, resolução de desafios e de alteração de resultados na aprendizagem, com isso é possível implementar um trabalho significativo e transformador, tão urgente e necessário nas relações educativas.

A apropriação das tecnologias, nesse sentido, vem ampliar as possibilidades de construção conjunta de conhecimentos em sala de aula, oportunizando a aprendizagem colaborativa (BEHRENS, 2001). Essa aprendizagem envolve alunos e professores num diálogo constante e na oferta e devolução de situações didáticas e que são resolvidos, preferencialmente, com o aporte de contribuições do grupo ou, eventualmente, num esforço individual.

Entretanto, como sabemos que as conquistas cognitivas são processos que envolvem relações entre os alunos, os professores e os saberes a serem adquiridos, percebemos que ninguém as desenvolvem absolutamente sozinhos. É também uma criação social, uma conquista grupal mesmo que verbalizada por um aluno apenas.

Com a inovação proporcionada pela tecnologia, observamos uma forma de transformar a realidade de maneira que a sociedade e a educação sejam os principais beneficiados. Cabe a todos, fazer uma análise sobre as consequências sociais das inovações.

Masseto (2001) apresenta sugestões importantes para potencializar a utilização de tecnologias, que podem ser extensivas à videoconferência. A primeira delas diz respeito ao papel do mediador que o professor tem que ter nesses ambientes. Portanto, não adianta utilizar tecnologias em sala de aula se o professor aborda os conteúdos como um 'explanador' de conceitos ou mero 'apresentador' de fórmulas e definições.

A tecnologia é um recurso, é fato, mas se bem utilizada pode alavancar processos de descobertas para os alunos de forma criativa e motivadora. A maneira como insere, explora e ressignifica para o aluno, e também para si mesmo, os conhecimentos com o suporte da tecnologia é que pode indicar uma prática transformadora por parte do docente.

Outro ponto levantado pelo autor diz respeito ao aluno, pois dele também se espera uma atitude diferenciada. Para aprender mediado por tecnologias, é preciso assumir um papel de aprendiz ativo e participante (não mais passivo e repetidor) sujeitos de ações que levam a aprender e a mudar o seu comportamento.

O espaço para o aluno desenvolver uma atitude diferenciada está intrinsecamente relacionado à postura do professor que com seu exemplo, motiva e instiga os alunos a uma prática reflexiva em sala de aula. É preciso levar em conta, entretanto que o professor é um ser humano inserido na sociedade e sujeitos às contradições inerentes ao seu ofício; são os não –ditos da profissão, entre os quais incluem o medo, a sedução, o poder, a imprevisão, o tédio, a rotina (PERREMOUD, 2002).

Há que se ter cuidado, portanto para não se exigir ‘um super-herói ’em sala de aula tendo que ser capaz de reconhecer e resolver uma gama de problemas complexos, e para os quais não foi preparado para lidar. O momento atual de grandes transformações tecnológicas é mais um enorme desafio, trouxe muitas necessidades e novas estratégias de ensino.

Então não há como negar a amplitude de repercussões que a utilização de tecnologias traz a sociedade, especialmente se considerarmos que a resolução tecnológica centraliza-se no computador, na informação, na comunicação e nas tecnologias multimídias e é frequentemente interpretada como o primeiro estágio de uma sociedade do conhecimento (SCHAFF, 1996; CASTELLS, 2000; KENSKI, 1997; SANTOS, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que as estratégias inovadoras contribuem para o movimento em busca da autoaprendizagem, possibilitando situações de reflexão e tomada de decisão de forma mais ativa, não só por parte dos alunos, mas também de professores e de toda equipe escolar, buscando novos métodos e a atualização de sua prática pedagógica. Contudo, ainda há uma grande resistência por parte de alguns docentes integrantes do sistema de ensino tradicional, mas não se pode negar que aqueles profissionais que não se adaptarem, irão ter mais dificuldades de se manterem inseridos no mercado de trabalho.

O futuro educacional já começou, trazendo consigo muitas situações desafiadoras. Sabemos que as tecnologias, de um modo geral, auxiliam o professor em sua jornada e possibilitam a abertura de novos horizontes, especialmente por exigir de seus usuários uma postura ativa diante dos desafios de fazer as mesmas significarem em suas vidas.

Portanto, faz-se necessário uma experiência ativa com as NTICs, para que se possa acessar as suas reais funcionalidades nas práticas docentes hoje utilizadas. Nesse contexto atual, é preciso que os docentes lancem mão das metodologias ativas para contemplar todas as exigências formativas e ampliar as possibilidades de conexão entre as situações-problema propostas em sala de aula com a realidade vivida pelas crianças, jovens e adolescentes fora da escola.

Comparativamente ao período anterior da história da humanidade em termos de educação, observa-se que ocorre um maior envolvimento, compromisso e afinco dos alunos e uma maior aproximação com os professores quando da utilização de metodologias ativas. Portanto, mesmo com falhas que precisam ser sanadas, o uso das tecnologias deve ser implementada e estimulada pelos docentes, que deixam de assumir o papel de protagonista no processo de ensino aprendizagem e passam a ser auxiliares na produção do conhecimento.

O que se pode observar nas salas de aula, via de regra, é que a maioria dos alunos preferem que os professores utilizem os recursos tecnológicos. Eles relatam ainda que ao utilizar a tecnologia na aula aumenta a compreensão do conteúdo, desperta mais a curiosidade, o interesse e o engajamento nas atividades propostas.

Os professores, por sua vez, ressaltam também que os meios tecnológicos tornam as aulas mais participativas. Isso tudo é possível porque os alunos, desde muito pequenos, estão cada vez mais conectados e que na escola isso não deve ser diferente, sob o risco de desmotivação e, conseqüentemente, evasão escolar.

Para que toda essa tecnologia seja bem aproveitada na área educacional, os professores devem, cada vez mais, estarem conectados e atualizados, pois para os adultos toda essa inovação leva mais tempo para ser assimilada, sendo necessário que haja uma formação continuada para que os profissionais estejam bem preparados.

Pode-se, então, afirmar que os impactos das tecnologias sobre a sociedade e a cultura incitam uma reflexão sobre as relações entre os sujeitos e a tecnologia, sendo necessária a sua ressignificação. As novas tecnologias precisam ser contempladas na prática pedagógica do professor, de modo a incrementar sua ação e interação no mundo contemporâneo, com critério, ética e uma visão transformadora.

A tecnologia é um aparelho de abertura das unidades escolares para o mundo, sendo que viabiliza o desenvolvimento de cidadãos mais conectados às demandas sociais do Século XXI. O que está em movimento é uma revolução cultural, o método de construção de uma escola mais interativa, viva e atraente.

Tudo isso leva o aluno a pesquisar mais, reinterar-se sobre o conteúdo estudado, o que não falta na web são vídeo-aulas que proporcionam aos alunos a possibilidade de tirar suas dúvidas a qualquer hora, em qualquer lugar, sem necessariamente ter que esperar até a próxima aula com o professor da disciplina, até mesmo estando distante de seus professores, tornando-os pesquisadores, autônomos e curiosos.

O acesso as técnicas das metodologias ativas de ensino e aprendizagem também promove e revela uma aproximação compreensiva da necessidade de que um educador, um transformador social seja um profissional de excelência, consciente de sua função de liderança na sociedade. É importante compreender que os computadores e o software educacional são ferramentas auxiliares no processo de aprendizagem do aluno e o que torna uma aula boa não é só o uso da tecnologia, mas sim a qualidade do conteúdo planejado, possibilitando a aquisição do conhecimento.

O desafio dos professores e instituições de ensino é identificar os principais pontos que podem levar os alunos a terem postura ativa nas aulas, de maneira a contribuir qualitativamente no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o ensino híbrido e aplicação de metodologias ativas em sala de aula mostra-se como importantes iniciativas para alcançar os resultados de aprendizagem esperados.

Veiga (2004) destaca a necessidade de que a flexibilidade do currículo e da organização pedagógica, o que confere maior autonomia e responsabilidade aos professores, contribuindo para maior interação e envolvimento no processo de ensino aprendizagem entre professor e aluno.

Paula, Pogr e e Graciela Lombardi (2006), por sua vez, destacam que os alunos n o s o meros expectadores, mas s o capazes de evoluir muito mais com a utiliza o de metodologias ativas e de intera o do que com o processo de ensino, pautado na utiliza o de m todos tradicionais, pois a intera o com outros alunos

através dessas tecnologias e de modo ativo contribui para o melhor aprendizado de ambos envolvidos nesse processo.

Os aprendizes da atualidade são indivíduos que têm acesso a muitas informações. Portanto, para que sejam motivados e seduzidos a participar de seu desenvolvimento escolar é crucial para os docentes tentar entendê-los e investir em um modelo pedagógico que lhes permita empreender uma forma de ensinar e aprender de modo coletivo, participativo e desafiador, que possa desenvolver o senso crítico e a criatividade.

As metodologias ativas de ensino e aprendizagem, com seu conjunto de técnicas, estimulam os processos construtivos de ação-reflexão-ação, com base na pedagogia de Paulo Freire, na qual o estudante deve ter uma postura ativa no percurso de seus estudos. Esse mesmo processo também promove e revela uma aproximação compreensiva da necessidade de que um educador, um transformador social seja um bom profissional.

Compreendemos que existe a necessidade de políticas públicas que se traduzam em mais democracia dentro das escolas, que busquem estimular o trabalho com as novas tecnologias, trazida pelos alunos para a sala de aula, desenvolvendo estudos mais dinâmicos, buscando trabalhar o lado reflexivo e crítico do educando.

Logo, trabalhar juntos (equipe pedagógica, professores e alunos) torna fundamental o desenvolvimento de políticas mais conscientizadoras, podendo agregar a tecnologia que o discente traz para a sala de aula à metodologia e ao conteúdo aplicada e planejada pelo docente, dinamizando os recursos que os discentes possuem.

Se, muitas das vezes, a tecnologia que os alunos trazem para sala de aula serve como forma de distração em relação ao conteúdo aplicado, há a necessidade de rever as atitudes, primeiramente, dos professores em sala de aula, mas extensivamente à toda a escola, para que os estudantes possam aprender a pesquisar e analisar informações adquiridas com os aparelhos trazidos para sala de aula e assim o ensino se tornará mais interessante para eles, pois os meios tecnológicos mudam a rotina dos mesmos.

A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e

as possíveis manipulações. O papel do professor é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los, através da prática pedagógica pela qual o aluno aprende fazendo, pesquisando, aplicando conceitos e desenvolvendo estratégias.

O desenvolvimento deve ser acompanhado de habilidades e de atitudes. Habilidades para poder caminhar sozinho, interpretar os fenômenos, saber expressar-se melhor, comunicar-se com facilidade e querer aprender sempre, colaborando para chegar a ter uma sociedade mais justa.

Quando bem explorada pela equipe pedagógica, a internet torna-se uma ferramenta com um potencial poderoso, exercendo um papel de cooperação juntamente com os professores e a equipe pedagógica. Especificamente, a utilização didática das NTICs nas práticas cotidianas só adquire sentido quando baseada em uma clara e definida concepção pedagógica, pois somente a introdução de aparatos tecnológicos sem uma concepção educativa fundamentada na construção do conhecimento e centralidade do aluno não tem potencial para impactar os processos de ensino.

Sabemos que as ferramentas tecnológicas que os alunos usam com mais frequência são: ferramentas de envio de mensagens, sites, jogos e redes sociais, sendo necessário orientá-los a conscientizar-se de que essas ferramentas tecnológicas devem ser utilizadas em sala de aula com o intuito e a responsabilidade de pesquisar e estudar.

Embora destacado a importância do uso de tecnologia na educação, fica evidente que muitas instituições de ensino e até mesmo professores tem proibido a utilização dessas ferramentas tecnológicas em sala de aula, citando como exemplo o uso da ferramenta para fins não educacionais.

Porém, Phebo (2010) afirma que os educadores precisam ter um olhar diferenciado para transformar o celular de 'vilão' em 'mocinho'. Com tantos estímulos externos, reinventar as aulas é essencial nesses novos tempos, já que essas novas estratégias de ensino permitem aos estudantes problematizar o conhecimento, tirar dúvidas e testar, na prática, o conhecimento recebido.

Enfim, acredita-se que a escola tem a função de utilizar as tecnologias para que o aluno possa construir novos saberes, o computador e a internet devem ser incorporados ao cotidiano das escolas, trazendo desafios na medida em que

favorecem o desenvolvimento de novas situações pedagógicas, ampliando as oportunidades para o acesso à informação, à participação, à ampliação de redes colaborativas de aprendizagem e para o processo de construção de novos conhecimentos.

Precisamos deixar bem claro, no entanto, que não intentamos exaurir toda a discussão que gira ao entorno do tema em estudo, mas apenas deixar registrado nessas poucas páginas, nossa compreensão e, portanto, contribuição para as reflexões acerca do tema em questão. Convidamos você, leitor, a ampliar as discussões a partir de suas próprias reflexões, por vezes, concordando conosco, por outras, discordando, afinal de contas, ciência se faz mediante o contraditório.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lillian e MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prático. Porto Alegre: Editora Penso, 2018

BARRERA, T. G. **O movimento brasileiro de renovação educacional no início do Século XX**. SP: FE-USP, 2016. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082016-113432/pt-br.php>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CAVALCANTI, Carolina Costa e FILATRO, Andrea. **Metodologias inov-ativas na educação, presencial, a distância e corporativa**. Editora Saraiva, 2018.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Inovaeduca**: práticas para quem quer inovar na educação. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/INOVA-ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MORAM, J. M. **Metodologias ativas**: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda/ José Moran- São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas, 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MORAN, J. **Metodologias ativas de bolso**: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

OTTO, P. A. **A importância do uso das tecnologias nas salas de aula nas séries iniciais do ensino fundamental I**. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168858/TCC_otto.pdf?sequenç. Acesso em: 20 dez. 2020.

RIBEIRO, P. e ZENTI, L. **O impacto na pedagogia**: como as novas abordagens pedagógicas surgidas a partir do uso tecnológico estão alterando o processo de ensino-aprendizagem nas salas de aulas brasileiras. Especial Tecnologia. Revista Educação. Ed.211. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/o-impacto-na-pedagogia/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SCNMITZ, E. **Sala de Aula Invertida**: uma abordagem para combinar metodologias ativas e engajar alunos no processo de ensino-aprendizagem. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede-CE/UFSM. Disponível em: <https://nte.ufsm.br/imagens/PDF_Capacitacao/2016/RECURSO_EDUCACIONAL/Ebook_FC.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VALENTE, J. e ALMEIDA, M. E. B. **Narrativas digitais e o estudo de contextos de aprendizagem**. Revista Em Rede. v.1, n.1, 2014. Disponível em <<http://aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/10>>. Acesso em: 19 out. 2020.

REALIDADE AUMENTADA: O USO DO SMARTPHONE NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Alana Albuquerque de Araújo – UNIESP

Klenia Spinelli Bernardino – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

A educação no século XXI passa por notáveis mudanças tecnológicas, políticas, culturais, sócio - económicas e científicas, grande parte das transformações ocorridas na educação estão relacionadas com as inovações tecnológicas, mais de certo modo a educação não consegue captar todas as mudanças que acontecem de forma tão rápida nas tecnologias, mais, aos poucos vem agregando em seu meio.

Para isso, precisamos inovar, para termos uma educação de qualidade, pensando na formação integral do aluno, tanto pessoal, transformando-o em um cidadão crítico e questionável, como também, profissional atendendo ao esperado pelo mercado de trabalho. O custo por descuidar dessa conexão, já está sendo pago em nossa sociedade, educação de péssima qualidade que resulta em desemprego por conta do despreparo dos cidadãos para atuar no âmbito profissional.

Hoje, o papel da escola vai além de transmitir conteúdos, ela precisa trabalhar as competências dos alunos pensando na formação integral dos mesmos, que no decorrer de suas vidas colocarão em prática, por exemplo, a facilidade na resolução de problemas. Competências cognitivas e socioemocionais são importantes e deverão estar presentes nessa nova era de aprendizado, pois promovem o seu destaque em qualquer acontecimento, transformando-se assim, agente na construção da sua própria aprendizagem.

A face do exposto, se faz necessário entender como as tecnologias influenciam nas transformações no âmbito escolar. Como supracitado, o mercado atual exige cada vez mais uma qualificação profissional diferenciada, por isso, a escola precisa acompanhar essas alterações e promover uma educação diversificada que atenda as inovações e demandas tecnológicas.

O desenvolvimento profissional deve estar estruturado na busca pelo conhecimento das inovações tecnológicas, para garantir uma educação de qualidade aos alunos as escolas devem prover esses conhecimentos aos

professores, assim eles poderão aplica-los de forma correta em suas aulas, assegurando uma construção de aprendizagem adequada.

O uso da tecnologia em sala de aula promove uma melhor relação entre professor e professor, e inclusive entre professor e aluno, além de ser um excelente meio de aprendizagem, ela transforma o meio escolar em um ambiente mais estimulante e agradável.

É desejado neste trabalho, a compreensão da importância das tecnologias em sala de aula como ferramenta ajudadora na construção de uma aprendizagem significativa. Com o objetivo de mostrar como o smartphone, que é uma ferramenta cada vez mais presente no cotidiano dos educandos, pode auxiliar na obtenção do conhecimento mais prazeroso, como também, contribuir para que outros professores possam conhecer e utiliza-las em sala de aula.

Para este fim, se fez necessário realizar levantamentos bibliográficos de pesquisas em internet, artigos e livros sobre o tema abordado, tendo como princípios teóricos: Brandão (2007), Unesco (1996) e Kensky (2007). A pesquisa é caracterizada como bibliográfica pois, ela é desenvolvida por meio de um material prontamente preparado, de cunho qualitativo, pois consideramos que vale a qualidade da quantidade atingida e interpretativista visto que, como pesquisadores, através das nossas vivencias e experiências fazemos a nossa interpretação do fenômeno estudado.

O trabalho foi dividido em três tópicos. O primeiro tópico fala de um modo geral sobre a educação no século XXI e as transformações causadas na sociedade que foram ocasionadas pelo surgimento das (TCIs) novas Tecnologias de Comunicação e Informação. A importância dos pilares da educação para garantir um patamar de conhecimentos fundamentais.

O segundo tópico do texto retrata as novas tecnologias da informação e comunicação no contexto de ensino aprendizagem. Relata como surgiu a tecnologia, que as transformações tecnológicas são resultantes de estudos e, também, da busca desenfreada do homem pela obtenção de riquezas. Além disso, traz a Realidade aumentada como fermenta inovativa para a construção do conhecimento de forma lúdica.

E o terceiro tópico refere-se ao uso do smartphone para a promoção de uma aprendizagem significativa. Com a disponibilidade de acesso à internet e a facilidade

que os educandos têm aos dispositivos móveis, torna-se mais fácil o uso do mesmo em sala de aula. Demonstra possibilidades para a sua aplicação, e evidencia o fato para o uso correto do smartphone nas atividades educacionais propostas pelos educadores e enfatiza sua utilidade como princípio educativo. E por fim, o manual elaborado pela Unesco mostra motivações e orientações para implantações de tecnologias móveis nas escolas, elucidando a importância para que cada país em seu nível, utilize as tecnologias adaptadas para sua realidade local.

São muitos os obstáculos que a escola tem a enfrentar, para utilizar e orientar o uso correto das tecnologias no ambiente escolar, no entanto, para obter sucesso ela deve estudar cautelosamente a forma que ela será inserida, evitando prejuízos futuros, almejando sempre para o educando a construção de uma aprendizagem concreta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

A educação vem se transformando ao longo dos anos, ao contrário do que todos pensam ela não acontece apenas no âmbito escolar, e sim em todos os lugares de forma natural, para o autor Brandão “ Só os formalistas pedagógicos podem enxergar educação apenas dentro dos sistemas restritos da pedagogia ” (BRANDÃO, 2007, p.109). A educação é uma constante troca de conhecimentos de geração a geração, também pode ser libertadora ou dominante, a depender da finalidade que a sociedade à utiliza.

Não podemos analisar a educação sem levar em conta a desigualdade social enfrentada em nosso país, ela influencia diretamente na discrepância educacional. A educação pública do Brasil deixa muito a desejar se comparamos ao ensino de escolas privadas, isso se dá por vários fatores, entre eles, a desigualdade econômica.

Quando o fruto do trabalho acumula os bens que dividem o trabalho, a sociedade inventa a posse e o poder que separa os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais. A posse e o poder dividem também o saber entre os que sabem e os que não sabem. Dividem o trabalho de ensinar tipos de saber a tipos de sujeitos e criam, para o seu uso, categorias de trabalhadores do saber-e-do-ensino. (BRANDÃO, 2007, p.102).

Em sua fala o autor evidencia esse modo dominante e desigual de ensino, a escolaridade hoje é um instrumento de desigualdade e alienação, a classe superior elege o que a classe baixa precisa saber, ou seja, é uma forma de manipular os menos desfavorecidos.

Brandão ressalva que, as mudanças mais inovadoras na educação são resultados de lutas políticas, “ Eu não tenho dúvidas em afirmar que é entre as formas novas de participação popular, nas brechas da luta política, que, hoje em dia, surgem as experiências mais inovadoras de educação no Brasil. ” (BRANDÃO, 2007, p.107).

Políticas públicas contribuem para melhoria dessa disparidade educacional. Para diminuir essa diferença o Ministério da Educação lançou a Base Nacional Comum Curricular com a finalidade de garantir um índice de aprendizagem igual para crianças e jovens de todo país. Ela já entrou em vigor em 2020 e deve ser implantada até o ano de 2022 em todas as escolas do Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)². (BRASIL, 2017, p.07)

A educação do século XXI é dedicada a aprendizagem e não apenas ao ensino, desta maneira os educadores devem estar atentos ao processo de conhecimento que os alunos desenvolvem, promover aos mesmos uma aprendizagem significativa repleta de habilidades e competências, preparando-os para a vida e o mercado de trabalho é mais um desafio que os professores enfrentarão.

É preciso desconstruir que o papel do pedagogo é apenas transmitir conhecimentos, a palavra mais adequada seria construir, o mesmo precisa estar ciente desde o início de sua carreira, esse é o seu designo, criar possibilidades para produção e construção de conhecimentos.

Para isso, é necessário que, os educadores estejam formados pessoal e profissionalmente, com habilidades didáticas e tecnológicas diferenciadas que levem o aluno a refletir, questionar e formular seus próprios conceitos, sendo capaz de aplicar em sua vida pessoal e profissional o que foi apreendido em sala de aula, tornando-se assim sujeitos atuantes e preparados para mudar a sociedade para melhor.

Sabendo que a educação está sempre em constante mudança é imprescindível não relacionar o avanço tecnológico e as novas demandas da sociedade com as mudanças na forma de ensinar. Desta maneira Brandão destaca essa maravilhosa forma que a educação tem de se reinventar: “ O mais importante nesta palavra, "reinventar", é a ideia de que a educação é uma invenção humana e, se em algum lugar foi feita um dia de um modo, pode ser mais adiante refeita de outro, diferente, diverso, até oposto. ” (BRANDÃO, 2007, p. 99)

Para ajustar os conhecimentos necessários, a educação traz consigo um conjunto de aprendizagens fundamentais, os quatro pilares, estes garantem um patamar de conhecimentos que cada educando deve aprender no decorrer de sua vida, focando no melhor desenvolvimento possível não só como estudante, mais também como ser humano. Em **EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI destaca-se esses pilares:

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (UNESCO, 1996, p.90)

Estes pilares são considerados fundamentais para a formação de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos na sociedade a informação, onde o conhecimento se produz de maneira ativa, colaborativa e compartilhada, não cabendo mais, portanto, espaço para o individualismo limitante e egocêntrico. Vejamos, à seguir, com um pouco mais de atenção cada uma deles.

2.1.1 Aprender a conhecer

Esse pilar abraça o aprendizado, como construí-lo para uma vida toda. Compreender, conhecer e descobrir são processos cognitivos que contribuem para

que o aprendizado aconteça, despertando no aluno o prazer por aprender. O relatório produzido pela Unesco deixa esse fato bem claro:

Este tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana. Meio, porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir (UNESCO, 1996, p. 90 e 91).

Consequente o relatório da Unesco enfatiza a importância do aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico. O educador pode incentivar a pesquisa individual para despertar e desenvolver essas habilidades permitindo compreender o real, mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir, tornando o indivíduo capaz de tomar suas próprias conclusões. Para termos sucesso nesse processo de descoberta a prática e o exercício da memória, atenção e pensamento são fundamentais para a construção da autonomia (UNESCO, 1996).

O que tem contribuído negativamente para uma construção de saberes de forma harmoniosa é o uso da tecnologia de maneira inadequada. As facilidades de acesso à internet e dispositivos são inúmeras. As crianças estão convivendo cada vez mais cedo com tablets, smartphones, notebooks e celulares e logicamente são influenciados diretamente na forma de aprender, assimilar, interagir e se relacionarem.

Aprender para conhecer supõe, antes tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. Desde a infância, sobretudo nas sociedades dominadas pela imagem televisiva, o jovem deve aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas. A sucessão muito rápida de informações mediatizadas, o “zapping” tão frequente, prejudicam de fato o processo de descoberta, que implica duração e aprofundamento da apreensão. Esta aprendizagem da atenção pode revestir formas diversas e tirar partido de várias ocasiões da vida (jogos, estágios em empresas, viagens, trabalhos práticos de ciências...). Por outro lado, o exercício da memória é um antídoto necessário contra a submersão pelas informações instantâneas difundidas pelos meios de comunicação social. Seria perigoso imaginar que a memória pode vir a tornar-se inútil, devido à enorme capacidade de armazenamento e difusão das informações de que dispomos daqui em diante. É preciso ser, sem dúvida, seletivo na escolha dos dados a aprender “de cor” mas, propriamente, a faculdade humana de memorização associativa, que não é redutível a um automatismo, deve ser cultivada cuidadosamente. Todos os especialistas concordam em que a memória

deve ser treinada desde a infância, e que é errado suprimir da prática escolar certos exercícios tradicionais, considerados como fastidiosos (UNESCO, 1996, p.92).

Assim como o relatório enfatiza, tanto nos educadores como pais e responsáveis devemos estar atentos ao conteúdo que as crianças estão tendo acesso, pois eles podem influenciar diretamente na formação da sua aprendizagem.

2.1.2 Aprender a fazer

Esse é o pilar que visa a formação profissional, ou seja, o enfoque principal dele está ligado a expor as habilidades de comunicação, o que envolve também a forma de como o indivíduo trabalha, relaciona-se com os outros e soluciona problemas. Além de obter conhecimento teórico é necessário coloca-los em prática. Por conta do avanço tecnológico que vem substituindo o trabalho manual do homem, a pessoa precisa ser mais capacitada intelectualmente sendo levada a tomar decisões e fazer escolhas de forma competente em qualquer contexto na qual ela esteja inserida. O trecho abaixo comprova este desfecho.

Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, à ideia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. Se juntarmos a estas novas exigências a busca de um compromisso pessoal do trabalhador, considerado como agente de mudança, torna-se evidente que as qualidades muito subjetivas, inatas ou adquiridas, muitas vezes denominadas “saber-ser” pelos dirigentes empresariais, se juntam ao saber e ao saber-fazer para compor a competência exigida — o que mostra bem a ligação que a educação deve manter, como aliás sublinhou a Comissão, entre os diversos aspectos da aprendizagem. Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos, tornam-se cada vez mais importantes. E esta tendência torna-se ainda mais forte, devido ao desenvolvimento do setor de serviços (UNESCO, 1996, p.94).

Como supracitado, atualmente o que se evidencia na qualificação profissional de uma pessoa é a sua desenvoltura no trabalho, a capacidade que a mesma possui de solucionar problemas, a forma como ela se relaciona com os colegas de trabalho e se ela possui uma comunicação eloquente que é fundamental no ambiente profissional, essas características podem e já devem ser trabalhadas desde cedo pela escola, garantindo assim uma formação integral do aluno.

2.1.3 Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros

Esse pilar trata especificamente da relação com o outro, como viver harmoniosamente com as pessoas diferentes, a Unesco diz que essa habilidade deve ser aplicada através da descoberta progressiva do outro e por meio da participação em projetos comuns, esses parecem ser métodos eficazes para evitar conflitos

A Unesco relata ainda a importância de desenvolver essa empatia no âmbito escolar. O papel do professor em criar laços afetivos, promovendo, a tolerância e o respeito. Projetos de cooperação são fundamentais, pois os alunos aprenderão desde cedo a se relacionar bem com o outro ou solucionar algum conflito que venha a surgir.

Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem-se evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre os adultos. Assim, o ensino da história das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para futuros comportamentos. Por fim, os métodos de ensino não devem ir contra este reconhecimento do outro. Os professores que, por dogmatismo, matam a curiosidade ou o espírito crítico dos seus alunos, em vez de os desenvolver, podem ser mais prejudiciais do que úteis. Esquecendo que funcionam como modelos, com esta sua atitude arriscam-se a enfraquecer por toda a vida nos alunos a capacidade de abertura à alteridade e de enfrentar as inevitáveis tensões entre pessoas, grupos e nações. O confronto através do diálogo e da troca de argumentos é um dos instrumentos indispensáveis à educação do século XXI (UNESCO, 1996, p.98).

É importante o desenvolvimento de trabalhos pela escola que promova o respeito as diferenças, que desenvolva o afeto pelo próximo, ressaltando sempre que o outro é importante, que devemos respeitar e ter impassibilidade agindo sempre com benevolência diante dos conflitos ocorridos na trajetória de sua vida, mais, todavia a família tem o papel fundamental nessa construção, ela deve reforçar e cultivar esse crescimento em casa.

2.1.4 Aprender a ser

O último dos saberes mais não menos importante, trata da formação do ser humano como um todo, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, aptos a pensar de forma crítica sendo capaz de produzir seu próprio juízo de valor.

Assim a Comissão adere plenamente ao postulado do relatório Aprender a ser: “O desenvolvimento tem por objeto a realização completa do homem, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos”. (UNESCO, 1996, p.101)

É indispensável não dizer que os quatros pilares da educação são indissociáveis, eles se completam e interpenetram entre si. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.

A educação do século XXI deve esta pautada nestes pilares, de modo a promover uma aprendizagem significativa auxiliando os alunos a descobrir o potencial existente dentro de cada um.

2.2 NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Antes de dar início precisamos entender um pouco sobre o que é tecnologia. Ela é tão antiga quanto a espécie humana, a inteligência e o uso do raciocínio do homem criam as mais diversas tecnologias, esses conhecimentos quando colocados em prática dão origem a diferentes equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, processos, ferramentas, enfim as tecnologias.

Lendo diversos livros e artigos científicos vimos que as grandes invenções tecnológicas que temos hoje em dia são resultantes de muitas transformações e estudos, mais, também, pela busca desenfreada do homem em ampliar seus domínios e suas riquezas. A guerra fria que durou quase 50 anos, também contribuiu para o surgimento de novos equipamentos muito importantes que utilizamos até hoje como: relógio, computador, micro-ondas entre outros. Que as tecnologias estão cada vez mais presentes em nosso ambiente atual é uma realidade, mais como lidamos com ela na educação.

Para Leyotard (1988, apud. KENSKI, 2007), um grande filósofo francês, o grande desafio da espécie humana na atualidade é a tecnologia. Segundo ele, a única chance que o homem tem para conseguir acompanhar o movimento do mundo é se adaptar-se à complexidade que os avanços tecnológicos impõem a todos,

indistintamente. Este é também o duplo desafio para a educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios.

O principal papel da educação é a formação do indivíduo em sua capacidade física, mental, intelectual e moral, visando sua melhor integração individual e social. Para isso, o educador precisa se unir a tecnologia e tornar ela sua aliada nesse processo, o mesmo deve utilizar a educação para ensinar sobre as tecnologias que estão na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso delas para ensinar as bases dessa educação.

A tecnologia veio para agregar valores no nosso desenvolvimento educacional. Para que ocorra assimilação da soma dos padrões, é preciso que esses sejam ensinados e aprendidos. Vivemos em uma nova era na a qual tecnologia e o homem estão crescendo ao ponto de tomarem conta da sociedade. E o fato da aplicação prática do conhecimento científico estarem evoluindo, isso não as torna suficientes. É preciso ser ensinada, ou seja, se faz necessário o compartilhamento de conhecimentos táticos entre todos e qualquer indivíduo, dentro e fora do âmbito educacional.

Quando buscamos nos apropriar mais dos recursos que o uso da tecnologia nos proporciona, o que era desafiador se torna prazeroso. Segundo McLuhan, “o grande teórico da comunicação, já dizia, nos anos 1970, que as tecnologias se tornam invisíveis à medida que se tornam mais familiares. A educação é essencial para assilarmos cada vez mais a inovação tecnológica.” (MCLUCHAN, 1970, apud. KENSKI, 2007, p.44).

Em seu livro, a autora supracitada também menciona a importância na escolha da tecnologia adequada para ser utilizada em sala de aula, ela deve ter propósito educacional pois “ A escolha de determinado tipo de tecnologia altera profundamente a natureza do processo educacional e a comunicação entre os participantes. ” (KENSKI, 2007, p.45).

A inserção das novas tecnologias de informação e comunicação (TICS) no contexto da aprendizagem, tem se mostrado de grande valor, televisão, vídeos, sites educacionais, celulares são algumas ferramentas que compõem as TICS, a mesma facilita a interatividade no meio escolar e a forma de como os alunos se relacionam

com novas mídias digitais e com os indivíduos ao seu redor, isso significa que, elas facilitam a forma de atuação e comunicação.

A interatividade para o autor, “ é uma variável, que pode ser aplicada não somente na comunicação face a face, mais em qualquer sistema de comunicação mediada. ” (RAFAELI; SUDWEEKS, 1997, apud. BIEGING; BUSARELLO, 2014, p.15). Ou seja, ela não depende apenas da tecnologia para que aconteça, mais, não podemos negar o fato de que os avanços tecnológicos contribuem para que ela se evidencie e ocorra no ambiente virtual.

Com a intenção que, a interatividade aconteça como meio de comunicação seria necessário: “ a expressão da extensão que, em uma determinada série de trocas comunicativas, relacionam qualquer transmissão (ou mensagem) terceira (ou posterior) com grau de referência às trocas prévias, mesmo em transmissões anteriores” (RAFAELI, 1988, apud. BIEGING; BUSARELLO, 1997, p.15). Logo, teremos que ter uma troca de informações entre sujeitos em um sistema ou equipamento para construção de um conteúdo interativo colaborativo.

Raraeli e Sudweek (1997), ainda ressalvam a importância da comunicação por meio da interatividade no ambiente pedagógico.

Para eles a comunicação apresenta maior satisfação e aceitação quando ela é interativa, pois estimula o senso de diversão e a sociabilidade. A interatividade aumentaria também o grau de atenção, aprendizagem e fixação de conteúdos dos alunos e por isso os autores sugerem seu uso na pedagogia, apontando, porém, uma avaliação do custo-benefício já que é mais caro elaborar ferramentas interativas. (RAFAELI e SUDWEEK, 1997, apud. BIEGING; BUSARELLO, 2014, p.16)

Com o intuito de tornar suas aulas mais interessantes e eficientes, com propósito de engajar os seus alunos e despertar o interesse dos mesmos por determinado conteúdo, o professor pode e deve fazer uso de ferramentas tecnológicas interativas. Inúmeras são as possibilidades dos meios tecnológicos para serem trabalhados em sala como: o uso de aplicativos para fazer perguntas e respostas, jogos, atividades de pesquisa que utilizem a internet, sites com fins educativos entre outros. Essas atividades facilitam o desenvolvimento mental e intelectual dos educandos.

Outra ferramenta nova e muito eficiente é a Realidade Aumentada (RA), ela é uma metodologia inovativa que faz parte dos ambientes virtuais imersivos, que proporciona ao aluno uma integração com elementos ou informações virtuais, uma

vez que ela é inclusa no livro didático traz uma realidade do que está fora do alcance para dentro da sala de aula. Os ambientes virtuais imersivos “são espaços navegáveis e interativos embasados em um sistema computacional que permite a imersão em mundos virtuais ou outros ambientes” (FILATRO e CALVALCANTI, 2018, p.107)

Levando em conta, que, essa nova geração está mais atenta do que nunca no ambiente virtual, a Realidade Aumentada é de fácil acesso e proporciona um ensino lúdico e divertido nos espaços virtuais.

Há alguns anos, tecnologias de Realidade Aumentada (RA) passaram a ser incorporadas em livros didáticos, viabilizando a sobreposição de objetos virtuais que podem ser lidos por softwares instalados em computadores, smartphones, tablets, entre outros. Especialmente os dispositivos móveis têm sido usados para leitura de RA disponíveis em livros didáticos devido a seu poder de processamento. Sua câmera acoplada é usada para capturar uma imagem impressa na página de um livro didático e, em contrapartida, objetos virtuais são projetados na própria tela (display) do dispositivo (FILATRO e CAVALCANTI, 2018, p.105).

A fim de compreendermos melhor o que vem a ser Realidade Aumentada citaremos um exemplo de Recursos de RA que foram incorporados à coleção de livros didáticos Ciências Novo Pensar, da editora FTD.

A coleção possui 60 recursos de RA para ensinar, de forma lúdica, conceitos complexos de ciências para adolescentes do Ensino Fundamental II (6o a 9o anos). Em cada um dos cinco livros da coleção, estudantes e professores podem interagir com objetos virtuais, como uma colmeia de abelhas, uma célula humana, o sistema respiratório, um eclipse lunar e um microscópio, entre outros. Com isso, podem explorar esses recursos que explicam sistemas, processos, estruturas e atividades observáveis ou não a olho nu (FILATRO e CAVALCANTI, 2018, p.106).

A partir do exemplo apresentado compreendemos que a Realidade Aumentada, através do meio de apresentar o conteúdo em 3D, assiste de forma assertiva na aprendizagem, pois, aproxima o aluno do objeto, matéria ou disciplina que ele esteja estudando.

Para que a tecnologia contribua no processo pedagógico vários fatores devem ser levados em conta, por que, por mais avançada que ela seja precisa de um meio, um mediador e o sujeito para acontecer. A autora Kenski cita alguns fatores que devemos levar em consideração:

A sua história de vida, os conhecimentos anteriores, os objetivos que definiram a sua participação em uma disciplina e a sua motivação para aprender este ou aquele conteúdo, desta ou daquela maneira são

fundamentais para que a aprendizagem aconteça. As mediações feitas entre o seu desejo de aprender, o professor que vai auxiliar você na busca dos caminhos que levem à aprendizagem, os conhecimentos que são a base desse processo e as tecnologias que vão lhe garantir o acesso e as articulações com esses conhecimentos configuram um processo de interações que definem a qualidade da educação (KENSKI, 2007, p.46).

Como pudemos ver no texto acima, vários fatores contribuem para uma aprendizagem significativa. Aprender é algo essencial na vida do ser humano essa aprendizagem acontece por meio de obtenção de habilidades e conhecimentos de forma progressiva e vai se adequando a cada período de vida da pessoa.

As tecnologias têm se mostrado positivas no contexto da educação, promove uma aprendizagem prazerosa, o uso de sites, aplicativos que encantam os olhares dos alunos, enciclopédias ricas em conteúdo dinamizados, inovações nas formas que os educandos aprendem e obtêm novos conhecimentos. Kenski retrata o que a tecnologia e as redes de comunicação incorporam na educação e na sociedade:

Já não se trata apenas de um novo recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até mesmo os espaços físicos em que ocorre a educação. A dinâmica e a infinita capacidade de estruturação das redes colocam todos os participantes de um momento educacional em conexão, aprendendo juntos, discutindo em igualdade de condições, e isso é revolucionário (KENSKI, 2007, p.47).

Devemos ficar atentos para que essa relação entre as Tecnologias da informação e comunicação promova uma aprendizagem concreta, o uso da RA contribui para uma aprendizagem interativa e engajadora, as informações devem ser transmitidas de forma significativa, envolvendo o aluno e o tornando participante na construção do saber efetivo.

2.3 O USO DO SMARTPHONE PARA A PROMOÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Com a acessibilidade à internet, hoje em dia, toda a sociedade se encontra conectada, os dispositivos móveis facilitam ainda mais essa interação. Adultos, jovens, adolescentes e crianças estão mais conectadas a esses dispositivos, tablets, celulares e smartphones, favorecem o acesso a várias redes e aplicativos. O aproveitamento desses aparelhos para fins educativos pode ser uma forma de interação dos alunos através do meio pelo qual eles estão habituados, envolvendo-os na atividade proposta pelo professor.

Uns dos principais motivos para não terem acesso a estes dispositivos, principalmente os alunos de escola pública é o alto custo do produto, mais devido a evolução e o baixo custeio com o passar do tempo o aparecimento destes em sala de aula vai se tornar cada vez mais comum. Portanto, o professor como agente mediador dos conhecimentos humanos não pode ser alienado, pelo contrário deve buscar como utilizar essas ferramentas de forma a proporcionar novos conhecimentos, para aplica-los em sala de aula. Conforme Mateus e Brito (2011, pg. 9521), “se o compromisso do professor é com o homem concreto, com sua humanização e libertação, ele não deve prescindir nem da ciência e da tecnologia e sim instrumentalizar-se para então melhorar sua prática e sua luta por sua causa”.

Regras precisam ser impostas para utilização desses aparelhos no ambiente escolar de forma saudável, estados e municípios proíbe o uso dos mesmos na escola, e algumas escolas também em seu regimento escolar evidenciam este fato.

Há leis municipais e estaduais que determinam a proibição ao uso de aparelhos eletrônicos por alunos na escola e/ou na sala de aula. Para compreender melhor isso, foi realizado um levantamento na internet com termos “lei”, “celular” e “escola”. Foram levantadas e analisadas 23 leis, sendo 11 estaduais, 11 municipais e uma do Distrito Federal. Todas foram publicadas entre 2002 a 2012. Em geral, as leis analisadas focam na proibição ao uso do celular pelos alunos nos estabelecimentos escolares ou na sala de aula; ressaltam a importância de que a comunidade escolar tenha conhecimento dessas leis; e determinam diretrizes para a escola lidar com os alunos que as descumprirem. Além das leis, existe a proibição ao uso do celular por parte dos regimentos escolares. Para compreender melhor este tema, foi realizada uma busca na internet com os termos “regimento escolar” e “norma escolar”. Foram analisados 21 regimentos de escolas do ensino fundamental e/ou médio, sendo 5 particulares, 5 municipais e 11 estaduais. Em síntese, os regimentos analisados se referem às leis para justificar a proibição ao uso dos celulares na escola; indicam que a escola não se responsabiliza pela perda de aparelhos eletrônicos pessoais nesse local; proíbem o uso não só para alunos como para professores; e estabelecem forma de punição para o descumprimento dessa regra. Os alunos, em geral, informaram que as escolas proíbem o uso durante as aulas e liberam nos intervalos, sendo esta especificidade constatada em apenas um dos 21 regimentos analisados (NAGUMO e TALES, 2016, pg. 363).

Acreditamos que coibir o uso dos dispositivos eletrônicos é uma perda, pois esta ferramenta conciliada ao conteúdo proporcionado pelo educador pode trazer grandes benefícios na aprendizagem dos alunos. Prensky (2010 apud. NAGUMO e TALES, 2016, pg. 364) acredita na “importância da inserção do celular como ferramenta pedagógica, pois seu banimento da escola é uma solução simples que, em longo prazo, apenas enfraquece a educação”.

O estado de São Paulo entendeu essa necessidade e criou a lei nº 860/2016 que permite o uso de aparelhos celulares nas salas de aula das escolas estaduais, no período de aulas, apenas para finalidades pedagógicas alterando a lei 12.730/2007, que proibia o uso de celulares em escolas estaduais. Segundo o secretário de Educação do município José Renato Nalini, o acesso a informações e as possibilidades de produção e compartilhamento de conteúdos, principalmente por meio telefones celulares, tablets e demais aparelhos eletrônicos, fazem parte, cada vez mais, da rotina da população e não podem ser ignoradas pelos gestores administrativos e pedagógicos das unidades escolares do Estado. Assim, "O ensino prelecionai está sendo questionado em todos os ambientes. Se quisermos manter o aluno interessado em aprender, temos de usar a linguagem dele. A linguagem de seu tempo", afirmou o secretário de Educação, José Renato Nalini". (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

Vale ressaltar que o objetivo do uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula é estritamente para fins educativos, os professores e alunos devem estar esclarecidos e conscientes para não fazerem uso do celular de forma indiscriminada e formações continuadas devem ser promovidas para capacitação do educador.

A pesar de verificar-se algumas escolas inserindo o celular como instrumento didático, ainda são raras, a maioria das escolas de hoje insiste em seu contexto tradicional, os jovens envolvidos em meio as tecnologias inovadoras ficam entediados com esse ensino formal de conteúdo, os alunos de hoje vivem em busca do moderno, a todo instante surgem novos dispositivos e aplicativos e a ansiedade deles é conhecer o dominar o uso destes. Pretto (2013), enfatiza a nossa fala:

Assevera que a escola apropriar-se desta tecnologia como se fossem meras ferramentas é jogar dinheiro fora. Para ele, é necessário o uso das tecnologias com a perspectiva de modificar a forma de ensino e apreensão, para deixar de formar somente consumidores de informações e passar a formar produtores de cultura e conhecimentos (PRETTO, 2013, apud. NAGUMO e TALES, 2016, p.365).

Os professores e a escola precisam mudar a forma de como veem o uso da tecnologia e do celular no ambiente escolar, os educadores precisam planejar suas aulas de forma que motivem os alunos. A inibição ao uso do dispositivo eletrônico não resolve a falta de atenção dos mesmos nas aulas. Desse modo,

O fato de os alunos considerarem as aulas tediosas provavelmente decorra da falta de relação destas com a realidade e a expectativa deles. A escola tem uma importância social na formação de cidadãos críticos e trabalhadores, contudo, o modelo vigente está cada vez mais distante de um público que tem acesso constante a informações. Entender por que os alunos preferem navegar na internet durante aulas tediosas pode dar pistas do que pode ser melhorado na sala de aula (NAGUMO e TALES, 2016, p.365).

O que a escola deve mudar é a maneira da utilização do celular no ambiente escolar, ele não deve apenas ser utilizado no intervalo para fins pessoais, e sim, na sala de aula para meios educativos, para pesquisas, jogos educativos ou a escola pode até mesmo criar um blog para os alunos postarem seus trabalhos envolvendo, assim, todos os alunos. Mateus e Brito (2011) cita a baixo outras formas de trabalhar com o smartphone:

Alunos com smartphones conectados à internet podem sim se dispersar durante aula, entrando em redes sociais, se comunicando com amigos em momentos inadequados e até mesmo atrapalhar a aula e outros colegas. No entanto, poderá também pesquisar em dicionários on-line ou em aplicativos já disponibilizados pelas editoras, existem vários. A câmera, presente em praticamente todos os modelos, pode ser utilizada na disciplina de Artes em um trabalho com fotografias. A rede social Foursquare⁷, disponível nos smartphones, pode ser aproveitada na disciplina de Geografia, assim como ferramentas de localização e mapas on-line. Uma infinidade de possibilidades surge quando os dispositivos móveis em questão deixam de ser vistos como vilões e passam a ser aceitos como novas ferramentas para a aprendizagem (MATEUS e BRITO, 2011, pg. 9519).

O Blog Pés Projetos Educacionais (2013) publicou em sua página um manual elaborado pela Unesco com motivações para tecnologias móveis serem implantadas nas escolas, este traz consigo também orientações para a implantação e o uso correto. Cada país está em um nível diferente no uso das tecnologias móveis em sala de aula. Por isso, é importante que cada um use o guia adaptado às suas necessidades locais.

Especialistas da Unesco espalhados pelo mundo começaram a elaborar um guia com orientações que servissem a qualquer governo, independentemente do grau de maturidade que o país estivesse nesse debate. O documento orienta a criação de políticas públicas que incentivem o uso das tecnologias móveis em sala de aula. As diretrizes políticas relacionadas ao aprendizado móvel que forem criadas devem estar em harmonia com as que já existirem no campo das TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação).

Consequente o guia enfatiza a importância de treinar professores para que eles se apropriem do uso da ferramenta, evidencia o fato dos educadores no Brasil serem resistentes a incorporação da mesma. O guia mostra dez motivos para governos implantarem e aproveitarem a tecnologia móvel para garantir melhores resultados na escola como: criar ou atualizar políticas ligadas ao aprendizado móvel, conscientizar sobre sua importância, expandir e melhorar opções de conexões, ter acesso igualitário, garantir equidade de gênero, criar e otimizar conteúdo educacional, treinar professores, capacitar educadores usando tecnologias móveis, promover uso seguro, saudável e responsável de tecnologias móveis e usar tecnologias para melhorar a comunicação e a gestão educacional.

A Unesco acredita que o celular como ferramenta pedagógica amplia o alcance e a equidade em educação, melhora a educação em áreas de conflito ou que sofreram desastres naturais, assiste alunos com deficiência, otimiza o tempo na sala de aula, permite que se aprenda em qualquer hora e lugar, constrói novas comunidades de aprendizado, dá suporte a aprendizagem in loco, aproxima o aprendizado formal do informal, provê avaliação e feedback imediatos, facilita o aprendizado personalizado, melhora a aprendizagem contínua e a comunicação e maximiza a relação custo-benefício da educação.

Levando em consideração este fato, a capacitação dos professores e a inserção do smartphone como ferramenta ajudadora na construção do conhecimento é algo satisfatório e enriquecedor, os motivos supracitados deixam bem claro este evento, o que sempre devemos ter em mente é o uso desse equipamento de forma correta com intuito de promover aprendizagem, conscientizando a todos está intenção, tendo cuidado para seu uso não ser excessivo e ao invés de trazer benefícios torne-se maléfico para os alunos.

O uso do aparelho celular deve, também, estar exatamente ligado ao conteúdo que o educador deseja associar, pois a utilização do mesmo fora do contexto escolar pode trazer prejuízos, como a desatenção, pois o aluno pode se conectar a web ou até mesmo se comunicar com amigos por meio de mensagens durante a aula, atrapalhando o próprio educando ou o seu colega de sala.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante dos resultados obtidos, pudemos constatar que as mudanças ocorridas na educação do século XXI estão inteiramente ligadas as transformações tecnológicas que aconteceram em nossa sociedade. À medida que a tecnologia avança a educação também se reinventa. Pesquisamos em diversos livros e observamos que a tecnologia não é algo recém descoberto e sim tão antiga quanto a espécie humana. Percebemos também que, o que tem feito muitos encararem a tecnologia como desafio é, não conseguir agrega-la como suporte de valor pedagógico.

Constatamos também, que a tecnologia não se trata apenas de matérias concretos como: computadores, tablets, celulares, entre outros. Nem está só relacionado ao meio de produção industrial com maquinários inteligentes, sua importância é bem mais extensiva. Para (LIMA, 2005, apud. AGUIAR; PASSOS, 2014, p.15) “trata-se de um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas do seu cotidiano, superando-os”.

Contemplamos o fato de estarmos passando por uma série de transformações que não irá parar mais. Diante dessa realidade, vale salientar que foi proposto a necessidade de buscarmos nos apropriarmos cada dia mais dos recursos que a tecnologia nos proporciona. Podemos sim alterar a natureza do processo, quando nos posicionamos em uma nova busca. Busque sentir a necessidade sua e das pessoas e logo, teremos uma troca de informações entre sujeito e um sistema, para a construção de conteúdos interativos colaborativos.

Vimos que, a discrepância na educação se dá pelo fato da desigualdade social existente em nosso país, que dificulta o acesso de todos a educação igualitária e de qualidade. A classe dominante, ou seja, a que tem poder aquisitivo maior, domina a classe inferior, ficando os pobres à mercê dos ricos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais chamam a atenção para este fato, onde a escola tem o dever de desenvolver práticas sociais que respeitem os seres humanos e suas individualidades sociais:

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de

discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, apud. AGUIAR; PASSOS, 2014, p.12).

Elucidamos o fato para diminuir essa disparidade educacional e conseqüentemente a desigualdade social, mostramos a BNCC (Base Comum Curricular) que elaborou um conjunto de aprendizagens essenciais para todas as crianças e jovens do Brasil, é um documento normativo para instituições públicas e privadas, tendo assim, as escolas uma base obrigatória para elaboração da sua proposta curricular e planos pedagógicos para alunos da educação infantil, fundamental e ensino médio.

As transformações na forma de ensinar também estão associadas as mudanças tecnológicas, como constatamos, hoje o professor não é apenas transmissor de conhecimentos e sim construtor junto aos alunos, ele precisa estar atento se o alunado está obtendo aprendizagens significativas que irão acompanhá-las no decorrer de toda sua trajetória escolar, humana e profissional. Destacamos os quatro pilares da educação para uma formação integral do indivíduo, elas garantem um patamar de conhecimentos que cada educando deve aprender em sua vida.

Ressalvamos a importância da comunicação por meio da interatividade no ambiente pedagógico, evidenciamos que não se faz necessário um contato físico para que um processo interativo aconteça, se tratando de interação tecnológica Jensen define interatividade como: “uma medida da habilidade potencial da mídia em deixar o usuário exercer influência sobre o conteúdo e/ou as formas de comunicação mediada” (JENSEN, 1998, apud. BIEGING e BUSARELLO, 2014, p.18), a tecnologia facilita essa forma de interação entre os educandos na sala de aula e no ambiente virtual.

Se tratando das ferramentas tecnológicas, vimos a importância da inserção das mesmas em sala de aula, a aplicabilidade da tecnologia no ambiente escolar facilita a comunicação e o convívio entre alunos e professores. Por meio de atividades em grupo ou duplas utilizando a internet, o educando pode se tornar estrela da sua própria aprendizagem, ao utilizar o smartphone para fazer pesquisas ou realizar outras atividades mediadas pelo professor.

Outro fator interessante são os elementos visuais que a internet possui, que aproxima os alunos e estabelece vínculos entre o conteúdo abordado e a realidade. Uma ferramenta inov-ativa que evidenciamos que traz essa possibilidade fantástica de aproximar o aluno ao real é a Realidade Aumentada, essa e outras ferramentas interativas motivam os alunos e os deixam mais atentos aos conteúdos apresentados.

Nós pedagogos do século XXI, temos várias possibilidades com o auxílio da tecnologia de tornar nossas aulas mais atrativas e eficazes, não podemos ser alienados, devemos buscar novos conhecimentos e nos capacitar cada vez mais para transmitir e construir o melhor aprendizado juntos aos nossos alunos.

Testemunhamos que as tecnologias têm se revelado positivas no contexto educação, promovendo uma aprendizagem satisfatória. O papel do professor, segundo (BELLONI, 1999, apud. PEREIRA e SILVA, 2013, p.91), “É orientar os alunos nos estudos da disciplina pela qual é responsável, esclarecendo dúvidas e explicando questões relativas aos conteúdos, mas não é somente isso, ele deve fazer com que os alunos busquem e que não esperam uma resposta já decifrada, pois é precisamente esta situação que eles vão encontrar na vida. ”

Casos e fatos comprovam a veracidade que, o uso dos dispositivos eletrônicos tem auxiliado a diversos alunos a irem a busca de suas respectivas respostas os tornando autônomos, críticos, participativos, que solucionam problemas e imprevistos, que opinam e transformam o meio em que vivem. Aprender é algo imprescindível em nossas vidas por meio de nossas habilidades e conhecimentos que vai se aprimorando com os níveis de experiências que adquirimos na vida.

Por fim, colocamos a importância do manuseio correto dos aparelhos eletrônicos em sala de aula, visto que, o mesmo como ferramenta ajudadora na construção da aprendizagem é enriquecedor e satisfatório, mais, ele deve estar estritamente ligado ao conteúdo que o educador deseja associar, visando sempre a promoção de uma aprendizagem concreta e significativa evidenciando e conscientizando os alunos dessa intenção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que não te desafia, não te transforma. A pesquisa apresentada tem por objetivo apresentar essa transformação. Existe um trabalho constante de querer

substituir velhos hábitos por novos. E é assim que acontece na área educacional. Para estarmos preparados a tais transformações é imprescindível darmos continuidade ao processo de crescimento pessoal e profissional.

Morais citou em uma revista uma bela frase do nosso educador Rubem Alves, sabiamente ele confirma essa declaração quando nos afirma dizendo: “Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses”. Como educadores que somos é necessário aprender a conviver com o tempo e suas transformações. A nossa finalidade é, proporcionar um ambiente motivador, para que potencialidades de cada indivíduo sejam expressas. E para ajustar os conhecimentos necessários, temos como ferramentas os quatro pilares da educação, também chamados de quatro pilares do conhecimento: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Este é o conjunto de missões ao qual o mundo de forma acelerada, ao aplicá-lo, passa por grandes mudanças. Para mudar a nossa história e lograr conquistas, precisamos ousar, em cortar as cordas que nos impede de crescer. Quando ideias e projetos são colocados em práticas contribuimos com a modernização da educação.

Foram abordados motivos pelos quais os estudantes de hoje precisam utilizar a tecnologia em sala de aula: Consideramos a melhoria na didática, interação entre alunos e professores, o comprometimento dos alunos por estarmos usando a linguagem deles, afirma o Secretário da Educação, José Renato Nalini. As tecnologias vieram para agregar valores no nosso desenvolvimento educacional.

É fato e notório que estamos vivenciando a era digital, diante disso o docente precisa se adequar a essa realidade, se capacitar com formações continuadas ampliando as possibilidades de mediar o aprendizado do aluno. Como vimos não basta encher as escolas de tecnologias é necessário preparar os professores para que incentivem os alunos a irem além de uma pequena pesquisa.

A inserção das (TICS) no contexto da aprendizagem, incrementa no processo de construção do conhecimento. Demo (1993, apud. MONTEIRO, 2014) nos afirma que:

O aprimoramento do manejo das TICS pelo professor possibilita também o aprimoramento da transmissão, socializando de modo mais amplo e atraente o saber disponível e, sobretudo, economizando tempo e dando oportunidade para construir conhecimento (DEMO, 1993, apud. MONTEIRO, 2014, p. 22)

O professor pode e deve fazer uso de ferramentas tecnológicas interativas tendo em vista as possibilidades dos meios tecnológicos para serem trabalhados em sala de aula. Por exemplo RA, surge como proposta para aumentar o interesse, interatividade e possibilidades de aprendizado. Falar de Realidade Aumentada (RA) não se faz suficientemente útil pois as pessoas estão atreladas ao que elas têm usado e experimentado por décadas. Não possuem conhecimento tecnológicos, para se aprofundar de outros meios. Como por exemplo essa ferramenta (RA). Segundo Kiner (2011):

[...] realidade aumentada pode ser definida como enriquecimento do mundo real com informações virtuais (imagens dinâmicas, sons espaciais, sensações hápticas) geradas por computador em tempo real e devidamente posicionadas no espaço 3D, percebidas através de dispositivos tecnológicos. (KINER, 2011 apud. LEITE; SANTOS e JÚNIOR, 2018, p. 04)

Precisamos criar estratégias que possam conscientizar os alunos e suas famílias, de modo a tornar o uso do celular algo pedagogicamente útil, além de socialmente aceitável no âmbito escolar, evitando dificuldades, constrangimentos e danos a terceiros. Além de existir hábitos passados relacionados ao não uso de celular na área educacional, existe também outro fator que tem levado muitos a não querer fazer uso desses aparelhos, é o alto custo do produto. Mas, devido à enorme procura por seus formatos e por serem de fácil locomoção, possibilitou o seu baixo custeio, permitindo que tanto os adultos quanto as crianças tenham o seu próprio dispositivo, até mesmo dentro da sala de aula. Vale salientar, que deve existir regras para serem usados tais dispositivos dentro do âmbito escolar.

Observa-se que a resistência de alguns professores em abster-se do uso dos recursos tecnológicos ainda é grande. Mudar esse quadro não é tarefa fácil mais, possível. Como mediadores temos um papel significativo, buscar alternativas que possam tornar as aulas prazerosas e não rejeitar ferramentas que nos é proposta para agregar grandes valores e satisfação nos saberes. Pela experiência obtida, podemos afirmar que a afetividade não será substituída jamais pela tecnologia. Pois, acreditamos que em qualquer relação é fundamental o cultivo da afetividade.

Assim concluímos nosso estudo, propondo outras pesquisas para maior aprofundamento desse tema atual, transformando teorias em práticas dentro do espaço que chamamos escola.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Iana Assunção & PASSOS, Elizete. **Tecnologia como caminho para uma educação cidadã**. 2014. Disponível em:

<<https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014/Artigo%20A%20TECNOLOGIA%20COMO%20CAMINHO%20PARA%20UMA%20EDUCACAO%20CIDADA.pdf>>.

Acesso em: 15/02/2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Alesp aprova uso de celulares em escolas para fins pedagógicos**. 19ª Legislatura, São Paulo/SP, 2021. Disponível em:

<<https://www.google.com/search?q=lei+860%2F2016&oq=lei+860%2F2016&aqs=chrome..69i57.10304j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 02/01/2021.

BIENING, Patrícia & BUSARELLO, Raul Inácio. **INTERATIVIDADE NAS TICS: Abordagens sobre mídias digitais e aprendizagem**. Editora: Pimenta Cultural, São Paulo/SP, 2014.

BLOG PÉS PROJETOS EDUCACIONAIS: **Unesco recomenda o uso de celulares como ferramenta de aprendizado**. Brasília/DF, 2013. Disponível em:

<<https://www.pesprojetoseducacionais.com.br/unesco-recomenda-o-uso-de-celulares-como-ferramenta-de-aprendizado>>. Acesso em: 25/12/2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Editora brasiliense, São Paulo/SP, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **(BNCC) Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF, 2017/2018.

DELORS, J. et al. **EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Editora Cortez, São Paulo/SP, 1998.

FILATRO; Andrea & CAVALCANTI; Carolina Costa. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. Editora: Saraiva Educação, 1ª Edição, São Paulo/SP, 2018.

LEITE, Aquilla Silva, SANTOS; Elissandro & JÚNIOR; Valdick B. de Sales. **Realidade Aumentada e o seu Impacto na Educação**. Revista Facima Digital – Gestão, ano 3, Maceió/AL, p. 04 2018. Disponível em:

<https://www.facima.edu.br/instituto/revista/arquivos/ano3/revista_facima_ano_3_realidade_aumentada.pdf>. Acesso em: 15/02/2021.

MATEUS, Marlon de Campos & BRITO; Gláucia da Silva. **Celulares, smartphones e tablets na sala de aula: Complicações ou contribuições?** Curitiba/PR, 2011.

MONTEIRO, Maria Rosilene Braz Barros. **Uso das tecnologias da informação e comunicação pelos professores em seu cotidiano**. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6104/1/PDF%20-%20Maria%20Rosilene%20Braz%20Barros%20Monteiro.pdf>>. Acesso em: 16/02/2021.

MONTENEGRO, Rúbia Kátia Azevedo. **Educação**: possibilidades e caminhos. Editora: Inovar, Campo Grande/MT, 2019.

MORAIS, Erick. **Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses**. Revista pazes, 2017.

NAGUMO, Estevon & TALES, Lucio França. **O uso do celular por estudantes na escola: motivos e desdobramentos**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, vol.97, nº246. Brasília/DF, p. 663-364-365, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Editora: Papirus, Campinas/SP, 2007.

PEREIRA, Maria da Conceição & SILVA, Tânia Maria. **O uso da tecnologia na educação na era digital**. Disponível em:

<<http://www.cefaprocuriaba.com.br/revista/up/ARTIGO%20IX.pdf>>. Acesso em:16/02/2021

AS NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO VOLTADAS À EDUCAÇÃO: A VIDEOCONFERÊNCIA COMO AMBIENTE DE MEDIÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Nádia Kelly de Souza Lima – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo evidencia inúmeras mudanças, no âmbito econômico, político, social e cultura. A Sociedade diante destes novos cenários, contesta o papel da escola, exigindo desenvolvimento de estratégias educacionais quantitativas e qualitativas.

A aprendizagem antes baseada no modelo taylorista/fordista, que dividia o pensamento e a ação, e fragmentava a memorização de conteúdo, hoje é totalmente ineficiente.

Na nova perspectiva educacional, o discente é protagonista do saber e a prática pedagógica é motivada a procurar estruturar conteúdos, afim de promover autonomia, para que o discente possa buscar conhecimento de forma independente.

A escola representa o espaço de socialização do conhecimento, atuando também na formação moral e intelectual do aluno, para que ele possa ser um cidadão autônomo. A convivência no ambiente escolar deve ser harmônica, tendo como base a justiça, o respeito e a solidariedade. Conforme a LDB-Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que é dever da escola o compromisso de educar os alunos dentro dos princípios democráticos, fazendo com que os alunos percebam a importância da ética, inclusive nas relações em grupo.

A relação histórica entre a educação e a tecnologia, nasceu das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, com a chegada do EaD. Permitindo que o docente utilizando a tecnologia, estabelecesse comunicação com o discente separadamente. Embora a escola tradicional esteja fazendo uso das tecnologias em seu dia a dia há muito tempo (a escrita alfabética, a fala, o livro, a TV, o retroprojetor) a metodologia continua a mesma.

O processo revolucionário na forma de educar o discente, chega ao século XXI com as novas TICs, que possibilitam a inserção das mídias no processo ensino-aprendizagem, onde as tecnologias colaborativas, buscam facilitar a interação entre pessoas.

O papel do professor neste novo cenário educacional, é de dar condição e condução para que a aprendizagem aconteça, orientando assim o discente a adquirir experiências para enfrentar problemas do cotidiano.

Os locais de estudos em ambientes virtuais vêm ganhando espaço na nova concepção de educação. Explorar novas propostas de aprendizagem, trazem possibilidades e qualificações tanto para os docentes quanto para os discentes. As tecnologias invadiram nosso cotidiano, somos considerados “sociedade tecnológica”, pois vivemos em meio a equipamentos sofisticados, dotados de inteligência artificial. Para todas as atividades que realizamos, precisamos de equipamentos e produtos, resultantes de planejamentos e estudos.

A necessidade de comunicação e de registrar experiência entre nossos semelhantes, nos levaram as novas formas de uso das TICs, que possibilitam o uso da linguagem oral, da escrita, do som, da imagem e do movimento em tempo real, com o uso da *internet*. Interligar pessoas, influência nos conhecimentos, valores e atitudes.

Cientes de que, se deve entender as alterações sociais ocasionadas pelo uso das novas TICs, para que este processo não se torne vulgar e desvalorizado.

A videoconferência (VC) chega ao âmbito escolar como uma ferramenta promissora, perante panorama enfrentado pelo Covid-19 no ano de 2020. Com o isolamento social, foi necessário antecipar a utilização do uso da VC, sem que fosse possível ajustar, adaptar e nem tão pouco criar estratégias educacionais. Como todo processo inovador, problemas e hesitações ocorreram, tanto no âmbito escolar como no âmbito familiar, pois se fez necessário levar o ambiente escolar para dentro de casa, em meio a uma pandemia que pouco se sabia.

Enfrentar o isolamento social foi desafiador, e no campo educacional só foi possível, por meio da integração em ambientes virtuais.

A situação emergencial exigiu medidas rápidas e eficazes, os métodos educacionais tiveram que ser objetivos e operacionais, para que fosse gerado respostas viáveis. Ensinar e aprender de forma remota com o auxílio de ferramentas e plataformas, antes já utilizadas para outros fins, exigiu tanto do professor quanto do aluno, que se dispuseram a adotar estes novos procedimentos. De forma pavorosa e urgente, o processo de ensino-aprendizagem de largada e tudo que se

sabia, é que se deveria gerar conhecimento, utilizando naquele momento de métodos talvez antes nunca vistos.

O compartilhamento das aulas por videoconferência, se deu por meio de aplicativos como Meet, Zoom, Hangouts ou redes sociais. O professor teve que ser cada vez mais proativo e incentivador, e o aluno compromissado e responsável, para que fosse possível dar continuidade a aprendizagem.

Nesse novo dinamismo de acesso a aulas remotas, criar métodos didáticos, apresentar conteúdos interativos e manter os alunos interessados e motivados, serão recursos que possibilitarão a verificação e o acompanhamento da aprendizagem.

Ensinar remotamente requer potencialidades e desafios para todos os envolvidos, sendo indispensável o uso de tecnologias, habilidades e infraestrutura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: NOVOS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A humanidade perpassa constantemente por processos construtivos ao longo da história. E vem se transformando consideravelmente ao longo do tempo. Com a educação não poderia ser diferente. O mundo contemporâneo exige que dominemos as tecnologias e os novos processos. Para Kenski (2007, p.19) “as tecnologias invadem as nossas vidas, ampliam a nossa memória, garantem novas possibilidades de bem-estar e fragilizam as capacidades naturais do ser humano.”

As tecnologias de comunicação utilizadas atualmente são cada vez mais interativas, e estão sendo inseridas em uma prática social, possibilitando trocas de informações cada vez mais abrangentes.

Com a difusão da mídia no processo pedagógico, foram criados espaços colaborativos para socialização em grupo, possibilitando a expansão de novas oportunidades educacionais.

Os avanços tecnológicos auxiliam na interatividade, na comunicação interpessoal e no aspecto cognitivo da interação mediada não somente pelo computador, mas também por diversos dispositivos eletrônicos conectados em rede.

Kenski (2007) afirma que:

A evolução tecnológica não se restringe apenas aos novos usos de determinados equipamentos e produtos. Ela altera comportamentos. A ampliação e a banalização do uso de determinada tecnologia impõem-se à cultura existente e transformam não apenas o comportamento individual, mas o de todo o grupo social. (KENSKI, 2007, p.21)

Com a popularização do acesso à internet e com as interações que acontecem na web, através das redes que conectam os computadores, as novas mídias foram impulsionadas, facilitando a interatividade. Parece-nos pertinente observar que a linguagem faz parte de todo esse contexto, pois é através dela que a comunicação acontece, independente da materialidade do espaço, se concreto ou virtual.

Entendemos que a linguagem verbal oral passa por transformações, por vezes, adaptações, tornando-se também um recurso tecnológico no universo virtual, como no exemplo do *podcast*, que permite o compartilhamento assíncrono, através da fala, de informações no formato de áudio em sites e/ou plataformas de streaming hospedadas na internet. Com a linguagem verbal escrita, a tecnologia possibilita a exposição social das ideias, ampliando o espectro de discussão e a capacidade de reflexão sobre os mais diversos temas de interesse da sociedade.

Em meio as transformações, a linguagem digital surge para auxiliar a oralidade e a escrita com as tecnologias eletrônicas, fazendo o detalhamento das informações, e trazendo para si o que realmente lhe interessa. Sem sombra de dúvidas, o avanço tecnológico expandiu o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), ampliando os métodos de construção do conhecimento, sendo possível processar qualquer tipo de informação, em volume e velocidade nunca antes imaginado pelo ser humano.

Com o surgimento dos ambientes digitais de socialização [facebook, instagram, twitter etc.), as interações feitas através de smartphones, computadores, tablets e etc. possibilitam que a comunicação simultânea aconteça em tempo real, havendo troca de informações, experiências e aprendizado.

De acordo com Kenski (2007, p. 34) “essas novas tecnologias digitais ampliaram de forma considerável a velocidade e a potência da capacidade de registrar, estocar e representar a informação escrita, sonora e visual”.

Essas novas mudanças ocasionaram uma profunda flexibilização nas organizações sociais, alterando as condições de interação, individualizando e especializando cada vez mais o trabalho. Dominar técnicas sobre a

operacionalização de *software*, *plataformas*, *sites*, *links*, *apps* e etc. no contexto tecnológico são habilidades necessárias para os usuários das redes interagirem desde muito cedo e que refletirão nas habilidades e competências manifestadas quando do ingresso no mercado de trabalho.

Esse novo momento de cultura digital, onde a sociedade, inclusive a educacional, deve esforçar-se para acompanhar a flexibilidade e a velocidade de suas alterações, ensinar e aprender através das tecnologias é um desafio a ser assumindo por professores, alunos e sociedade como um todo.

Com a inovação, a educação e a tecnologia devem assumir papéis indissociáveis, especialmente por se tratar de um processo de muita aprendizagem, descobertas e experiências. Quando agregamos este novo universo de conhecimentos vislumbrados a partir das NTICs, a familiaridade se torna possível, pois “Usamos muitos tipos de tecnologia para aprender e saber mais e precisamos da educação para aprender e saber mais sobre as tecnologias” (KENSKI, 2007, p.44).

Mas, uma constatação pode se apresentar bastante pertinente nesse momento de nossa reflexão, a de que as tecnologias já estão inseridas no processo pedagógico, quando utilizamos uma TV, um computador, um microfone, um projetor, um datashow, a internet para pesquisar algum conteúdo em um site e etc. Então, convidamos você, leitor, a refletir conosco sobre: por que não percebemos os reflexos da presença de toda essa tecnologia nas escolas, nos resultados dos exames nacionais que se propõem a verificar a qualidade e consistência do ensino público ofertado em nosso país?

A resposta não é tão simples, obviamente, mas podemos começar por entender que estamos vivenciando lentamente as modificações tecnológicas nas instituições educacionais, seja pela falta de investimento planejado em estrutura física e lógica, seja pela falta de capacitação efetiva para o uso produtivo das NTICs no processo de ensino aprendizagem, capazes de provocar novas abordagens pedagógicas por parte dos professores e nova compreensão por parte dos alunos, mesmo que ainda consideradas como recursos didáticos.

Faz-se necessário, portanto, que as NTICs sejam inseridas pedagogicamente, de maneira planejada, respeitando as especificidades do ensino de cada região, estado, cidade e unidade escolar, para que assim seja gerada uma aprendizagem

de qualidade. É uma transformação que transcende, por natureza, até mesmo os espaços físicos em que ocorre a educação.

Essa metamorfose que acontece com as interações nas redes, mostram-nos a grande carência de construirmos novas estruturas educacionais – e aqui não nos referimos apenas aos espaços físicos e equipamentos necessários à inserção de uma escola no universo digital, mas especialmente ao desenvolvimento de habilidades e competências em toda a comunidade escolar (gestão, docentes, colaboradores, discentes e familiares) que resultem na constituição de um novo padrão de comportamento alinhado à cultura digital do Século XXI.

O uso das mídias digitais oferece um mundo novo às crianças e jovens que, por muitas vezes, estão mais preocupados em mostrar resultados com jogos, sites e fazer amigos virtuais, do que frequentar as mesmas escolas em que seus pais cresceram, pautadas em uma educação passiva, quando muito incipiente do ponto de vista da reflexão, mas que ainda se vale, em muitos casos, de metodologias tradicionais, que em praticamente nada consegue motivar os alunos a se engajarem na aventura da construção de novos conhecimentos.

A participação efetiva no processo de aprendizagem, na condição de protagonista, é o grande incentivador de permanência na escola, pois permite a interatividade, a criatividade, a colaboração, tornando-os agentes ativos.

No entanto, precisamos olhar para os dois lados da moeda, quando falamos dos avanços tecnológicos inerentes ao Século XXI. As consequências negativas desta era tecnológica, que permeiam a educação, residem muitas vezes na falta de adequação da inserção das NTICs aos objetivos pretendidos na proposta educacional da instituição.

Construir saberes é uma atividade árdua, que necessita de várias alianças, ou seja, utilizar a combinação de linguagens educacionais clássicas e novas abordagens de ensino baseadas nas NTICs, como o uso das mídias sociais existentes, implica reunir esforços para ressignificar conteúdos, revelando aos olhos dos discentes a pertinência do desenvolvimento de habilidades e competências envolvidas no processo para a realização de sonhos e projetos de vida.

Alcançar resultados positivos nem sempre depende, exclusivamente, dos alunos, mas sim, da maneira como os professores utilizam estas novas tecnologias. Infelizmente, o que se observa na realidade brasileira de formação em cursos de

licenciatura é que, na verdade, os professores não são formados para o uso pedagógico das NTICs. O antigo método tradicional da aula expositiva, por vezes até dialogada, onde o professor é o falante e o aluno, na maior parte do tempo, o ouvinte, já nos rendeu muito desinteresse e pouco desempenho.

É fato que qualquer tecnologia tem sua especificidade, e precisa ser interpretada pelo emissor para que o resultado adequado chegue ao receptor. Logo, as NTICs não representam a solução para todos os nossos problemas de desinteresse, de engajamento e de rendimento escolar na educação básica. Não existe solução mágica para resolver as adversidades educacionais, existem confluências de procedimentos pedagógicos, tecnológicos e atitudinais.

Todo processo construtivo requer pesquisa, planejamento, produto e serviço, sendo possível através do homem e suas necessidades geradas pelo cotidiano. Kenski (2007) aponta que:

O desenvolvimento tecnológico de cada época da civilização marcou a cultura e a forma de compreender a sua história. Todas essas descobertas serviram para o crescimento e desenvolvimento do acervo cultural da espécie humana. As diferentes etapas da evolução social resultam de muitas variáveis interdependentes, mas, na maioria das vezes, decorrem do descobrimento e da aplicação de novos conhecimentos e técnicas de trabalho e produção. (KENSKI, 2007, p.20)

A prática docente, a metodologia, o conteúdo, neste momento em que se encontra a sociedade atual, deve ser repensada. As estratégias e recursos devem caminhar juntos, fazendo com que seja viabilizado o processo de ensino-aprendizagem. As metodologias ativas, neste sentido, assumem grande importância, pois leva o discente a participar efetivamente do processo construtivo do saber. O ensino híbrido, é um exemplo desta nova forma de aprendizagem.

2.2 A VIDEOCONFERÊNCIA COMO AMBIENTE DE MEDIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

A videoconferência chega ao Brasil no final da década de 90, utilizada como uma alternativa para instituições de ensino educacionais oferecerem cursos a distância. Sendo uma TIC, a videoconferência é uma ferramenta interativa, que propicia a comunicação em duas vias, por pessoas separadas por uma distância geográfica. Ela se aproxima da situação convencional da sala de aula, pois permite

que a troca de informações ocorra em tempo real (*síncrono*), onde as pessoas podem se ver e ouvir simultaneamente.

Cruz e Barcia (2000, p. 2) afirmam que a “Videoconferência é assim, uma tecnologia que permite que os grupos distantes situados em dois ou mais lugares geograficamente diferentes se comuniquem “face-a-face”, através de sinais em áudio e vídeo, recriando, a distância, as condições de um encontro entre pessoas”.

A videoconferência (VC) nasce, portanto, no contexto da Educação a Distância (EaD), como alternativa para as empresas e indústrias fornecerem formação especializada aos profissionais e colaboradores que estariam localizados em mais de uma cidade, e a estudantes de cursos de pós-graduação.

No período de nascimento, a VC servia como sala para tele reunião, tele-educação e sala de geração, atuando apenas o professor. O formato da sala era semelhante a uma sala de aula tradicional. O professor disponibiliza do equipamento de videoconferência e os periféricos colocados de frente para um monitor de TV, e acima dela a câmera.

Idealizada como uma alternativa de formação profissional, que gerava vantagens econômica, com redução de custos com transportes, hospedagens, deslocamento, que possibilitava até mesmo formação em massa.

O modelo mais simples de videoconferência é a que liga pessoas visualmente e auditivamente, havendo assim a comunicação. Ainda que embora estejam interligados, a tecnologia permite que cada pessoa seja vista individualmente, sempre que ela estiver com a palavra naquele momento.

Como todo processo inovador implementado em contextos excepcionais como o que vivemos durante o ano de 2020, forçados ao isolamento social por conta da pandemia do Covid-19, o uso da videoconferência na educação gera expectativas nos alunos e professores. Experimentar um novo jeito de ensinar, simboliza para o professor, por um lado, algo desafiador, que precisa encaixar-se na sua maneira à nova prática, como também, por outro lado, para o aluno, que precisa construir novos hábitos de estudos, como a gestão do tempo, por exemplo.

O professor deve estar preparado para o novo desafio de ensinar sem o contato visual direto? Alguns defenderão que não, pois a experiência que vivemos em 2020 pegou a todos desprevenidos, pois não há como prevê um acontecimento

da magnitude de uma pandemia; outros, no entanto, dirão que sim, pois no exercício da docência precisamos estar sempre preparados para o inesperado.

A questão mais importante talvez não seja saber se deveríamos estar ou não preparados para uma situação de ensino remoto no contexto da Educação Básica, mas como equacionar os desafios que uma mudança do contexto presencial para a remota demanda dos professores. Aprendemos, com erros e acertos, que, primeiro, para que o ensino ocorresse era preciso planejamento, tendo em mente que a mediação ocorre por uma interface tecnológica (câmera e microfones), com a qual a maioria de nossos professores não está muito habituado a lidar. Segundo, que o material didático é outro fator bastante importante, onde o professor deve enviar com antecedência para os alunos, para que eles tenham disponível no decorrer das aulas. Terceiro, que a parceria da família com a escola nunca foi tão importante quanto nesses tempos de ensino remoto, pois exigir de crianças, jovens e adolescentes a devida maturidade para administrar o tempo na realização de estudos, execução de atividades e participação ativa nas videoconferências seria esperar demais deles.

Cruz e Barcia (2000) relatam que:

A educação por videoconferência se diferencia da presencial por utilizar uma tecnologia audiovisual, o que equivale a dizer que as aulas podem ser identificadas como um programa de televisão feito ao vivo, com a participação da plateia presente no mesmo espaço ou em outros locais. Por esta razão, o planejamento da aula como um roteiro audiovisual é uma tarefa fundamental para o professor que vai trabalhar com a videoconferência. (CRUZ e BRACIA, 2000, p. 6)

A linguagem audiovisual da videoconferência possibilita ao professor incluir sua própria imagem e voz ao vivo. Ele pode também falar e apresentar imagens fixas e em movimento ao mesmo tempo.

Nas aulas por videoconferência, o som deve ser testado, para verificar a qualidade do áudio. A qualidade da voz está relacionada ao microfone, que deve estar o mais perto possível da boca. Regras como atenção, silêncio e desligamento do microfone durante as apresentações são primordiais.

A imagem pessoal é outro fator importante para a aula por videoconferência, pois o professor deve ter cuidado com suas roupas para não desfocar a atenção do aluno. Escolher um ângulo mais fechado, que contemple o professor da cintura para cima, é fundamental quando ele estiver dissertando.

O material gráfico apresentado na VC deve levar em conta a definição da tela e a composição de cores. Unir imagem e texto engrandece as apresentações dos conteúdos. Os meios audiovisuais são ferramentas cognitivas, que despertam emoções e sentidos, facilitando assim o aprendizado. Devemos, portanto, compreender que, “De fato, a VC, como outras tecnologias educacionais, deve estar a serviço da cidadania, da ação social responsável, envolvendo alunos e professores em projetos sociais relacionados a diversos temas” (GARCIA; MALACARNE; NETO, 2013, p. 16).

Já há algum tempo, a VC vem sendo utilizada também para formação inicial e contínua de docentes da educação básica, contando com parcerias de especialistas formadores e instituições públicas (estaduais e federais) e privadas na oferta de cursos de graduação em licenciatura.

O tempo é outro fator valioso no processo de implantação de uma inovação tecnológica em contexto educacional, pois o professor precisa desconstruir concepções, para depois construir novas competências e habilidades relacionadas ao seu fazer pedagógico.

Adaptar a videoconferência para o uso educativo vem trazendo confrontos entre docentes. O desafio contempla a didática e o ambiente favorável ao diálogo entre os participantes. A linguagem corporal e não verbal também é fundamental neste processo, pois “Para que o ambiente favoreça o aprendizado ele precisa ser pensado de modo a que todos os participantes vejam e sejam vistos, da mesma maneira escutem e possam ser escutados sem muita dificuldade” (CRUZ, 2001, p. 78).

Através da aula por videoconferência, o professor não pode estar fisicamente presente, mas pode exercer sua influência, estruturando suas estratégias de ensino, com estudos de campo, práticas laboratoriais, trabalho em grupo e dramatizações. Fatores externos como a falta de acesso dos estudantes a computadores, tablets, smartphones, internet, políticas públicas e institucionais, além da questão do tempo, podem afetar este processo. Assim, os professores devem estar conscientes disso para promover estratégias que regulem esses fatores.

As instituições educacionais interessadas em desenvolver o ensino por videoconferência devem ofertar aos docentes treinamento com as novas tecnologias, envolve-los no planejamento e desenvolvimento do currículo, criar

incentivos diversos, desenvolver um sistema de apoio adequado e oferecer uma remuneração justa.

Devido à falta de atenção que o assunto merece, pouco se sabe sobre a eficácia didática deste processo, suas consequências e possibilidades, não apenas para o trabalho do professor, mas para o próprio processo educativo que nela ocorre.

Uma das principais alterações que a aula pela videoconferência exige é o aumento de tempo por parte dos professores na preparação de suas aulas, pois se faz necessário produzir material visual e planejar o formato da aula. Acreditamos que “quanto mais interação se deseja, mais planejamento é necessário. A qualidade dos visuais usados é um elemento importante no sucesso da videoconferência” (CRUZ, 2001, p. 90).

O tamanho das letras, desenhos, gráficos, o uso de plataformas digitais, tudo isso será produzido e utilizado para alcançar a aprendizagem dos conteúdos. Além do material visual, o docente deve se concentrar simultaneamente nos alunos e no conteúdo ministrado, o que aumenta significativamente o desgaste mental por parte do professor. O que nos convida a refletir sobre a importância da atuação da equipe de apoio psicológico da instituição educacional tanto com os discentes, quanto com os docentes, para minimizar os efeitos negativos do isolamento social e da sobrecarga de atividade docente.

A interação por parte dos alunos nem sempre acontece, a timidez e a falta de intimidade com o equipamento de vídeo são fatores negativos na aprendizagem por videoconferência. A familiaridade com o equipamento é fundamental para que ambas as partes (professor/aluno) adquirirem confiança.

Neste processo de aprendizagem síncrono, o sistema da videoconferência possibilita uma oportunidade de socialização que, mesmo distante da realidade do contato físico presencial, tem a capacidade de diminuir a distância entre aqueles que até então só conheciam a escola do contato físico, do abraço, da brincadeira face-a-face etc.

A partir da prática das primeiras aulas e de um pouco de conhecimento prévio sobre as interações por interface tecnológica, os professores entrarão em uma rotina que pouco lhes trará preocupação. Dinamizar, envolver e deixar que os alunos participem, tornará a aula interativa, produtiva e agradável para todos os envolvidos.

A pandemia do COVID 19, antecipou as estratégias educacionais virtuais e remotas, não existindo nenhum processo de maturação por parte dos docentes e discentes, que aderiram sem compreender o que viria pela frente.

A educação remota no Brasil, se deu com a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a pandemia no novo Coronavírus-COVID 19. Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória de nº 934, estabelecendo normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior.

A urgência com o afastamento e isolamento social, assustou todo meio acadêmico, pois o que se sabia até o momento era inserto e improvável. Inúmeras ferramentas foram elaboradas e otimizadas para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem. O papel do professor neste cenário foi primordial, para que a continuidade do ano escolar não fosse interrompida.

A interação através de aulas síncronas, possibilitou a realização de atividades, troca de conhecimentos entre os alunos, mantendo o grupo em sintonia.

O confinamento gerado pela pandemia, trouxe a interação da família ao “novo ambiente escolar”, distribuindo entre todas as pessoas do lar, a participação no processo. “A família unida na produção do conhecimento terá como consequência a vontade de interagir, crescer e disseminar amplitude intelectual dentro do lar” (FELISBERTO, SOUSA, SOUSA, 2020, p.57).

Manter a rotina com o isolamento social, foi desafiador. A mudança brusca na educação, construiu novos caminhos no universo *ONLINE*, os encontros virtuais foram possíveis com o uso de ferramentas e plataformas. Auxiliar um indivíduo em novos hábitos requer compromisso, disciplina e perseverança.

Todavia, é permitido visualizar o surgimento das TICs nas relações interpessoais humanas. Para Soares, Sousa e Júnior (2020, p.207),

Que as tecnologias digitais são uma realidade que nos abre múltiplas janelas para a aprendizagem, isto é um fato incontestável. No entanto, com elas, surge uma nova demanda de comportamentos, frente à responsabilidade e/ou compromisso que cada indivíduo, em fase de escolarização, tem com o processo de construção do conhecimento.

Democratizar o universo digital no Brasil é um grande desafio, quando se trata da desigualdade social. Adquirir equipamentos como computador/*notebook* e *smartphone*, sem contar com o grande custo para manter uma assinatura de

provedor de acesso à *internet*. Sabendo que sem o domínio de técnicas de informática, tudo se torna inviável. É neste contexto que muitos alunos de escolas públicas se encontram.

A educação remota gerada pelo Corona Vírus, é questionável por professores e alunos desde seu surgimento, sem dúvida, foi uma revolução inesperada, que exigiu de ambas as partes muita superação. Diante disso, Soares e Silva (2020, p.222), relatam:

O universo da educação é, sem dúvida, uma área em constante evolução, uma vez que se constitui pela dinâmica da formação humana. Sabemos que o educar se inicia ainda na etapa anterior à escola, através da educação familiar. Mas, é na etapa de educação escolar, institucional, que os maiores desafios irão ocorrer.

A adequação aos novos padrões da educação, são exigidas tanto do professor, quanto do aluno, que experimentam deste novo processo de ensino-aprendizagem de forma incontestável. A criação destes cenários educativos integradores, vivenciados pelas multimídias, construíram metodologias e ações compartilhadas, oportunizando o desenvolvimento de habilidades cognitivas importantes.

O reinventar veio como um pensamento crítico-reflexivo, trazendo consigo a necessidade de atestar que se deve ocorrer mudanças no âmbito educacional.

Apenas empregar novos recursos no processo de ensino-aprendizagem não será suficiente. Adequar, reconhecer os desafios e mergulhar na busca incessante do conhecimento, irá contribuir para oferecer uma educação de qualidade.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, evidencia-se as transformações provenientes das tecnologias, também no âmbito educacional, onde a necessidade de aprendizado para utilização das novas mídias se torna um processo desafiador aos docentes, mesmo com a disseminação do uso das TICs de forma pessoal, pois utiliza-las para fins educacionais requer mais instrução, criatividade e tempo.

Observou-se também que se faz necessário investimentos na estrutura física e de capacitação profissional de toda comunidade escolar. A utilização destes recursos em sala de aula, dependerá da combinação de linguagens educacionais clássicas e novas abordagens de ensino baseado nas NTICs.

No que se refere a aula remota, o uso da videoconferência (VC) adequou-se completamente, pois permite a ligação de pessoas visualmente e auditivamente, havendo assim a comunicação entre aluno-professor/professor-aluno. A grande questão dar-se sobre a preparação no contexto da educação básica. Sabemos que a educação a distância (EAD) é uma modalidade existente até o momento em cursos de Pós-graduação, diferenciando do ensino remoto emergencial, que foi destinado a continuidade da formação básica, durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19.

O processo de aprendizagem síncrona, possibilitou o ensino em tempos em que se estabeleceu a retirada dos alunos da sala de aula por conta de uma pandemia mundial que afetou os estudantes de todos os níveis educacionais. Assim as estratégias educacionais virtuais, foram levadas a uma maturação instantânea.

Se fez necessário muita dedicação, em especial dos docentes, para que a continuidade do processo de ensino-aprendizagem não fosse interrompida. O discente e a família, assumiram papel de protagonista neste desenvolvimento.

Diante disso, vislumbramos que as aulas remotas aconteceram mediadas pelas tecnologias, em meio ao cenário ocasionado pelo coronavírus, como uma alternativa autorizada pelo Ministério da Educação, em caráter excepcional.

É de fato uma fase de transição forçada, em especial por ter que adaptar a dinâmica das aulas presenciais as aulas remotas não é uma tarefa fácil, pois demanda aplicação de tempo e conhecimento amplo de tecnologia.

Mesmo em diferentes formatos de conteúdo e ambientes virtuais de aprendizagem, as aulas remotas vêm proporcionando aos alunos vivências positivas, incluindo também processos avaliativos, no intuito de aproximar cada vez mais o aluno da prática do ensino presencial. É importante orientar os alunos sobre as regras de convivência neste novo ambiente, para que exista uma boa convivência. A construção de senso de comunidade, a limitação do tempo sobre cada aula, a utilização do chat, atividades após a aula, e o feedback do aluno, são acontecimentos que devem ocorrer nas aulas remotas.

O professor no contexto remoto, deve disponibilizar aos alunos antecipadamente um cronograma, para que se possa manter uma rotina, viabilizar atividades síncronas e realizar avaliações centralizadas exclusivamente nas aulas ministradas.

As metodologias utilizadas para manter o foco dos alunos no ensino virtual, devem ser atrativas e participativas, pois caso contrário, as aulas remotas serão apenas cenas de um monólogo cansativo e sem aproveitamento do conhecimento transmitido.

O aprendizado construído com o uso das tecnologias neste momento foi oportuno, e será de grande utilidade para reflexões futuras. Devemos manter um olhar atento ao futuro sobre as novas possibilidades de educação, para não sermos pegos novamente de surpresa em situações de crise. Ações tecnológicas no âmbito educacional devem ser analisadas e colocadas em prática, para que seja possível educar de forma bem-sucedida.

Existe atrás deste panorama, um longo caminho que precisa ser percorrido, pois sabemos que a presença física de um professor e a relação entre ele e os alunos, e os alunos com os outros alunos, desenvolve tanto o processo cognitivo como o social.

Aprender com a mediação da tecnologia, requer mais do aluno do que do professor. O aluno precisa manter uma postura ativa de aprendiz, “entrar no jogo” para ganhar com a ajuda do seu “mestre”. O saber perpassa o cotidiano escolar. As descobertas diárias, a socialização com a família, a exploração individual, conduzira o aluno a uma prática reflexiva, levando-o a aprender e a mudar sua conduta.

Todo ser humano inserido numa sociedade, está sujeito a condições adversas, inclusive o professor em sala de aula, que por várias vezes precisa resolver situações problemas contrarias ao ofício. O papel do professor é de constituir situações didáticas, favorecendo ao aluno a aprendizagem.

A proposta pedagógica proveniente do uso da tecnologia exige do docente competências, planejamento flexível, para que haja uma harmonia, e o discente seja beneficiado com a geração de sua autonomia.

Dessa forma, compreende-se que a entrada das TIC's na educação chega de forma duvidosa, por não ter sido sazoadada, mas apropriada para situação a qual foi concedida. Entende-se que a tecnologia na retomada as aulas presenciais, podem ser utilizadas de forma assistencial, gerando assim outros ambientes de trocas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de alterar costumes gera no indivíduo incertezas. Mudanças, inovações são processos que requerem tempo. A sociedade vem passando por transformações em vários setores, inclusive no âmbito educacional. Os métodos tecnológicos que contribuem para a educação são cada vez mais requisitados, pois possibilitam interações e impulsionam o intermédio no processo de ensino-aprendizagem. Para Soares, Sousa e Júnior (2020, p.206) “ E nessa fase do desenvolvimento humano que construímos hábitos e costumes que nos acompanharão durante toda vida, por vezes, passando por atualizações forçadas pelas experiências vividas”.

As TICs estão sendo formuladas para fins educativos, onde o uso dessas ferramentas e seus recursos, apontam novas possibilidades para as instituições públicas e particulares de ensino. Portanto, é preciso que o docente esteja atento a esta variante tecnológica que vem impactando as sociedades. Assim se faz necessário a reflexão sobre as teorias e práticas hoje utilizadas.

Não é um acontecimento isolado, que requer atenção apenas do docente, é um processo que almeja esforços de toda comunidade escolar. A discussão sobre este tema da atualidade é complexa, e precisa de cuidado, pois as transformações são cada vez mais frequentes.

Repensar na trajetória de novos caminhos para a educação, é oportunizar vivências multimidiáticas, em que se recomenda metodologias ativas, visando auxiliar o aluno na construção de suas próprias ações. O discente precisa ter domínio das tecnologias, ampliar sua prática pedagógica e adaptar seus conteúdos, para o ensino remoto.

Mesmo com o avanço das tecnologias de comunicação virtual, hoje mais utilizadas em prol do entretenimento, a resistência em usufruir destes mecanismos na educação básica é visível, pois a adaptação ao novo sempre requer muito empenho e perseverança.

O uso da videoconferência (VC) como ferramenta de transmissão de ensino, é regulamentada no Brasil, apenas para o ensino superior. Em março de 2020, fomos surpreendidos com um vírus letal, que impactou toda a população mundial e transformou a vida em sociedade. Conforme orientação da Organização Mundial da

Saúde (OMS), as escolas e universidades públicas e privadas, foram obrigadas a suspender as atividades presenciais.

De acordo com o cenário instalado pela pandemia da Covid-19, em caráter emergencial, O Ministério da Educação (MEC), liberou a utilização das aulas remotas, exigindo dos docentes não apenas novas metodologias, mas também habilidades voltadas ao uso das TICs. A videoconferência passou a ser um recurso didático na educação básica, possibilitando o surgimento das chamadas classes virtuais, viabilizando o contato online em tempo real. Com a VC também é possível apresentar documentos escritos, imagens, vídeos, liberar links, ou seja, realizar uma interação remota.

A construção da aprendizagem vem acontecendo de forma gradativa e moderada, pois sabemos que toda mudança precisa de tempo para apropriação, já as avaliações serão diagnósticas e formativas. “Esse momento que vivemos da história da humanidade, de isolamento social forçado pela pandemia da Covid-19, sem sombra de dúvidas, representa um divisor de águas no que diz respeito ao processo de educação escolar” (SOARES, SOUSA, JÚNIOR, 2020, p.206).

Encontrar uma luz no final do túnel, foi almejada por vários professores nesse momento de isolamento social. Os mesmos foram pegos de surpresa pela pandemia, nem se quiser tiveram tempo de repensar seu planejamento. Essa nova etapa social evolutiva para o discente, que precisa vencer antigos problemas em uma nova realidade, está sendo desafiadora e cheia de obstáculos. Sabe-se que lacunas ficarão abertas, que o caminho a seguir já não é o mesmo, mas que se deve continuar em busca da aprendizagem em qualquer tempo e por vários meios.

A utilização da videoconferência deixou de ser uma ferramenta digital adicional e passa a ser o próprio ambiente/interface de aula, levando o professor a uma nova nomenclatura, chamado “professor midiático”, sem ao menos ter sido orientado para tal. O professor foi imposto ao conhecimento tecnológico para continuar “útil” em sala de aula virtual, ampliando sua função que é de gerar aprendizagem para operador de recursos tecnológicos de câmeras, microfones e softwares. Ou seja, o novo professor comunicador, precisa desenvolver atribuições midiáticas, e o novo espaço educativo se transforma, criando novas rotinas e relações entre professores e alunos.

Desenvolver um formato pedagógico/técnico/audiovisual não é tarefa fácil, requer envolvimento e experiência, sem contar com a perda do contato físico, que sem sombra de dúvidas, gera carências. Adaptar as aulas remotas a estratégias conhecidas, pode ajudar a minimizar as “interferências” deste novo processo de ensino. O professor em aulas remotas, deve prestar mais atenção nas interações, pois por meios técnicos, a rigidez das inter-relações é visível, havendo assim, uma diminuição do processo verbal e não-verbal. Sem contar que, a troca de mensagens, signos, sinais de comportamento, são necessárias ao professor, para que o mesmo identifique se está ocorrendo o processo cognitivo. Manter o contato com todos os alunos, mesmo que de forma virtual é muito importante, para que se afunile a distância nas aulas virtuais.

A alfabetização digital é totalmente necessária ao professor, para se fazer existir a melhora no processo didático no ambiente virtual de ensino. Aulas animadas, coloridas e ricas em recursos audiovisuais são mais interessantes que aulas meramente textuais. O professor que pretende continuar com a profissão, deve apossar-se das mídias, que o auxiliará na preparação de aulas mais dinâmicas e participativas em ambientes virtuais, sendo possível assim, criar situações de aprendizagem. Com o passar do tempo, a familiarização dos recursos tecnologias ocorrerá de forma tranquila, e o enriquecimento das aulas serão notórios, sendo possível aos professores modificarem suas expectativas e adotarem novos comportamentos.

Sabe-se que não é possível comparar aula remota com aula presencial, mas que a aplicabilidade da videoconferência como instrumento educacional em meio a pandemia da Covid-19, trouxe para o meio escolar mais ganhos que perdas, sendo compatível inclusive nas relações socioemocionais.

A formação continuada do professor é requisito primordial no ambiente de ensino midiático. Potencializar as formas de transmissão de conhecimento com o auxílio das mídias audiovisuais irá enriquecer as técnicas do professor, para que ele possa exercer sua criatividade plenamente.

Por fim, estamos sendo direcionados a ingressar em um “novo normal”, diante de várias incertezas, cientes que a educação presencial não será mais a mesma, que as ferramentas digitais foram nossas melhores aliadas nesta guerra, sem

esquecer que a humanidade leva “rasteiras”, mas que todas as experiências vivenciadas serviram de ensinamento para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas-SP, 1999.

CRUZ, D. M. **O professor midiático: A formação docente para a educação a distância no ambiente virtual da videoconferência**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

_____. **A construção do professor midiático: o docente comunicador na educação a distância por videoconferência**. Cadernos de Educação. Pelotas: UFPel, v.30, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1771/1646>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CRUZ, D. M.; MORAES, Marialice. **Manual de videoconferência**. Florianópolis. Laboratório de Ensino a Distância. UFSC, 1997.

CRUZ, D. M. e BARCIA, R. M. **Educação a distância por videoconferência**. In. “Educação a distância por videoconferência”. Cruz, D. M., Barcia, R. M. Tecnologia Educacional, ano XXVIII, n. 150/151, v. 29, julho/dezembro, 2000, p. 3-10.

FERRÉS, Joan. **Vídeo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GARCIA, P. S., MALACARNE, V. e NETO, L. C. B. de T. **O uso da videoconferência na educação, um estudo de caso com professores da educação básica**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p.10-33, jul./dez. 2013.

_____. **Inovações e Mudanças: por que elas não acontecem nas escolas? Uma macroanálise envolvendo professores de ciências**. São Paulo: LCTE Editora, 2010.

_____. **Videoconferência: um recurso para os professores das escolas públicas**. São Paulo: Ed. Plêiade. 2011.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 2ª edição. São Paulo. Editora Papirus. 2007.

LEITE, A. P. R. de H., ALVES, M. de A. e BARROS. I. C. da S. **Inovações e desafios em tempos de educação remota: relatos de experiências em ciências humanas**. Centro Universitário – UNIESP. Cabedelo. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, 1999.

_____. **O que é virtual?** São Paulo, 1999.

MORAN, José Manuel. **Tendências da educação online no Brasil**. IN: RICARDO, Eleonora Jorge. (Org.). Educação Corporativa e Educação a Distância. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2005.

SANDHOLTZ, Judith Haymore, RINGSTAFF, Cathy, DWYER, David C, 1997. **Ensinando com tecnologia**: criando salas de aula centradas nos alunos. Porto Alegre: Artes Médicas.

SCHÖN, Donald. **A Formar professores como profissionais reflexivos**, 1997. In: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 2013.

SPINA, Flávio Roberto. **Videoconferência**: equipamentos, aspectos técnicos e suporte. In: Garcia, P. S. (Org). Videoconferência: Um recurso para os professores de escolas públicas. São Paulo: Ed. Plêiade. 2011.

PERRENOUD, Philippe, 2000. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

THOMPSON, John B, 1998. **A Mídia e a Modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes.

LITERATURA MIDIÁTICA: RESSIGNIFICAÇÃO LITERÁRIA E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Lucia Maria da Silva Monteiro – UNIESP
Ivanildo Félix da Silva Júnior - UNIESP

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas digitais e midiáticas são impossíveis de serem dissociadas da vida das pessoas e da sociedade no novo cenário mundial. Ademais, é citada em quatro, das dez competências gerais da Educação Básica presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o que lhe assegura lugar de importância social, destacando-se seu papel fundamental a ser desenvolvido desde a educação básica, qual seja, o domínio do universo digital.

Entre os fundamentos pedagógicos elencados na BNCC, está o compromisso com a educação integral, que visa a formação e desenvolvimento humano global com o intuito de romper com visões reducionistas em detrimento da visão plural de mundo e suas interações.

Guimarães e Ribas (2016, p. 187 *apud* MARTÍN-BARBERO E REY, 2006), bem argumenta esta ideia quando afirma que é necessário considerar a constituição multimidiática das práticas sociais de leitura e de produção desses textos na sociedade contemporânea, pois elas revelam outra cultura, outra forma de ler, ser e estar na sociedade. Assim sendo, a articulação de linguagens se mostra fundamental para a produção de tendências da cultura contemporânea, já que ela “produz novos textos e incita novas leituras, diferentes das produzidas com base nos textos que privilegiavam uma linguagem – notadamente a verbal – em detrimento das outras”. (GUIMARÃES E RIBAS, 2016, p. 187)

Desta feita, o reconhecimento do contexto histórico e cultural a que pertence, as formas de comunicação, a criatividade, a análise crítica dos fatos, a participação aberta ao novo, a colaboração, resiliência, produtividade e responsabilidade requer muito mais do que o mero acúmulo de informações; ao contrário, “requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma

situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades”. (BRASIL, 2018, p.14)

Assim, o conhecimento e domínio da cultura digital se faz imprescindível para o estudante conectado desta geração, não podendo ser menosprezada perante as outras formas de cultura conhecidas e valorizadas socialmente. Para isso, é necessário que a escola, enquanto espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, esteja preparada para integrar-se e apropriar-se da cultura digital, o que envolve adequações, capacitação profissional e, antes disso, que promovam aprendizagens síncronas com as necessidades da sociedade contemporânea.

Nesta contemporaneidade, os textos e mídias direcionados aos jovens através das obras literárias adquirem novos contextos e ressignificados atrelados aos interesses e mudanças sociais num contexto midiático e multimidiático, preparados especialmente para eles, sem, contudo, se dissociarem dos livros clássicos, já que os textos literários se adaptam aos aspectos vigentes de sua época de produção e os autores nacionais buscam, de certo modo, preservar elementos do gênero narrativo que de alguma maneira estão no imaginário literário dos leitores.

Dada a importância desta temática, o presente estudo tem por objetivo se propor à reflexão sobre a importância da literatura midiática contemporânea em consonância com literatura clássica com suporte livresco, pois, enquanto está já é praticada e enraizada nas práticas educativas com o seu devido mérito, aquela se apresenta como o novo, fruto das práticas sociais contemporâneas, revelando assim outra forma de ler, ver e estar na sociedade através da relação tecnológica, suas linguagens e aplicabilidade na prática social.

Motivada em refletir sobre o trabalho docente neste contexto, este artigo também objetiva repensar os desafios de aplicação da literatura midiática no trabalho docente e por fim, analisar a forma como a escola pode caminhar e acompanhar os processos educativos a fim de promover aprendizagens que ampliem as possibilidades, anseios e interesses tanto de estudantes quanto da sociedade a que pertencem.

Para tanto, as referências bibliográficas pesquisadas e analisadas privilegiam estudos consagrados sobre temas que possam corroborar com as reflexões levantadas, já que a metodologia da pesquisa se insere no universo das pesquisas de revisão bibliográfica, de cunho qualitativo-interpretativista. Deste modo, a revisão

das teorias relacionadas ao tema escolhido objetivou levantar discussões sobre a inclusão digital e os desafios para professores para o uso das tecnologias e mídias digitais, o letramento digital e a apropriação tecnológica como ferramentas de ensino e aprendizagem.

Para o campo das pesquisas acadêmicas, as contribuições desta pesquisa estão na reflexão sobre o papel da escola na sociedade midiática e a formação docente para acompanhar e estar atrelada às mudanças sociais, com destaque para a aplicabilidade dos mecanismos atrativos multimidiáticos contemporâneos, privilegiando a articulação de linguagens aos novos processos de aprendizagem.

No âmbito destas discussões, como deve o professor se posicionar perante os novos desafios ocasionados pelas mudanças tecnológicas e científicas, comportamentais e sociais que refletem diretamente no contexto escolar e no processo de ensino e aprendizagem? E ainda, que tipo de literatura caberia à escola estimular? E, embora recaiam sobre o professor e sobre o sistema escolar a maior responsabilidade e cobranças, como educadores podem utilizar os recursos literários midiáticos disponíveis e que monopolizam a atenção e predileção de crianças, jovens e adultos no cotidiano escolar e com intencionalidade educacional?

A escolha pelo tema do presente estudo tem, portanto, o intuito estimular as discussões e reflexões sobre a literatura midiática, seus ressignificados e os desafios para o trabalho docente no contexto da sua aplicabilidade no ambiente de aprendizagem escolar.

A escolha das temáticas e ideias apropriadas a serem desenvolvidas no presente trabalho, se relacionam inicialmente, com os conceitos de cultura, mídias e educação e as relações delas decorrentes e de que forma estão interligados a fim de estabelecer relações entre eles no contexto educacional.

Em seguida analisaremos a leitura literária e o papel da literatura na escola em sentido *lato* e *strictu sensu*, independentemente de ser em um contexto livro ou midiático, como bem discorre Italo Calvino ao afirmar que "A literatura (e talvez somente a literatura) pode criar os anticorpos que coíbam a expansão desse flagelo linguístico" (CALVINO, 1990, p.72), pois há coisas que só a literatura é capaz de propiciar.

Por fim, refletiremos sobre a ressignificação literária e os desafios para o trabalho docente, na perspectiva de analisar as novas formas de cultura e literatura,

e de que forma o trabalho docente pode favorecer a aproximação entre a realidade dos alunos e as práticas escolares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CULTURA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Os efeitos sociais dos meios de comunicação em massa sobre os indivíduos são muito discutidos, e principalmente, a influência dominante e preponderante da cultura da mídia em detrimento das demais formas de aquisição de cultura, aí inserida a cultura livresca enraizada nas referências de educação formal.

Fato é, que a cultura da mídia é a cultura dominante. Sendo meio de tamanha abrangência, não pode a escola dissociá-la ou mesmo subjugar-la diante de suas práticas, mas antes, utilizá-la na consecução de seus fins.

Desta feita, cultura, mídia e educação devem ser vislumbrados como expressão de totalidade da vida do homem, sendo impossível ignorá-las, subjugar-las, excluí-las ou mesmo dissociá-las e nos mantermos inertes a elas.

Mas qual a relação entre cultura, mídia e educação?

A evolução tecnológica e as constantes mudanças na atualidade, têm evidenciado novas formas de como os indivíduos se relacionam, interagem e adquirem saberes e conhecimentos. Desta forma, a interação estabelecida com os meios eletrônicos e as diversas mídias têm sido um elemento diferenciador e representam um marco significativo na história da humanidade. Os meios eletrônicos, passaram a ocupar espaços outrora destinados a inúmeras atividades que, hoje, difícil se faz imaginar de forma diversa onde estes meios estejam ausentes.

Foi a televisão, o primeiro meio utilizado para substituir e preencher o tempo e o contato com outras pessoas da sociedade. Paralelamente, e mesmo em substituição à televisão, os smartphones e as tecnologias decorrentes dele ocuparam espaços, substituíram costumes ou mesmo tornaram inexistentes relações hoje vistas como ultrapassadas e tornando-se assim a principal fonte de cultura, e por diversas vezes, a única.

Esta intensa expansão do uso social das tecnologias de informação gerou mudanças sociais que dissolveram as fronteiras entre o espaço virtual e o físico,

criando assim, um espaço híbrido de possibilidades e conexões mudando a forma como vemos a cultura, a educação e suas manifestações midiáticas.

Nessa perspectiva, “os textos da cultura da mídia propiciam uma boa compreensão da constituição psicológica, sociopolítica e ideológica de determinada sociedade em dado momento da história” (KELLNER, 2001, p. 153), demonstrando a abrangência do termo e como ele deve ser compreendido como um processo de análise de significados indissociável do termo sociedade.

Esta constatação citada por Kellner (2009) é também defendida por Zilberman (2009) quando afirma que “A constatação de que tudo é cultura, e de que tudo é válido, alarga as potencialidades de criação e de investigação, de que resulta o bem-estar reinante nos segmentos focados nas expressões da arte e do pensamento”.

A cultura ofertada pela mídia fornece então, material para os quais os indivíduos são inseridos nas sociedades contemporâneas, sendo assim, uma nova forma de cultura globalizada. Neste sentido, Kellner (2001) afirma que

A cultura modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade. [...] As pessoas passam um tempo enorme ouvindo rádio, assistindo à televisão, frequentando cinemas, convivendo com música, fazendo compras, lendo revistas e jornais, participando dessas e de outras formas de cultura veiculada pelos meios de comunicação. Portanto, trata-se de uma cultura que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de pano de fundo onipresente e muitas vezes de sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades [...] (KELLNER, 2001, p.11)

Esta gama de variantes que privilegiam diversos sentidos, emoções, sentimentos e ideias abrange assim grande público e oferece difícil resistência para os outros meios de aquisição de cultura.

Roger Silverstone (2002, p, 9), em seu estudo **Por que estudar a mídia?** afirma que “não podemos escapar à mídia” e discute a importância central da mídia na cultura e na sociedade no novo milênio corroborando o que afirma Kellner (2001), onde a mídia ocupa posição central no contexto de aquisição e difusão de cultura.

Desta feita, Silverstone (2002, p. 12) afirma que “nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea”, sendo impossível escapar à sua presença.

Sobre a onipresença da cultura midiática, Kellner (2001) também faz referência:

Portanto, trata-se de uma cultura que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de pano de fundo onipresente e muitas vezes de sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades, algo que, segundo alguns, está minando a potencialidade e a criatividade humana (KELLNER, 2001, p.11)

No entanto, esta dita “onipresença” citada não significa o fim das demais formas de aquisição de cultura e aprendizagem, mas representa um novo modo de difusão do conhecimento que, quando aliados, ampliam suas possibilidades.

Ao compreendermos a cultura midiática como forma natural e paulatina de acompanhamento da evolução da sociedade, poderemos vislumbrá-la como processo natural e intrínseco das novas gerações, e que devem ser adequadas e acompanhadas de forma natural como todas as evoluções e transformações que já se apresentaram ao longo da história da civilização, e porque não dizer, aliada da educação.

2.2 A LEITURA LITERÁRIA E O PAPEL DA LITERATURA NA ESCOLA

Apesar de acompanhar historicamente a instituição escolar, o papel da leitura e da literatura na escola ganhou ênfase na virada dos anos 70 para os anos 80, quando analisamos os pressupostos históricos e teóricos que se intensificaram neste período, conforme demonstrado nos estudos de Zilberman (2008, p. 13) para quem “A literatura encarnava a utopia de uma escola renovada e eficiente, de que resultavam a aprendizagem do aluno e a gratificação profissional do professor”.

Vários eventos culminaram nesta reflexão: o processo de redemocratização, a globalização da economia, o neoliberalismo, as reformas do ensino básico, inclusive de nomenclatura, a instituição dos Parâmetros curriculares, a Base Nacional Comum Curricular, e, igualmente, a mudança cultural experimentada e anteriormente citada dos meios de comunicação de massa, do ponto de vista tecnológico e instrumental com a utilização de novos suportes e então já citados: os smartphones.

Ao serem identificadas as dificuldades de leitura e letramento nos estudantes, a literatura encontrou sua valorização específica quando nela foram depositadas as expectativas de corrigir problemas vivenciados nas salas de aula transferindo-se para ela as esperanças de mudança e sucesso nas práticas educativas (ZILBERMAN 2008).

Se compararmos os meios disponíveis nos anos 80 com os atuais, a discrepância se torna gigantesca. O livro, anteriormente representado como única e

soberana fonte de aquisição de conhecimento e cultura, agora apresenta concorrentes de peso com muito mais possibilidades de suporte e variados chamarizes mais dinâmicos e atuais.

Não obstante, vale ressaltar que a ruptura das fronteiras culturais ocasionadas pela globalização impôs novas dinâmicas de financiamento e difusão de cultura, principalmente no ambiente digital. O contraponto entre clássico e moderno, rural e urbano, erudito e pop determinou mudanças substanciais sobre a forma como vemos e difundimos conhecimentos.

Para Cucho (1999, p. 12), “O homem é essencialmente um ser de cultura [...] o exame do conceito científico de cultura implica o estudo de sua evolução histórica, diretamente ligada à gênese social da ideia moderna de cultura”. Sendo assim, a cultura acompanha a sociedade e sua evolução ao longo da história, sendo impossível dissociá-la da evolução da humanidade. E, a partir desta constatação de que tudo é cultura, as possibilidades de criação focam em todas as expressões de arte pensamento.

Em meio a esta evolução social e de pensamento, tudo parece ter se alterado para acompanhar os novos tempos, menos a escola. Diante disto, as consequências de logo aparecem: uma realidade divergente, como um universo paralelo de um passado remoto se confronta entre a escola e a sociedade globalizada e tecnológica. As queixas se somam de professores e alunos.

A partir da concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Nacionais e da atual Base Nacional Comum Curricular, fundamentados em teorias linguísticas modernas, que preconizam a concepção de língua como fenômeno histórico e social com base na interação entre os falantes, faz-se necessário valorizar suas histórias, culturas e línguas, para que a educação formal seja a garantia de acesso à cultura letrada e às mais diferentes situações comunicativas de interação (ZATERA, 2020).

Enquanto os diagnósticos evidenciam uma fragmentação e fragilização da leitura e da escrita por parte dos estudantes, os novos contingentes de alunos não se identificam nem com a norma culta, nem com a tradição literária tão apregoada nas salas de aula. A leitura de textos literários clássicos e obrigatórios apresenta-se como prática divergente e dissociada da realidade da maioria deste contingente de estudantes oriundos das mais diversas realidades decorrentes do processo de

crescimento da população urbana e do campo. Os apelos literários tornaram-se insuficientes e cada vez mais se evidencia a necessidade de democratização do saber na sociedade brasileira contemporânea para a formação de bons apreciadores de literatura.

Preconiza-se a necessidade prioritária do estímulo ao exercício da leitura para garantia da sua aproximação com a literatura, alternativas estas, que se perderam ao longo do caminho, em detrimento dos meios de comunicação em massa e principalmente a comunicação eletrônica, mais aprazíveis e próximas da realidade dos estudantes.

O exercício da leitura do texto literário em sala de aula, pode ser vislumbrado sob a ótica de auxiliar o estudante na sua autoafirmação, para servir-lhe de veículo de manifestação pessoal, aliado às novas tecnologias, e atribuindo-as sentido educativo através de suas experiências pessoais.

Sob esta ótica, Silverstone (2002) destaca que

Na mídia contemporânea, deparamos, não com a ausência de histórias, mas com sua proliferação, tanto no interior como ao redor dos textos da mídia. [...] A mídia encanta. Somos significativamente encantados. A história sobrevive – no faroeste e na novela; no relato dos grandes eventos midiáticos do dia e na narração de contos de comédias de situação para adolescentes; em nossa preocupação com as estrelas e em nossa fascinação com nossa origem e nosso futuro. De fato, ela prospera, recorrendo, como lhe é possível agora em nossa era eletrônica às fontes oral e impressa, extraindo seus recursos, cada vez mais, de culturas globais; [...] fornecendo a atratividade da cultura popular: atraindo, engajando, saturando, consumindo: uma mercadoria num mundo comercial (SILVERSTONE, 2002, p.80-81).

Sendo a literatura, caminho eficaz para a fruição, o imaginário do leitor é convocado a trabalhar junto com o intelecto, decodificando, enveredando e descobrindo novos percursos de saberes, conhecimentos e aprendizagens provocados pelas palavras. Assim, a criação artística do autor opera através do leitor de forma síncrona, e, ponto de partida para o conhecimento real de atitude libertadora e fruidora, possibilita a reflexão sobre sua realidade.

Qual a relação da literatura com a imaginação? Podemos dizer que “A literatura acontece quando a imaginação é convocada a trabalhar junto com o intelecto, responsável pelas operações de decodificação e entendimento de um texto ficcional” (ZILBERMAN, 2008, p. 20), tendo como resultado a fruição da obra, o

sentimento de prazer motivado pelo autor, mas também estimulado pelo leitor através do imaginário, diverso da sua realidade que está habituado.

Através desta viagem, fantasia coincide com invenção numa comunicação entre autor e leitor. Costa (2009) reflete que os estudos recentes de Linguística e da Análise do discurso afirmam que os significados das palavras são flutuantes e variáveis, e ainda, dependem do contexto cultural e pessoal, da experiência de vida e leitura do leitor. O sujeito leitor projeta sobre a materialidade das palavras, significados que se alteram de leitor para leitor, com pequenas distinções, fruto da individualidade de cada leitor. A fantasia transfere essa forma para a literatura, e o leitor consegue assim, expressar seu mundo interior.

Não obstante, aproveitada pela indústria cultural, tem o dom de aplacar a insatisfação interior da existência, pois faculta a expressão de seus dramas e suas possíveis soluções. É possível inferir, portanto, que

A criação artística, nesse sentido, assume papel preponderante, porque, operando a partir das sugestões fornecidas pela fantasia, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas; logo, configura-se também como ponto de partida para o conhecimento do real e a adoção de uma atitude liberadora (ZILBERMAN, 2008, p. 20).

Impossível, pois mensurar a importância do texto literário e o papel da literatura na escola. Hoje em dia, não compete exclusivamente ao ensino da literatura a transmissibilidade de um patrimônio construído e consagrado historicamente, mas, sua responsabilidade se amplia drasticamente. Ler a literatura, este tipo especial de linguagem, deve ser uma atividade que vai além do entretenimento, e aliado a outros campos do saber, voltar-se para a formação do leitor cidadão.

Assim, esta atividade leitora não se atrela exclusivamente a um processo satisfatório de decodificação e letramento de textos literários, mas oferece outra face na qual, ainda que despreziosa, estimula e induz práticas socializantes que, estimuladas mostram-se igualitárias e democráticas, na medida em que não se faculte tornar-se estranho no meio escolar.

Este papel importante não pode ser simplesmente substituído pelos meios de comunicação eletrônica, mas deve a escola buscar meios para que o exercício da leitura de textos literários preencha estes objetivos, conferindo-lhe sentidos educativos e auxiliando estudantes para que sirva como veículo de manifestação

pessoal, autoafirmação e auxiliando-os a ter mais segurança relativamente às suas próprias experiências (ZILBERMAN, 2008).

2.3. RESSIGNIFICAÇÃO LITERÁRIA E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Até bem pouco tempo atrás, os meios de comunicação, a leitura, a linguagem e a interação social apresentavam características bastante definidas, expressas e específicas, que, de acordo com suas especificidades, podiam-se individualizar e identificar isoladamente. Com o avanço tecnológico, ocorreu uma pluralidade de linguagens que convergiram para o que chamamos textos multimidiáticos, os quais são representados por recursos digitais, multimídia e hipermídia e aqueles que congregam informações de som, imagem, texto, vídeo, animação, entre outros.

Estes tipos de textos, proporcionam publicidade e divulgação em diferentes suportes contemporâneos sociais que se encontram ao alcance das mãos, seja em smartphones, tablets ou kindles e suas possibilidades de veiculação, divulgação e abrangência são inimagináveis.

Para Guimarães e Ribas (2016), duas características são apresentadas no texto midiático: técnica, na qual a tecnologia permite a combinação de mídias diversas: textos impressos, imagens, sons, etc.; e a discursiva, na qual a coexistência de distintas ordens de materialidade em um mesmo espaço é permitida, privilegiando a articulação de linguagens (sons, imagens e verbal) e diversos suportes contemporâneos (tablet, computador, smartphone, tv, kindles).

Cada época e sociedade produz seus instrumentos culturais que lhe são peculiares. A articulação de linguagens na literatura no contexto da sociedade multimidiática, revela outra forma de ler, comunicar-se e estar inserido nesta sociedade contemporânea, já que as tecnologias reorganizaram e reestruturaram as relações, distâncias, espaço e tempo de acessibilidade. Ao estabelecer novos modos de ser, pensar, interagir e estar neste contexto social que ao mesmo tempo em que condicionam também ampliam as relações de comunicação, os muros e entraves de conhecimento e acesso à literatura perdem sua materialidade e estão disponibilizados a todo o momento, refletindo as relações sociais contemporâneas e plurais.

Costa (2009, p. 113) afirma que “A literatura surgiu, particularmente, com a tradição oral”, e as mudanças sociais ao longo da História também moldaram suas

alterações. Estando ligada ao progresso de desenvolvimento da humanidade, a compreensão humana e social da época se faz imprescindível. Sob esta ótica, a literatura midiática reflete tão somente a evolução da sociedade em relação aos meios tecnológicos que se apresentam.

O filósofo norte-americano Douglas Kellner, em seu livro *A cultura da Mídia* (2001), argumenta que devemos estudar a cultura da mídia, compreendendo como ela pode ser entendida, usada e apreciada, além de se propor a fornecer meios de aprender a estudar, analisar, interpretar e criticar os textos da cultura da mídia, bem como avaliar seus efeitos.

Neste contexto, os textos de diferentes suportes e suas relações têm sido substituídos e mesmo coexistem com a literatura midiática. Para dar suporte a estas afirmações de coexistência do texto literário com a cultura midiática e os percursos que se interagem, Gomes (2009, p. 94) afirma que “Entre os aspectos que reafirmam essa ponte entre os suportes, e o fluxo de seus textos de um lugar para o outro, está a adaptação de obras literárias para o audiovisual”. Textos estes, advindas muitas vezes, da literatura.

E continua afirmando que a televisão, ao invés de se reinventar completamente, continua a se utilizar do que foi e tem sido proposto, por exemplo, por obras literárias. Desta forma, pode-se pensar em cultura midiática como aliada e mesmo difusora da literatura tradicional.

De acordo com Gomes (2009, p. 95 *apud* BENJAMIN 2000), as obras reproduzidas e as obras concebidas desde a lógica da reprodutibilidade técnica chegam a lugares e a pessoas que as obras únicas e os meios de comunicação anteriores não alcançam ou mesmo que o livro e o jornal impresso ainda não atingem, de maneira que elas democratizam o conhecimento, ou melhor, popularizam o acesso às obras. Assim, os textos multimidiáticos articulados nas diversas linguagens, estabelecem mais significados e interação com seus interlocutores do que aqueles que se utilizam de uma única técnica ou único suporte. São elas que norteiam a gama de informações e condições de produção de sentidos múltiplos da atualidade.

Nesta perspectiva, podemos inferir que a cultura midiática contribui com a difusão e formação dos indivíduos à medida que populariza obras, filmes, história,

clássicos da literatura, saberes, cultura e as difunde à grande massa da sociedade através da articulação de linguagens.

É sabido que os alunos contemporâneos se expressam, interagem e se comunicam através das mídias. Como pode a escola, responsável pela educação formal excluir então a literatura midiática de sua realidade?

O primeiro desafio para o trabalho docente está no caráter agregador e inclusivo de toda forma de mídia e cultura, com foco na aprendizagem. A valorização pura e simples do livro didático em detrimento das outras formas de cultura apresentadas segrega a escola e dissocia da realidade de seu público-alvo, alunos leitores.

Ao privilegiar a palavra como elemento essencial em detrimento de outros processos que fazem parte do processo de significação como inserção de música, imagem, gestualidade, expressões e movimentos, pode-se concorrer em concorrência desleal de uma para com a outra na produção de sentidos, no preenchimento de lacunas textuais, e na relação com os interlocutores.

Assim, novas práticas devem ser adotadas em direção a outros textos, outros modos, outros suportes. Neste contexto, as inúmeras possibilidades que o ambiente digital pode oferecer à expressão cultural e literária devem ser levadas em conta, pois “Quanto mais se distanciam da chave comparativa entre o impresso e o digital, mais oferecem leituras produtivas a respeito desses objetos que estão surgindo com a emergência da nova mídia” (ROCHA, 2014, p. 180-181).

A escola, mesmo que realize um trabalho de formação leitora, não conseguirá consolidar um verdadeiro leitor, sem o respaldo da sociedade que a sustenta. O que se sugere é a convergência midiática para atrair este público contemporâneo (Cf. JENKINS, 2008). Esta reflexão, busca a convergência midiática, ou seja, diferentes caminhos para que suportes distintos possam depositar suas contribuições na sociedade midiática contemporânea, sem, no entanto, ser ameaça para o outro.

As manifestações midiáticas, como bem explicitadas por Kelner (2001) para quem os textos da cultura da mídia propiciam uma boa compreensão da sociedade em dado momento da história, não se constituem ameaça ao texto impresso ou devem ser considerados como incapacidade criativa de nossos tempos, para não incorrer no saudosismo explícito como ode ao passado ideal, nostálgico. Ambos têm sua contribuição e podem coexistir na colaboração da aprendizagem significativa.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, ao abordar os quatro pilares da educação já refletia sobre os meios de circulação, informação, armazenamento e comunicação deste século, ao afirmar que “A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”. E alerta a importância de “as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos” (UNESCO 1998, p. 89).

Neste sentido e conforme o Relatório, a escola adquire novas perspectivas para a necessidade social não apenas quantitativa, acumulada ao longo dos anos de que possa se abastecer, mas, deve adaptar estes conhecimentos a um mundo em mudança constante que necessita de novos cidadãos. Assim, se organizam os pilares do conhecimento através dos quais de quatro aprendizagens fundamentais que serão para cada indivíduo pilares de conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, a fim de que se tenha uma experiência global ao longo de toda a vida, tanto no cognitivo, como em sua aplicabilidade social.

Neste sentido, esta educação se contrapõe à visão puramente instrumental e isolada para considerá-la em plenitude, na sua totalidade, embora o valor formativo não possa e deva ser desprezado. Isto supõe que ao se propor mudanças tão drásticas, há que se refletir que “os quatro pilares da educação” não devam restringir-se apenas aos discentes, mas deve ser ampliado a todos os agentes que fazem a educação, incluídos aí os professores. Costa (2009, p. 33) corrobora com este pensamento ao afirmar que “a educação pressupõe dois parceiros fundamentais e que, necessariamente, devem interagir: o professor e o aluno”.

No trabalho de formação do leitor, as bases teóricas que fundamentam a atividade docente são fundamentais. Sobre este assunto, é possível inferir que

[...] a prática docente deve estar orientada para dois tipos de atendimento, no que se refere à formação de leitores: a preocupação com o aluno – e, portanto, a seleção de textos adequados à sua idade e às funções da leitura na vida escolar e pessoal – e a preocupação com o próprio professor, uma vez que nunca se completa nossa formação de leitores. Ao longo da vida, estamos sendo sempre motivados a descobrir novos e outros textos que a cultura, ininterruptamente, vai criando (COSTA, 2009, p. 37).

Sendo expressões da contemporaneidade, as manifestações midiáticas devem ser acolhidas pelos professores como mais uma ferramenta de aprendizagem e linguagem para a apropriação e formação de cidadãos leitores.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

As novas tecnologias, neste contexto pandêmico, se tornaram fundamentais sob diferentes aspectos para a manutenção das relações na era da comunicação universal: facilitou a aproximação entre as pessoas minimizando distâncias, serviu como ferramenta de acesso a espaços os quais se tornaram indisponíveis no isolamento social, estimulou a economia através do E-commerce, e, especificamente, mudaram a forma, metodologia e ambiente de aprendizagem escolar, ao concorrerem para moldar a sociedade neste futuro imediatista, que não corresponde a nenhum modelo outrora vivenciado.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, já em 1998 atentava e refletia sobre o monopólio das indústrias culturais estabelecidos por uma minoria de países que o difundiam pelo mundo, atingindo um incontável número de receptores. Conforme o relatório, [...] esta “falsa cultura mundial” não deixa, por isso, de trazer consigo normas implícitas e pode induzir, nos que lhe sofrem o impacto, um sentimento de espoliação e de perda de identidade” (UNESCO, 1998, p. 40).

Cabe à escola, desempenhar este importante papel de fornecer educação adequada, para que o aluno possa utilizar esta cultura mundial adequando-a ao seu contexto, interpretando dados, criticando informações e refletindo sobre sua importância e pertinência para seu desenvolvimento pessoal e social.

Podemos inferir que a educação desempenha papel insubstituível na formação da capacidade de julgar dos educandos. Através dela, o aluno estabelece relações que o ligam ao seu ambiente, respeitando sua própria cultura e as demais.

Em contrapartida, se a escola se mantém à parte deste processo de globalização, ignorando o uso das tecnologias e sua influência na formação cultural dos educandos, as repercussões na vida da sociedade afetam diretamente os sistemas educativos que tendem a manter metodologias obsoletas ou mesmo discrepantes da realidade.

Por fim, e sendo esta, uma pesquisa qualitativa que tem por finalidade refletir, sem esgotar pesquisas sobre o tema; repensar, sem exaurir as reflexões levantadas; e analisar, sem apontar um único caminho de possibilidades; os resultados são passíveis de ampliação, decorrentes das transformações sociais vislumbradas no último ano, em decorrência da pandemia que ressignificou espaços, tempo, metodologias, relações sociais e interpessoais nunca vistas.

As discussões sobre o tema escolhido em estudo refletem esta preocupação, e têm, portanto, total pertinência ao estimular as discussões e reflexões sobre a cultura e literatura midiática, seus ressignificados e os desafios para o trabalho docente no contexto da sua aplicabilidade no ambiente de aprendizagem escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido ao longo da pesquisa, é possível tecer algumas considerações a título de conclusão. A primeira delas é que as novas tecnologias têm o poder de transformar as coisas ao nosso redor, sendo impossível pensarmos na humanidade sem os avanços tecnológicos que ela produz, convive e interage. Assim, não se pode pensar que estes saberes, tão relevantes e contemporâneos possam deixar de ser ensinados de forma eficiente e democrática, especialmente quando pensamos na escola como um espaço de reflexão, crítica e produção de conhecimento na era da tecnologia digital, onde nos comunicamos, interagimos, nos informamos e somos, ao mesmo tempo, bombardeados por uma gama de informações ao alcance das mãos.

Ao longo do trabalho, a contextualização do tema e a pertinência das discussões baseadas em bibliografias que abordaram temas correlacionados e que forneceram as bases para as conclusões, alguns questionamentos levantados na introdução, por fim, podem ser debatidos com mais propriedade após o desenvolvimento da pesquisa em questão, embasados em referências que abordaram temas correlacionados e que forneceram as bases para as conclusões.

Onde se discutiu as relações existentes entre cultura, mídias e educação, a leitura e análise de livros e artigos científicos, com é o caso do livro *A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno* de Douglas Kellner (2001), foi muito preponderante para a compreensão deste recurso midiático, sua abrangência e amplitude do termo, cujo foco em referência está nas discussões e

análise a respeito da importância que a mídia assume e sobre como ela se torna uma forma de cultura.

Não obstante, a principal conclusão do tópico está no fato de que a cultura da mídia é, sem sombra de dúvida, a cultura dominante na atual sociedade com bem explícita Guimarães e Ribas (2016, p. 196) ao afirmar que “o livro vende o filme, vende o jogo digital, vende a série televisiva, que, por sua vez, vende o livro digital e ajuda a vender todos juntos” cujo trabalho de Kellner (2001), quinze anos atrás já analisava e considerava que a cultura da mídia é um setor vibrante da economia, e até mesmo em suas palavras, um dos mais lucrativos, pois, a mescla de cultura e tecnologia a assumir formas e configurações, também produz novos tipos de sociedade, cujos elementos, aqui entendidos a mídia e a tecnologia, se tornam princípios organizadores.

Ademais, como também foi demonstrado na pesquisa, a BNCC (2018), traz um foco para a cultura digital que a coloca num dos primeiros planos que a escola deve se imbuir, e que, apesar da complexidade deste desafio ante os problemas sociais, culturais e econômicos enfrentados em nosso país, ele se torna indissociável do trabalho docente, já que não impacta apenas na sua prática, mas influencia diretamente os estudantes que necessitam fazer uso saudável, responsável e consciente, que lida, administra e identifica fontes confiáveis e seguras através de práticas reflexivas.

Após as pesquisas, concluímos que não se pode dissociar o trabalho docente da cultura atual. É que não se trata da valorização deste ou daquele suporte, mas que o alcance deve ser ainda maior e mais profundo: apresenta caráter agregador, convergente e democrático, como também é o pensamento de Guimarães e Ribas (2016, p. 198.), que ressalta “a impossibilidade de tomarmos um suporte como eixo comparativo ou referencial para traçar caminhos de leitura e produção diversos” e enfatiza “a importância de se considerar uma produção literária emergente que se constitui na interface, texto que confunde procedimentos composicionais, suportes e efeitos”.

O tópico seguinte abordou a leitura literária e o papel da literatura na escola, cujo conceito, atrelado à concepção de cultura, deve acompanhar a evolução social, representando-a, resignificando-a. Assim, o papel da literatura ultrapassa quaisquer ambientes escolares e limitações físicas educacionais e institucionais.

O referencial teórico também está pautado em saberes complementares como é o caso da Sociologia, que a Pedagogia também bebe da fonte. Em seu livro: *A noção de cultura nas ciências sociais*, Cucho (1999 p.10) para quem “a cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem”, enfatizados por Costa (2002, p. 89) que traz uma reflexão bastante pertinente e corrobora para o embasamento das considerações finais “[...] um dos caminhos para integrar as crianças no universo cultural, constituído ao longo dos séculos, é contar-lhe histórias imaginativas.

Além da função de resgate da cultura, essa atividade proporciona momentos em que o ouvinte trabalha mais intensamente, e de maneira individualizada, seu imaginário”, pois é através do imaginário que a realidade é confrontada e se assimila novos saberes já anteriormente enraizados sobre sua realidade, sua cultura e vivências.

Assim concluímos que o papel da literatura na escola, deve ser estimulado e valorizado em suas mais diversas formas, dos clássicos aos atuais, numa atividade que vai além do entretenimento, e aliado a outros campos do saber, voltar-se para a formação do leitor cidadão, pois, ao ler a literatura, este tipo especial de linguagem, abrem-se caminhos eficazes para a fruição, e o imaginário do leitor que é convocado a trabalhar junto com o intelecto, decodificando, enveredando e descobrindo novos percursos de saberes, conhecimentos e aprendizagens provocados pelas palavras, corrobora para o conhecimento libertador, fruidor e reflexivo. No âmbito destas discussões, todo tipo de literatura deve ser estimulado pela escola, que apresenta as possibilidades e conduz o aluno à criticidade sobre o que lê e vivencia dentro e fora da escola.

Por último, e não menos importante, o terceiro tópico discute a ressignificação literária e os desafios para o trabalho docente, o considerando que embora recaiam sobre o professor e sobre o sistema escolar a maior responsabilidade e cobranças, os problemas são bem mais complexos.

Neste contexto, Carvalho (2017, p.125) em seu estudo sobre Os novos significados da literatura fantástica no consumo de livros e na cena midiática brasileira – a emergência de novos autores e a relação com os fãs, conclui que “a obra dos autores de literatura fantástica atual do Brasil é fortemente influenciada pelas condições de produção dos livros: um cenário em que é preciso atender às

constantes demandas do público fã desse gênero literário e das dinâmicas e performances desses autores na internet”, com relevância para bens simbólicos e de consumo.

Ademais, convém acrescentar que a pluralidade de linguagens representadas através dos textos multimidiáticos e seus suportes contemporâneos, privilegiam a articulação de diferentes linguagens, que refletem a evolução da sociedade atual e concorrem fortemente com a cultura livresca clássica apregoada nas escolas. Não há aqui espaço para convergência, mas agregação e ampliação de saberes que se complementam e se ressignificam.

Conclui-se assim, que a cultura midiática, aqui compreendida na Literatura midiática, contribui imensuravelmente para difusão e de ideias à medida que populariza para a grande massa da sociedade através da articulação de linguagens e que não há espaço para concorrência, mas há espaço agregação e convergência.

Assim, um dos desafios para o trabalho docente com a literatura midiática está no fato de que o docente, mesmo que realize um trabalho de formação leitora, não conseguirá consolidar um verdadeiro leitor, sem o respaldo da sociedade que a sustenta. E sendo expressões da contemporaneidade, as manifestações midiáticas devem ser acolhidas pelos professores como mais uma ferramenta de aprendizagem e linguagem para a apropriação e formação de cidadãos leitores e reflexivos como já apregoa a BNCC (2018) onde prevê a ampliação das aprendizagens com suporte na cultura digital quando assegura que:

No Ensino Médio, por sua vez, dada a intrínseca relação entre as culturas juvenis e a cultura digital, torna-se imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas nas etapas anteriores. Afinal, os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como protagonistas (BRASIL, 2018, p. 474).

Paulo Freire diz que a prática é vazia sem a reflexão, e isto vale também para a reflexão que deve acompanhar e pautar o trabalho docente. O professor está sendo forjado na mudança e para a mudança e seu papel ganhou novos significados na educação midiática.

Emília Ferreiro, já em 2006, afirmava que se nós aceitarmos que o conceito de alfabetização não é fixo, mas uma construção histórica, que muda conforme se alteram as exigências sociais e as tecnologias de produção de texto, estamos sendo alfabetizados, portanto, na educação midiática, onde utilizamos e agregamos as

tecnologias e cultura midiática paulatinamente às metodologias tão enraizadas na sociedade. Este tipo de alfabetização é fundamental, principalmente na consciência de estar no mundo e para desenvolvermos a capacidade de agir dentro dele: professores e alunos re-alfabetizados, cada um à sua maneira.

Sobre este conceito, o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, leva à reflexão sobre “os quatro pilares da educação” que objetivam a formação global do indivíduo além do valor formativo, já conhecido. O que deve ser levado em consideração é que este conceito de formação global possa ser ampliado para a formação docente.

Assim, tomando por referência os pilares apregoados no Relatório e direcionando-se para o trabalho docente, temos: aprender a conhecer, no sentido da aquisição de instrumentos para a compreensão, seja ela dos conteúdos, da sociedade, das necessidades atuais da profissão; aprender a fazer, para assim agir sobre o suas práticas na consecução de seus objetivos, no uso das novas ferramentas e instrumentos que se apresentam na atualidade; aprender a viver juntos, a fim de participar, respeitar diferenças, compreendendo-as como intrínsecas da evolução social e das relações que dela se depreendem, cooperando para a melhoria da sociedade; e, por fim, e não menos importante, aprender a ser, que congrega valores anteriormente citados, já que o homem não é produto pronto e acabado, mas em constante evolução.

Não se pode deixar de considerar que a democratização da informação midiática expandiu os limites da sala de aula e compete ao professor, preparar este aluno para tirar o melhor proveito deste ambiente tão amplo de possibilidades, pois, ao mesmo tempo em que há facilidade de disseminação de informações, há também a dificuldade de fiscalização e controle sobre esta imensa gama de conhecimentos com que os alunos são bombardeados a todo o momento. É então, que o papel do professor neste contexto também sofre profundas alterações e ressignificados no qual surge o termo professor curador, que é aquele que seleciona o que é relevante, que oferece o melhor que há em determinado tema, o essencial, através da sua intencionalidade.

Neste sentido, a preparação para a adaptação às mudanças e ações estratégicas para buscar recursos e desenvolver competências para se manter atualizado e ter uma carreira sustentável se faz inevitável, atrelado a outras

características não menos fundamentais para esta nova realidade: resiliência, inovação, cooperação, transformação digital, inteligência emocional e empatia, entre outras.

Ao se abraçar o uso das tecnologias com o devido preparo e orientado por um objetivo claro, ela pode tornar-se uma grande aliada, facilitando e multiplicando as possibilidades de trabalho com pesquisa, o uso de multimídias e em uma velocidade muito maior, garantindo transparência e recursos para conhecer e avaliar o estudante e seu trabalho.

O professor contemporâneo deve buscar mecanismos capazes de formar cidadãos livres e aptos a fazerem escolhas conscientes, não sendo, portanto, detentor do saber, mas facilitador, curador e orientador de melhores práticas de estudo e aquisição de conhecimentos desenvolvendo nos alunos autonomia e consciência cidadã, sendo, efetivamente, protagonistas de suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Dora Miranda. **Os novos significados da literatura fantástica no consumo de livros e na cena midiática brasileira – a emergência de novos autores e a relação com os fãs**. In: *Mediação*, Belo Horizonte, v. 19, n. 25, jul./dez. de 2017.

COSTA, Marta Morais da. **Literatura Infantil**. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil SA, 2009.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FERREIRO, Emília. **O momento atual é interessante porque põe a escola em crise**. **Entrevista** concedida a Márcio Ferrari. Nova Escola, São Paulo, 01 de Novembro de 2006. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/238/emilia-ferreiro-o-momento-atual-e-interessante-porque-poe-a-escola-em-crise>

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, M. **O intertexto midiático**: ficção seriada e adaptação de obras literárias: as ideias no fluxo das mídias. In: Conexão – Comunicação e Cultura. UCS, Caxias do Sul, v.8, n. 15, jan./jun. 2009.p. 93-108.

GUIMARÃES, Gláucia e RIBAS, Maria Cristina Cardoso. **Literatura infantil na sociedade multimidiática**. In: estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 47, p. 185-203, jan./jun. 2016.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **O pensamento de Emilia Ferreiro sobre alfabetização**. **Revista Moçambros**: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, São Paulo, ano 1, n. 2, **2007**. Disponível em: . Publicado em: março 2007.

ROCHA, Rejane Cristina. **Contribuições para uma reflexão sobre a literatura em contexto digital**. Revista da Anpoll nº 36, p. 160-186, Florianópolis, Jan./Jun. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. [livro eletrônico].1.ed. São Paulo: CORTEZ, 2013.

O LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: JOGOS E/OU BRINCADEIRAS?

Elaine Ferreira de Souza – UNIESP

Erika Anulino Alves – UNIESP

Valdicleide Lourenço da Silva Soares – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como intenção apresentar o lúdico no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, voltado aos jogos e brincadeiras, visando colaborar nas metodologias que são usadas e contribuir no aprofundamento deste tema tão relevante para a educação.

A escolha desta temática veio da vontade de conhecer novas maneiras de introduzir a aprendizagem e ir mais a fundo esse mundo da educação infantil também de compartilhar nossas experiências, com base nas vivências que tivemos ao longo da nossa jornada ao longo do nosso curso de pedagogia e pelas experiências que vivemos tendo nesse meio tempo, já que todas nós trabalhamos no campo da educação.

Partindo das observações diárias que vamos fazendo, pudemos perceber que há uma grande necessidade de trabalhar dentro dessa perspectiva, já que foi unânime a percepção da falta de estratégias dos professores, para ter condições de desenvolver várias habilidades de seus alunos trabalhando com o lúdico na sala de aula, através de jogos e brincadeiras.

Sabemos que é muito importante trabalhar o lúdico na escola, e que o professor mesmo sem muitos recursos, use sua criatividade para atingir seus objetivos. Esperamos através desse tema, contribuir com ideias da inserção da ludicidade, em todos os momentos no âmbito escolar, desde a decoração da sala de aula, até o planejamento do professor. A intenção é resgatar o interesse dos alunos e despertar o interesse deles com muita prática e técnica.

Diante da atual realidade das escolas onde os jogos e as brincadeiras são utilizados somente para cobrir lacunas nas salas de aula, este artigo mostra como essas ferramentas podem ser úteis no processo de ensino aprendizagem na educação infantil. É evidente que a ludicidade é um ponto importantíssimo na vida das crianças, e que estar muito presente na fase da infância. Então por que não fazer uso de uma ferramenta tão rica em aprendizado?

O Lúdico vem da palavra latina “ludus” que quer dizer “jogos” e “brincar”. Neste contexto do brincar estão inseridos os jogos, brincadeiras e os brinquedos, isto proporciona uma aprendizagem ao aluno, sendo assim alfabetizado com o uso do lúdico como estratégias metodológicas.

Sabemos que na educação infantil ainda há muitas barreiras a serem derrubadas e melhoradas, e a escola tem muita dificuldade de possibilitar formas de ensinar diferentes das tradicionais (isso não quer dizer que as formas tradicionais não funcionam mais). Essas formas diferentes de ensinar possibilitam e dão espaço para o aluno também construir o conhecimento diante de interações do seu dia a dia tendo a possibilidade de ser protagonista de sua história de aprendizagem isso se dá por exemplo no trabalho coletivo, compreensão do outro, ajuda mútua, brincadeiras de roda jogos e tantas outras metodologias.

Trabalhar o Lúdico em sala de aula é de suma importância, pois as crianças já convivem com a ludicidade no cotidiano, em uma brincadeira de pega-pega, pula corda, amarelinha, brincadeira das cadeiras, brincadeira de faz de conta, e nos jogos educativos. Todas essas brincadeiras trabalhadas de uma forma bem planejada proporciona um aprendizado prazeroso para as crianças. Pois para se trabalhar com o Lúdico nas escolas não é preciso brinquedos caros e de última geração, basta usar as brincadeiras que fazem parte do dia a dia da criança.

Esse lúdico dos jogos e brincadeiras trazem a tona algo inerente da criança, algo natural que é o brincar mais um brincar que tenha como objetivo fornecer uma aprendizagem leve prazerosas, despertando na criança essa vontade própria de aprender, trazendo também novidades relevantes para educação infantil assim também como para os educadores, pois sabemos da importância de tais atividades lúdicas para o corpo, desenvolvimento cognitivo, afetivo, sensorial e motor das crianças.

Nesse trabalho esperamos desmistificar que o “brincar” é algo banal, que as crianças só aprendem sentadas na cadeira de frente para o quadro branco. Esse artigo tem como objetivo mostrar que o ensino e as brincadeiras podem e devem andar de mãos dadas, proporcionando uma educação de qualidade para o público alvo da educação Infantil, também para que o professor use sua criatividade a fim de alcançar seus objetivos, ministrando uma aula prazerosa e interessante para seus alunos.

Esperamos reafirmar, através de leituras, os pontos positivos da utilização do lúdico como um poderoso aliado no dia a dia do Professor, dentro e fora da sala de aula, possibilitando-nos a formar as crianças com atitudes positivas, proativas e criativas, trazendo um crescimento e desenvolvimento individual e coletivo para a sociedade e fazendo-nos perceber que nós educadores temos a responsabilidade e objetivo de ajuda-los no desenvolvimento de personalidade, gostos e caráter.

No tópico 1, nos traz a familiarização das crianças com os brinquedos e as brincadeiras. E como eles podem ser usados como instrumento da pedagogia a qual possibilita e contribui com o desenvolvimento da criança em todos os âmbitos, inclusive em relação com a sociedade. Ressaltamos também a importância dos jogos e das brincadeiras, em relação ao desenvolvimento da imaginação, concentração e espontaneidade das crianças. Já no segundo tópico, trouxemos o brincar a criança e o espaço escolar.

Ressaltamos a importância do brincar na escola, para contribuir com o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e de seus valores, através das atividades lúdicas, onde é a escola pode se apropriar como um lugar deste saber. A escola pode sim fazer parte desse desenvolvimento através da educação lúdica que depende muito das técnicas e da criatividade do professor que pode transformar simples conteúdos em momentos onde o aluno sinta-se à vontade para expressar os seus sentimentos, criando e desenvolvendo seu potencial imaginário consequentemente se conhecendo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CRIANÇAS, JOGOS E BRINCADEIRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Começamos por refletir sobre a compreensão que se tem hoje do papel da brincadeira no desenvolvimento das crianças. Almeida (2017, p.41) alerta que "[...] a infância vem sofrendo grandes transformações, com a precocidade de sua duração. As crianças têm antecipado sua adolescência cada vez mais cedo, com isso, o brincar também passa a ter diferentes significados [...]."

A sociedade atual tem corrido contra o tempo, para acompanhar as transformações que vêm acontecendo no decorrer dos dias. Nesse contexto, o brincar tem perdido seu significado e as crianças têm amadurecido de forma

precoce. Para a criança, a brincadeira é tão natural ao seu desenvolvimento, quanto é o ato de respirar, consistindo, portanto, em um processo de resposta praticamente biológica, que vai acontecendo na medida em que ela cresce, de acordo com seus interesses.

Esse processo tem sido podado pela própria sociedade, uma vez que a criança é orientada a manter comportamentos adultos em espaços onde ela teria outro tipo de leitura como, por exemplo, um espaço comum que poderia se transformar em qualquer lugar, onde sua imaginação a quisesse levar.

A criança faz leituras constantes e variáveis de mundo, chegando aonde jamais um adulto chegaria. Nessa compreensão, vemos a necessidade de ter um olhar diferenciado para o brincar das crianças, entendendo que esse é um processo fundamental para seu desenvolvimento.

A infância tem diferentes significados para os autores abordados nesses estudos. Para Debortoli (2008), atualmente a infância é compartilhada por todos, reforçando

uma concepção de que o estatuto e os papéis sociais que são atribuídos à infância mudam com as formas sociais das quais as crianças são sujeito e objeto de variação e de mudança em função de dimensões sociais, como classe, contextos culturais e relações de gênero, entre outros (DEBERTOLI, 2008, p. 71).

A importância de entender a infância como um tempo para construir a personalidade, descobrir e desenvolver habilidades e competências, dentre as quais a linguagem, tão importante para o processo de interação social e, conseqüentemente, de construção de novos conhecimentos é primordial, principalmente nos tempos atuais, aonde a infância vem sendo bombardeada por transformações de uma sociedade que acha normal antecipar a adolescência.

As crianças vêm trocando esse tempo valioso de brincadeiras ao ar livre, de uma boa leitura, do correr, do pular, do subir em árvores por um dia inteiro no celular, sendo influenciados a todo instante por pessoas desconhecidas, com princípios e valores éticos e morais desconhecidos por seus pais.

Deveria ser normal crianças brincarem, pularem, correrem, mas a verdade é que a sociedade atual (a sociedade do comodismo) quer que nossas crianças não deem trabalho, sejam como robôs que ficam sentados quando mandam, falem

baixinho, tenham uma postura exemplar. A verdade é que os pais não sabem mais ser pais e, conseqüentemente, as crianças não saberão mazer crianças.

[...] a cultura “adultocêntrica” leva-nos a uma espécie de esquecimento do tempo de infância. Esquecemos gradativamente como, enquanto crianças, construímos um sistema de comunicação com o meio social que, necessariamente, integra o movimento como expressão. Com esse esquecimento, passamos, então, a cobrar das crianças uma postura de seriedade, imobilidade e linearidade, matando pouco a pouco aquilo que elas possuem de mais autêntico – sua espontaneidade, criatividade, ousadia, sensibilidade e capacidade de multiplicar linguagens que são expressas em seus gestos e movimentos. Os adultos tendem a exercer uma espécie de dominação constante sobre as crianças, desconhecendo-as como sujeito de direitos, até mesmo não reconhecendo o direito de movimentarem-se (SAYÃO, 2002, p. 57-58).

Nesse contexto, a inclinação da espécie humana para as atividades que envolvam brincadeiras é considerada fundamental para o desenvolvimento e para a apropriação de novos conhecimentos, possibilitando o desenvolvimento, a percepção, a imaginação, a fantasia e os sentimentos. O aprendizado perpassa toda a vida humana, em um contínuo processo de descobertas de coisas novas, e boa parte dessa aprendizagem se dá mediante o contato e a interação em sociedade.

A educação, portanto, nada mais é do que a vivência de experiências baseadas na busca pelo conhecimento, que resulta da troca que se dá entre semelhantes, mediada pela interação, mola propulsora da apropriação, que damos o nome de educação. Portanto, “Ela não existe por si só, é uma ação conjunta entre pessoas que cooperam, comunicam e comungam do mesmo saber” (DALLABONA e MENDES, 2004, p.1).

A infância é a fase da vida humana em que se acredita que nas brincadeiras enquanto instrumentos de realização e satisfação grande parte dos interesses das crianças, de suas necessidades e desejos mais básicos, constituindo também um meio de inserção da reflexão sobre realidade concreta e imediata, uma vez que é através da brincadeira que a criança aprende a trabalhar, a refletir e a descobrir ao seu redor.

Sneyders (1996, p.36) diz que “É muito importante aprender com alegria, com vontade”. As técnicas lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, alegria e entretenimento, a educação lúdica está distante da concepção ingênua de passatempo, brincadeira vulgar ou diversão superficial, pois “[...] A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em

direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo [...]” (ALMEIDA, 1995, p.11).

A abordagem pedagógica baseada no lúdico estimula o desenvolvimento de uma visão de mundo mais real. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade ao seu redor. Por isso, devemos definir esses termos: i. a brincadeira se refere a ação de brincar, ao comportamento espontâneo, de que resulta uma atividade não estruturada; enquanto que ii. o jogo é compreendido como uma brincadeira, que envolve regras, o brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar.

Conforme Santos (1999), para a criança, brincar é viver. Essa afirmação é sempre aceita, pois a própria história da humanidade nos mostra que as crianças sempre brincaram e sempre vão brincar. Sabemos que elas brincam porque gostam e quando isso não acontece, provavelmente, algo não está indo bem.

Dallabona e Mendes (2004) nos mostra alguns enfoques teóricos dados ao brincar em vários pontos de vista:

do ponto de vista filosófico, o brincar é um mecanismo para contrapor a racionalidade; no pensamento sociológico, o brincar vem como a forma mais pura de inserção da criança na sociedade; no ponto de vista psicológico, o brincar está em todo o desenvolvimento da criança, nas diferentes formas de mudanças de seu comportamento; na perspectiva criativa, tanto o ato de brincar, como o ato criativo, ambos estão na busca do mesmo objetivo o do “eu”, é brincando que a criança vai sendo criativa e no criar faz uso do seu próprio potencial imaginário, conseqüentemente, se conhecendo; já no ponto de vista pedagógico, o brincar tem se revelado uma estratégia poderosa para a criança aprender (DALLABONA e MENDES, 2004, p.4).

Olhando para todos esses enfoques apresentados, vemos que o ato de brincar, enquanto instrumento motivacional de aprendizagem, faz-se uma constante na vida humana, em todas as suas fases e dimensões, mas, especialmente, ativa na vida das crianças. Podemos agora dizer, com certeza, que **brincar é, essencialmente, viver**, pois a espécie humana é programada para aprender brincando e brinca aprendendo, a criança brinca porque brincar é uma de suas necessidades básicas, assim com a nutrição, habitação, educação. Para se ter equilíbrio na sociedade, a criança necessita brincar, jogar, criar e inventar pois, como Chateau (1987, p.14) nos diz: “uma criança que não sabe brincar, será um adulto que não sabe pensar”.

Os jogos e brincadeiras constituem, na leitura das crianças, momentos de prazer vivenciados por elas nas escolas. Quando as escolas fazem uso dos jogos e das brincadeiras, cria-se a possibilidade de interação as crianças, aguça a curiosidade e incentiva a criatividade desses alunos. Através do lúdico, as crianças se preparam para a vida, aprendem a competir de uma forma saudável, aprendem a seguir regras, a trabalhar em grupo e a lidar com meio em que vive.

Por meio do lúdico, pode-se propor atividades que ofereçam aos alunos a vivência de experiências concretas, na simulação do cotidiano do aluno. Essas atividades possibilitam a manifestação da expressão da liberdade criativa a partir da imaginação. A naturalidade ao brincar, já faz parte do universo lúdico da criança e, como consequência, a atividade se torna prazerosa para todos.

O caráter produtivo da inserção do lúdico na atividade pedagógica escolar auxilia significativamente o processo de ensino aprendizagem das crianças na Educação Infantil, uma vez que possibilitam, através de estímulos planejados e monitorados, o desenvolvimento da atenção, da imaginação, bem como de habilidades motoras e sociais, objetivando o desenvolvimento global da criança a partir de uma abordagem lúdica do espaço escolar.

Quando as crianças brincam se desenvolvem, aprendem de uma forma natural, sem tanta cobrança do professor e, com isso, sua aprendizagem se torna prazerosa e eficaz, conseqüentemente, o professor consegue atingir seus objetivos pedagógicos em sala de aula.

Piaget (apud SANTOS, 2001) afirmam que

O lúdico é uma característica fundamental do ser humano, do qual a criança depende para se desenvolver. Para crescer, brincar e para se equilibrar frente ao mundo precisa do jogo. Aprender brincando tem mais resultados, pois a assimilação infantil adapta-se facilmente a realidade (PIAGET apud SANTOS, 2001, p.173).

O brincar é importantíssimo para o desenvolvimento da criança em todas as etapas da sua vida, auxilia situações em que possam aprimorar seus conhecimentos nas diversas esferas, do pessoal ao profissional. Os brinquedos e as brincadeiras devem ser inseridos nas aulas de acordo com o nível de desenvolvimento das crianças, tendo contato com diferentes tipos de brinquedos e brincadeiras, fazendo o uso individual ou coletivo.

O brincar tem um papel fundamental na vida escolar das crianças do ensino na Educação Infantil, porém não falamos aqui de apenas brincar por brincar, é preciso um planejamento por parte do professor para que esse “brincar” se torne eficaz em sala de aula, objeto de aprendizagem monitorada.

O lúdico é essencial para uma escola que se importa com a formação humanizada do cidadão, e tem como consequência uma ação educativa que visa a aprendizagem em todas as áreas: social, cognitiva, relacional, pessoal e profissional. É fundamental a utilização do lúdico como estímulo cognitivo, criativo, emocional, além de favorecer a interação.

Os jogos e brincadeiras não podem ser vistos apenas como passatempo ou como uma forma de preencher espaços vazios, mas sim como estratégias que “contribuem para o desenvolvimento das crianças. O lúdico é uma ferramenta muito importante na construção do conhecimento, o ato de brincar é algo natural” (SILVA e SANTOS, 2017, p.18) na vida da criança e, por esse motivo, a prática educativa lúdica é uma peça fundamental de mediação no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil.

2.2 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REINVENTANDO TRILHAS E NOVOS SENTIDOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM A PARTIR DE JOGOS E/OU BRINCADEIRAS

A educação infantil representa uma das fases da Educação Básica mais importantes no tocante à formação de um cidadão. É nessa fase que a criança é inserida em uma comunidade de aprendizagem formal, propriamente. Amplia-se o círculo de convivência social imediato e, conseqüentemente, o prisma pelo qual a criança enxerga o mundo.

Nesse contexto, a criança está bastante familiarizada com brinquedos e brincadeiras, instrumentos da pedagogia natural da vida em sociedade, através dos quais se desenvolvem a coordenação motora e se internalizam padrões de comportamento compartilhados socialmente.

Quando a criança é inserida na comunidade escolar, o lúdico passa a fazer parte da educação infantil como uma estratégia metodológica que tem como foco ampliar o espectro de ensino brincando, tornando a aprendizagem natural e saudável, divertida.

Friedmann (1996) diz que a educação infantil se divide em várias etapas, considerando a faixa etária das crianças. Faz parte do nosso dia a dia, trazendo às crianças um modo de se conhecerem e se expressarem melhor, adquirindo conhecimentos, e conhecendo os limites da boa convivência, de modo agradável e natural.

No aprender brincando, o ato de brincar traz à criança a experiência de um sistema integrador, inserindo-o na vida social, identificando-o, também, como os interesses e necessidades individuais e coletivas.

Vários motivos levam a criança a brincar, alguns autores defendem o brincar como livre e contrário a qualquer regra fixa. Há, também, os autores que veem o brincar como meio que as crianças têm de descarregar energias, não atribuindo importância (ROSAMILHA. 1990).

De qualquer forma, no brincar onde a criança inicia o processo de se preparar para resolver os problemas do seu futuro, para enfrentar direta ou indiretamente as dificuldades da vida, no brincar a criança é capaz de descarregar o excesso de energias acumuladas ao longo do dia e desenvolver-se intelectualmente, além de ser agradável e prazeroso.

Bomtempo (1986) fala da diferença de como as crianças brincam, segundo ela, as crianças brincam de diversas maneiras, sejam sozinhas ou em grupos. As crianças menores, por exemplo, brincam de certo modo em um mundo mais reduzido, não tendo a condição de brincar com um número grande de pessoas, tendo, normalmente, sua interação limitada a apenas duas ou três crianças, ou sozinha. Já as crianças maiores conseguem se organizar melhor em grupos mais amplos, geralmente dividindo tarefas e desenvolvendo atividades semelhantes.

As brincadeiras e os jogos representam momentos de atividades comuns importantes no dia a dia das crianças, pelo fato de proporcionar prazer quando estão sendo executadas, pois são momentos de divertimento e o aprendizado ocorre durante esses momentos de descontração das crianças e também com a utilização dos recursos disponíveis em sala de aula.

Kishimoto (1993)

ressalta que o brinquedo assume a função lúdica e educativa quando inserido em um contexto formal de ensino, devidamente planejado e monitorado. Como função lúdica, o brinquedo propicia diversão, prazer e até desprazer, situações que se bem aproveitadas, também podem promover aprendizagem. E como função educativa, ensina tudo aquilo que compete

ao indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo (KISHIMOTO, 1993 apud PRETZEL, 2012, p.2).

Quando a criança brinca, ela aprimora seus conhecimentos, seja na brincadeira individual ou em equipe. Durante a brincadeira individual, a criança usa sua imaginação, brinca de faz de conta, cria personagens, se torna o que ela quiser ser. Essas brincadeiras individuais são muito importantes, pois através delas a criança trabalha a sua imaginação, concentração e espontaneidade.

Já as brincadeiras em grupo têm outra função, nelas as crianças socializam umas com as outras, trocam experiências, são estimuladas na comunicação oral e corporal, e também fazem o uso da sua criatividade. Para Vygotsky e Leontiev (1998, p.23), “O jogo e a brincadeira permitem ao aluno criar, imaginar, fazer de conta, funciona como laboratório de aprendizagem, permitem ao aluno experimentar, medir, utilizar, equivocarse e, fundamentalmente, aprender”.

O brincar está, portanto, muito presente na vida das crianças, pelo fato delas desde cedo utilizarem brincadeiras para expressarem suas necessidades, pois através das brincadeiras elas demonstram quando estão alegres e quando estão tristes. O ato de brincar proporciona à criança um aprendizado espontâneo e natural, pois é algo que dá prazer para elas.

A brincadeira nesse período da Educação Infantil desempenha um papel de grande valor para a dinâmica processual de desenvolvimento sociocognitivo infantil, através da aprendizagem nas crianças, pois trata-se da construção do alicerce educacional, é a base para a construção da personalidade e da formação do cidadão, e a brincadeira vem como uma importante ferramenta no auxílio dessa construção dos cidadãos.

Para Vigotsky (2007), na manipulação de brinquedos, a criança dá asas à imaginação, cria enredos de histórias com heróis e vilões, problemas que necessitam de soluções, momento em que ocorrem alguma das maiores descobertas e, também, aquisições comportamentais que concorrerão na composição da personalidade de uma criança, que, no futuro, tornar-se-ão os fundamentos de um nível elementar, mais básico, norteador da ação real e do julgamento de moralidade.

Os jogos e as brincadeiras são estratégias pedagógicas e cabe ao professor sempre se reinventar e levar para a sala de aula jogos onde as crianças possam

interagir umas com as outras, pois assim elas aprendem a trabalhar em grupo, e a socialização é executada com sucesso.

As atividades lúdicas que os jogos e as brincadeiras, no contexto pedagógico, auxiliam efetivamente na aprendizagem das crianças, devemos saber diferenciar uma atividade da outra. Ao fazer uso dos jogos, as crianças devem seguir regras que são estabelecidas antes de começar o jogo, buscando a vitória, seja individual ou em grupo.

A brincadeira, enquanto atividade pedagógica, possui uma natureza mais leve, mais livre, sem regras, podendo mudar de percurso no momento em que está sendo praticada. Brougere e Wajskop (1997 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007, p.4) afirmam que “ a brincadeira é símbolo e o jogo funcional, ou seja, enquanto a brincadeira tem a característica de ser livre e ter um fim em si mesmo, o jogo inclui a presença de um objetivo final a ser alcançada, a vitória”.

A escola deve levar em conta todos os saberes que a criança traz consigo, os quais já adquiriu no seu convívio familiar. Alguns desses saberes ela adquiriu brincando, imitando os adultos. Dessa maneira, eles vão se desenvolvendo, vão criando possibilidades de alcançar objetivos. São essas brincadeiras que deixam o seu dia mais divertido.

Pensando nisso, a escola deve trazer ideias inovadoras em temas de metodologias. Para que o ensino seja promovido de forma lúdica, o professor deve sempre oferecer opções, as quais levem a criança a aprender se divertindo, despertando o interesse de participar e interagir com seus colegas na sala de aula.

As aulas devem parecer, sempre que possível, interessantes e motivadoras, conectadas às realidades vividas pelas crianças na fase em que se encontram, para que possa fazer sentido para a criança e que ela tenha prazer em estar aprendendo. As brincadeiras e os jogos são parte constitutiva da vida da criança, uma vez que o processo do brincar é uma realidade inerente ao universo infantil.

A partir do contexto dos jogos e das brincadeiras, a criança é estimulada em seu desenvolvimento de modo mais natural. Para que ocorra o processo de ensino aprendizagem nesse contexto, a criança deve se sentir mais do que inserida, mas verdadeiramente acolhida no ambiente escolar, familiarizada com os elementos ao seu redor, valorizada e capaz de participar de momentos planejados pelo(a)

professor(a) para que as rotinas de ensino estabeleçam uma relação de familiaridade com a vida da criança.

Com certeza, esses momentos se apresentarão muito mais interessantes para ela, despertando o interesse em se engajar na rotina escolar de ensino aprendizagem. Deve fazer parte do fazer pedagógico do(a) professor(a) implementar jogos e brincadeiras no seu planejamento junto com os conteúdos formas de ensino. Dessa maneira, o professor ampliará as possibilidades de alcançar sucesso no seu objetivo de promover o aprendizado e o aluno tenderá a melhorar seu rendimento escolar.

Para Piaget (1975) existem seis critérios na compreensão do jogo num contexto do pensamento da criança:

1.o jogo encontra sua finalidade em si mesmo; 2. o jogo é considerado uma atividade espontânea; 3.o jogo é uma atividade que dá prazer; 4.ele tem uma relativa falta de organização; 5. o jogo caracteriza-se por um comportamento livre de conflito uma vez que ignorou o conflito. 6. é uma atividade que envolve uma supermotivação ou motivação intensa. (PIAGET, 1975, p. 188)

Como se pode perceber, é brincando que a criança irá desenvolver vários aspectos relativos à plenitude da espécie humana, tais como: cognitivos, sociais, morais, emocionais e físicos.

O professor, portanto, deve sempre levar em conta o brincar e o jogar como uma poderosa ferramenta pedagógica, associando-os aos conteúdos, além de proporcionar um momento de descontração e socialização em um ambiente agradável.

O brincar deve fazer a criança se sentir pertencente a um grupo e se sentir importante. Se uma criança se sente bem, ela vai investigar sua inteligência, consequentemente, o professor terá bons resultados.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Quando pensamos na importância do brincar na educação infantil, remetemo-nos há várias situações como, por exemplo, os jogos e as brincadeiras podem ser vistos como um momento de recreação das crianças, sem muita importância, e também pode ser visto como um momento onde as crianças ampliam seus conhecimentos através da ludicidade.

A importância do brincar vem sendo, infelizmente, perdido, esquecido e substituído por imposições de uma sociedade que, cada vez mais, exige das crianças uma postura adulta, fomentando nelas a necessidade de comportamentos maduros, que não correspondem à sua idade. Muitas vezes o brincar é substituído por exigências para determinarem organização, estabelecendo regras ou até mesmo para moldar o pensamento da criança, assim a brincadeira não pode ser considerada um meio de desenvolvimento sadio para a criança, pois ela está sendo podada, sem liberdade de ser o que ela deseja fantasiar no momento da brincadeira.

A criança “adultilizada”, perde a chance de vivenciar momentos importantes, que ficarão guardados em sua memória durante toda sua vida, por isso o brincar não deve ser visto apenas como entretenimento, mas sim como um instrumento de desenvolvimento natural, que pode ser utilizado pelo professor, na sala de aula e fora dela, através de um planejamento bem elaborado.

Dessa feita, compreendemos que a brincadeira é natural de toda e qualquer criança, assim como o respirar, o falar e o ouvir, e essa capacidade, em situação nenhuma, pode lhes ser tirado, o brincar é algo que a criança vai adaptando naturalmente a sua idade, procurando sempre brincar com aquilo que acha interessante.

Vale lembrar que além de todas as contribuições positivas que o brincar pode trazer a criança, também é um direito garantido por lei, um direito que tem que ser respeitado pela família e pela escola. Para algumas crianças, esse direito é tirado no seio familiar, mesmo assim a escola tem o dever assegurar que a criança terá momentos de brincadeiras.

Como foi visto durante a pesquisa, o uso da ludicidade na educação infantil é de suma importância nessa fase em que a criança começa sua vida escolar. As contribuições são inúmeras, as crianças se socializam umas com as outras, trabalham em grupo e individualmente, aprendem a lidar com regras, que futuramente ajudarão na vida adulta.

Acreditamos que se faz extremamente importante destacar o valor de se entender a infância como um tempo propício para a construção de novos saberes, desenvolvimento sociocognitivo e amadurecimento natural do caráter, através das habilidades do convívio social, no aumento emocional e cognitivo das crianças.

E nesse contexto, o lúdico estimula o desenvolvimento das crianças, trazendo para elas um olhar mais real da vida, proporcionando a experiência de expressar-se, criticar, analisar, criar e reconstruir novas realidades relativas ao seu meio social, no seu tempo e ritmo, de maneira que a fase da infância seja plenamente preservada.

Dessa forma, entendemos a importância das brincadeiras no contexto de ensino aprendizagem, no que compete ao ato de brincar, trazendo atitudes naturais e espontâneas da criança para o ambiente escolar. E os jogos, a exemplo das brincadeiras, também deve ser compreendido enquanto uma estratégia estimuladora para a construção de novos conhecimentos, envolvendo regras, intervenções dirigidas e brinquedos, como o objeto do brincar, encaminhando significativamente a criança ao processo de ensino aprendizagem na educação infantil, bem como o desenvolvimento dos estímulos, o aumento da atenção, da imaginação, das habilidades motoras, criativas e sociais, com o objetivo de integrar a criança, tanto na sociedade, como também no âmbito escolar.

O professor deve usar sua criatividade, estar atualizado e procurar inovar as brincadeiras de maneira que permita até agregar com as brincadeiras que o aluno já sabe e deixar que o professor use sua imaginação livremente, sem cobranças, fazendo brincadeiras de acordo com a idade, tendo consciência que mesmo no processo de alfabetização a criança tem a necessidade de continuar brincando, o professor deve adequar as brincadeiras e o lúdico nessa etapa da vida escolar do aluno, isso jamais pode ser esquecido.

É muito importante que o professor tenha pleno conhecimento sobre as fases de desenvolvimento da criança, para que esse brincar, seja adequado para cada idade.

Analisando o conteúdo da pesquisa, pode-se afirmar que o espaço escolar pode sim ser um ambiente agradável e prazeroso para as crianças, cabendo à escola buscar meios onde a ludicidade e a aprendizagem caminhem lado a lado, pois o lúdico só tem a contribuir para que o professor alcance seus objetivos pedagógicos em sala.

Fridmam (2003, p.3) diz que “[...] dentro da escola acredita ser possível o professor se soltar e trabalhar os jogos como forma de difundir os conteúdos [...]”. Com tudo, é função do professor e da gestão escolar adequar o lúdico às suas práticas pedagógicas, como um meio de ajudar no ensino das crianças.

Cabe ao professor levar para a sala de aula atividades lúdicas, onde as crianças tenham oportunidade de brincarem usando a imaginação e a criatividade, favorecendo a aprendizagem dessas crianças em sala de aula.

As brincadeiras deixam as aulas mais chamativas e agradáveis, além do professor não precisar de muitos recursos para tornar a aula mais interessante. Algumas escolas não oferecem materiais suficientes para elaboração de determinadas brincadeiras, daí a necessidade do professor ser muito dinâmico, para planejar e executar atividades lúdicas na sala de aula, para que possa atingir seus objetivos.

O processo ensino aprendizagem evolui muito, porque nesse aspecto, o professor pode proporcionar ao aluno, momentos de relaxamento, aprendizado, recreação, tudo isso muito casado e sem o aluno perceber, ele está se desenvolvendo e adquirindo muitos conhecimentos e habilidades que vai levar por toda a vida.

A brincadeira da criança deve ter momentos livres e espontâneos, não cabendo ao professor interferir ou cortar o raciocínio da criança imitando sua imaginação, nesse momento o professor está lá apenas para dar suporte, quando houver necessidade, não para limitar o pensamento da criança.

Com tudo isso, fica nítido que o uso da ludicidade nas escolas, principalmente nas salas da educação infantil, traz grandes benefícios para todos que participam desse processo de aprendizagem, tanto para os alunos, como para os professores.

Desta forma, o estudo realizado é relevante na medida em que traz uma reflexão sobre o tema, construído com base em referência teóricas, levando aos professores que atuam na Educação Infantil quão importante é o desenvolvimento das crianças a partir do processo de ensino aprendizagem interligado ao lúdico.

Faz - se necessário respeitar o tempo das crianças, fazer com que elas aproveitem a fase da infância através das brincadeiras que já é algo mais que natural na vida delas. Buscamos desmistificar que brincar não tem valor pedagógico, que serve apenas para preencher lacunas. Através dos jogos e das brincadeiras as crianças adquirem conhecimentos das diversas áreas.

Para Holtz (1998), a aprendizagem para as crianças pequenas é inevitável, pois:

o brincar deve ser valorizado por aqueles envolvidos na educação e na criação das crianças pequenas, fazendo a escolha dos materiais lúdicos que são reservados no brincar, cujo objetivo deve ter seu efeito sobre o desenvolvimento da criança. Porque muitas chegam a escola maternal incapazes de envolver-se no brincar, em virtude de uma educação passiva que via o brincar como uma atividade barulhenta, desorganizada e desnecessária (HOLTZ, 1998, p.12).

O uso da ludicidade na sala da educação infantil vem como um grande desafio para os professores, desde o planejamento até a ação em sala com os alunos. Para que a ludicidade seja eficaz é necessário que o professor goste de usar os jogos e as brincadeiras a seu favor, nesse processo de ensino aprendizagem. É necessário que o professor entre no mundo imaginário das crianças, que brinquem no chão, que façam com que as brincadeiras tragam benefícios para a aprendizagem desses alunos.

Ser professor nos dias atuais tem sido uma árdua tarefa, pois o professor lida com diversas situações, cada criança traz consigo uma realidade diferente. Por isso o professor que trabalha com a ludicidade em sala de aula tem um diferencial. Vai do professor buscar caminhos onde a ludicidade possa proporcionar uma aprendizagem de qualidade para essas crianças.

O professor atualizado, sonda quais as brincadeiras que seus alunos gostam e procura se informar através da internet ou de outros meios, como ele pode trazer para a sala de aula, essas brincadeiras, adaptadas para aquilo que ele deseja.

A internet tem sido um importante instrumento para o planejamento do professor, no âmbito das brincadeiras, pois através dela ele pode aprender algumas brincadeiras novas, como também pode resgatar brincadeiras que no passado foram utilizadas na educação, como por exemplo a musicalização que resgata nossa cultura, etc.

Analisando as escolas da educação infantil, constata-se que a ludicidade transformou esse ambiente em um ambiente prazeroso para as crianças, um novo caminho para ensino dos pequenos. O uso do lúdico em sala de aula é de suma importância para o professor, principalmente para o seu trabalho pedagógico, pode ser utilizado como elemento de transformação para o educador.

Compreendemos que a ludicidade vai desde a decoração da escola, até a adaptação dos conteúdos com a brincadeira planejada. Tudo vai depender muito das estratégias que o professor terá, para conduzir suas aulas no dia a dia, já que a

ludicidade deve estar presente em todos os espaços da escola e em todos os momentos da aula.

Uma prática pedagógica de qualidade reconhece a importância dos jogos e brincadeiras como um veículo promissor do desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças.

Esse veículo corresponde a uma enorme importância na educação infantil destacamos aqui os jogos onde por meio deles a criança é capaz de estimular o crescimento desenvolver coordenação muscular, as faculdades intelectuais e emocionais também no progresso da falar da socialização, estimulando a criança a conhecer o que está ao seu redor deixá-los vivenciar de maneira agradável.

Por meio do jogo a criança também é capaz de brincar naturalmente, levantar hipótese criar novos cenários, ser criativas ser espontâneos. Sendo criativa a criança será capaz de descobrir seu próprio eu, por meio dos jogos ela tem essa possibilidade pois manifesta sua criatividade usando seus potenciais de maneira integral.

O jogo cria uma situação de regras que proporcionam uma zona de desenvolvimento proximal no aluno. Desse modo, este “[...] comportasse de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto e significado [...]” (OLIVEIRA, 1999, p. 67).

Os vários tipos de jogos como os motores: correr, pular, os jogos mentais: dama, xadrez, material dourado, jogo da memória também os jogos competitivos como: pula saco, de cooperação jogos esportivos, futebol, tênis, basquete. Jogos dramáticos como os que envolvem personagens sentimento emoções, esses são alguns da lista interminável de opções desta vasta metodologia.

No jogo as ações ali feitas fazem despertar nas crianças uma faísca de determinação, apoio e confiança permitindo-os desenvolver quaisquer habilidades necessária para um melhor domínio da comunicação com os outros participantes. Surgindo assim crianças participativas comunicativas cheias de confiança.

Podemos perceber o importante papel do jogo para a auto estima, por isso dizemos que os jogos com também as brincadeiras ultrapassam os limites do externo não para somente naquilo que vemos vai além é uma interiorização natural de valores e necessidades humanas a partir do lúdico.

Com base nestes pressupostos, seria de grande valor para uma então educação de qualidade olhar com maior dedicação tanto para os jogos como também para as brincadeiras, possibilitando um ambiente escolar de carinho nas relações entre as crianças, dando a elas essa interiorização de múltiplos conhecimentos de maneira natural. Isso sem dúvida traria a aprendizagem um significado ainda melhor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, realizamos um estudo abrangente sobre o desenvolvimento da criança através de jogos e brincadeiras. Que vem desde a cultura familiar de geração para geração. Mostramos que é o natural do ser humano. Interagir e brincar e que esse processo deve ter continuidade ao chegar na escola. Esse aumentar deve ter continuidade na escola.

Porém, brincadeiras e jogos devem ser estratégicos e dinâmicos, que possam garantir que o aluno vá se desenvolver a partir das possibilidades que o professor disponibiliza no espaço escolar. A ludicidade deve ser proposta pelos professores com muita clareza, segurança e criatividade.

Precisamos romper, inicialmente, com a crença de que a criança não faz nada enquanto brinca, menosprezando o valor da brincadeira enquanto momento privilegiado de aprendizagem, onde surgem possibilidades inumeráveis de acesso ao patrimônio cultural de uma sociedade. A criança, por natureza, é um ser curioso, inquieto, que facilmente se envolve em situações provocativas, desafiadoras, eis o motivo pelo qual as brincadeiras despertam tanto o interesse delas.

Propostas pedagógicas baseadas nos constructos das brincadeiras podem ser consideradas bastante relevantes, uma vez que o aluno se sente realizado em participar das aulas e fazer atividades não apenas como obrigação, mas também como lazer, ao perceber que os momentos privilegiados de aprendizagem podem ser bastante prazerosos, divertidos por assim dizer.

Neste percurso, identificamos alguns autores que comprovam que a ideia a qual nos apegamos nesse trabalho é de que o professor pode desenvolver atividades pedagógicas com metas e resultados grandiosos, independentemente do recurso disponível na escola. Se esperamos estimular a criatividade e a imaginação

de nossos alunos, precisamos antes demonstrar esta mesma criatividade e imaginação em nosso planejamento, a partir daquilo de que dispomos.

A conclusão final do nosso trabalho é que o professor pode associar aprendizagem lúdica através das brincadeiras e dos jogos, dando continuidade àquilo que o aluno já sabe, inserindo os conteúdos de acordo com seu planejamento e metas que deseja alcançar. Lembrando que o planejamento não é algo pronto e acabado. O professor deve estar inteirado daquilo que o seu aluno gosta de fazer e as atividades que deseja realizar.

Quando a criança é inserida na comunidade escolar, o Lúdico passa a fazer parte da educação infantil como estratégia metodológica que tem como foco ampliar o espectro de ensino brincando, ou seja o lúdico, passa a atribuir funções pedagógicas que contribuem significativamente para o aprendizado das crianças.

É no brincar onde a criança inicia o processo de se preparar para resolver problemas do seu futuro, para enfrentar direta e indiretamente as dificuldades da vida. É a partir do brincar que as crianças se desenvolvem intelectualmente, aprendem a lidar com regras fazendo uso dos jogos e descobrem um mundo novo, preparando-as para os desafios da vida. Brincando as crianças fazem uso da imaginação e a criatividade, mas também brincam de acordo com a sua realidade.

De acordo com Rizzi e Haydt (2000, p.15), “[...] brincando e jogando, a criança reproduz suas vivências, transformando o real de acordo com seus desejos e interesses”. Com isso concluímos que através das brincadeiras, a criança constrói sua própria realidade. A brincadeira na fase da infância é de grande importância para o processo do desenvolvimento infantil, quando as crianças brincam adquirem conhecimentos que levarão para a vida, pois quando elas aprendem algo dificilmente esquecerão.

Resume-se então que o lúdico são ferramentas privilegiadas para execução de uma educação infantil que vise o desenvolvimento pessoal, cooperativo, cognitivo e emocional da criança, procurando sempre entregar as crianças um conteúdo adequado e muito agradável, com o desejo de trazer a sociedade cidadãos plenos, éticos, construtivos, criativos, cooperativos e cheio de virtudes.

Os jogos e as brincadeiras são algo natural na vida cotidiana das crianças. Muitas pessoas antiquadas acreditam que o lúdico as brincadeiras não passam de um mero passa tempo “coisa de criança” mais são essas coisas de criança que na

ludicidade são aproveitadas, desempenhado um papel fundamental na aprendizagem e desenvolvimentos das crianças, e negar isso é negar talvez a nossa própria história de aprendizagem, até por que também já fomos crianças um dia, embora com o passar dos anos damos lugar a maturidade.

Precisamos transformar a escola idealizada pelas academias, retratadas em diversas pesquisas, muitas das quais visitamos neste trabalho, onde o conhecimento é construído através de práticas inovadoras, baseadas na cooperação e colaboração, explorando o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação, em realidade.

Entendemos que esta transição do ideal para o real perpassa tanto pela formação inicial, quanto continuada do professor, que precisa ser melhor preparado, não apenas do ponto de vista teórico, mas metodológico também. Isso significa dizer que

[...] se o professor tiver aversão ao conhecimento adquirido por meio de práticas inovadoras e também não vivenciá-las antes de sua utilização com seus alunos pode estar prestes a perceber que fez uma escolha de profissão, mas nunca se sentirá realizado profissionalmente (ALMEIDA, 2017, p.49).

O que há de mais danoso ao processo de ensino aprendizagem, no que tange à motivação e engajamento dos alunos, do que um profissional frustrado, infeliz naquilo que escolheu fazer enquanto profissão? Se queremos verdadeiramente transformar o ambiente educacional em um lugar atrativo, motivador para as crianças, precisamos começar por preparar melhor nossos professores.

O nosso papel como educadores é mostra para as crianças, assim também para aqueles que a cercam que, na educação infantil, o lúdico em especial é essencial para o desenvolvimento natural e agradável das crianças, podemos concluir que os jogos e brincadeiras não ferramentas de trabalho muito proveitosas para os educadores, pois podemos usa-las para introduzir os conteúdos de forma diferenciada e criativa, tornando as crianças seres pensantes, críticos, criativos e independentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental-** Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** - Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CUNHA, N.H.S. **Brinquedo, Desafio e Descoberta**. Rio de Janeiro: FAE, 1998.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários e Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMANN, Adriana. **A arte de brincar: Brincadeiras e jogos tradicionais**, 3 Ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2004.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KISHIMOTO, T.M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, T.M. (org) te al. **O jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEIF, J. **O jogo pelo jogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. São Paulo: Papyrus, 1990.

MELLO, Ana Maria et alii. **O dia a dia de creches e pré-escolas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** Trad. Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ROSAMILHA, Nelson. **Psicologia do jogo e aprendizagem infantil**. São Paulo: Pioneira, 1979.

SANTOS, Santa Marli pires dos. **Brinquedos e infância: um guia para os pais e educadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHLINDWEIN, L. M.; LATERMAN, I. (org.). **A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola**. Florianópolis: NUP, 2017.

SHILLER, Pam; ROSSANO, Joan. **Ensinar e Aprender Brincando**. Mais de 750 atividades para educação infantil. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa.- Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILBERG, Jackie. **Brincadeiras para Crianças de 1 a 3 anos**. Tradução de Dulce Sousa. Cascais: Editora Pergaminho, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

EDUCAÇÃO INFANTIL: A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS ATRAVÉS DO LÚDICO

Karina Antônia Melo da Silva – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de crianças na era da comunicação e informação digitais tem se apresentado como um grande desafio para a escola como um todo. Despertar o interesse e prender a atenção em um contexto no qual o professor compete com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação [NTICs] tem demandado um grande esforço por parte de toda a escola no processo de formação básica inicial. É nesse contexto que vislumbramos a importância do Lúdico na Educação Infantil e intentamos apontar para as possibilidades e os benefícios de uma abordagem baseada na ludicidade em relação às crianças para o seu desenvolvimento em distintos aspectos, favorecendo a socialização, o crescimento e a aprendizagem através de atividades diversificadas, as quais são possíveis através da ludicidade.

Objetivamos, portanto, compreender a importância da alfabetização das crianças através do lúdico na Educação Infantil, ou seja, o conhecimento adquirido através dos jogos e das brincadeiras, de forma que haja possibilidade de se desenvolver a coordenação motora, a autonomia, o lado afetivo e a criatividade, além da interação, da socialização com outras crianças e, principalmente, relacionada à diversão.

Hodiernamente, o lúdico está associado a brincadeiras, jogos, interesse, prazer, desempenhando um papel importantíssimo no processo de formação do ser humano como um todo. Uma vez que ajuda a desenvolver a criatividade e proporciona bem-estar aos educandos, cabe ao professor utilizar a ludicidade como viés para o desenvolvimento de inúmeras habilidades dos alunos, a fim de que o ensino aprendizagem aconteça de forma significativa, espontânea e divertida.

Nesse contexto, o entendimento de que o trabalho pedagógico realizado com lúdico, vem ao longo dos tempos, ganhando espaço no contexto da Educação Infantil e está conquistando cada vez mais adeptos, para que sua evidência - e mesmo necessidade -, torne-se uma importante forma de agir nas escolas como ação presente na vida em todas as fases, faz-se necessário ampliar os espaços de discussão a respeito do papel e da importância de metodologias baseadas na

ludicidade em contexto de alfabetização, uma vez que a ação lúdica contribui para a construção da autonomia, tanto preconizada nos meios educacionais.

É sabido que já faz algum tempo que psicólogos, educadores e pesquisadores têm se debruçado sobre a importância das brincadeiras e dos jogos no que tange a Educação Infantil, isto é, o uso do lúdico no processo ensino aprendizagem e alfabetização das crianças. É nesse contexto que se tem contribuições importantes de pesquisas acerca desse tema, em que se defende a possibilidade de se aprender o meio histórico e social com jogos e brincadeiras.

Ao se observar a parte holística da importância do lúdico, destacam-se os benefícios que tanto brincadeiras e jogos têm para a criança na fase de aprendizado, uma vez que a capacidade de criação de uma criança está ligada ao desenvolvimento do conhecimento por ela adquirido, além de incentivar a imaginação e ampliar a percepção da forma como se ver o mundo que o cerca.

No ambiente escolar ainda falta o planejamento da ludicidade em sala de aula, uma vez que deixa a cargo dos professores a escolha do uso das práticas lúdicas. Ainda na prática lúdica pelos docentes, há uma forma metodológica tradicional em relação ao uso do lúdico para a alfabetização.

Também é visível que muitos diretores de escolas não entendem a importância do lúdico e pensam que o uso do lúdico no ambiente escolar é somente para passar o “tempo ocioso” ou para distrair o aluno nos momentos finais da aula.

O trabalho com o lúdico na alfabetização faz a interação plena e de forma afetiva e efetiva no aspecto social, pois leva a criança ao mundo da imaginação, criando condições a novos conhecimentos e modos de agir, usando a solidariedade e a socialização como um caminho espontâneo e natural para o desenvolvimento integral da criança.

Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, qualitativo-interpretativista, centrada na discussão sobre a importância do lúdico no processo de alfabetização de crianças, foi dividida em três capítulos sobre a abordagem do tema: o primeiro e o segundo capítulo são dedicados ao referencial teórico que foi tomado para embasar a nossa pesquisa, a partir da abordagem dos pontos sobre: 1. A história da Educação Infantil e 2. A abordagem sobre o Lúdico e a relação da aprendizagem com o lúdico; no terceiro capítulo retomamos alguns pontos considerados importantes quanto aos resultados e considerações a que chegamos através da

revisão e discussão bibliográfica acerca do tema desta pesquisa e quais as consequências do uso do lúdico na sala de aula na Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica é um tipo de trabalho em que o aluno-pesquisador se vale de publicações, tanto impressas quanto eletrônicas, em bibliotecas universitárias, em sites especializados entre outros para realizar um levantamento sobre do estado da arte, por assim dizer, acerca de um determinado tema em discussão. Ao elaborarmos o trabalho através de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo-interpretativista, com especialistas na temática abordada, o ponto principal foi discorrer sobre o processo de alfabetização através do lúdico.

A coleta dos dados, portanto, foi feita por pesquisa bibliográfica, cruzando as informações de diversos pesquisadores e, dessa forma, não só evidenciando o que se vem discutindo sobre o tema, mas também buscando ampliar as reflexões motivadas pela temática da alfabetização através do lúdico na Educação Infantil.

De acordo com Gil (2007, p. 17), “pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Nesse contexto, a pesquisa acontece não somente quando não se tem informações suficientes para que um problema seja explicado, mas também quando surge a necessidade de se ampliar as discussões acerca de um determinado tema e, dessa forma, encontram-se variáveis que foram observadas e registradas a fim de que possam servir de explicação para um dado fenômeno em questão.

Por fim, a pesquisa bibliográfica qualitativo-interpretativista se apresenta como um importante instrumento de reflexão teórica acadêmica para se dá os primeiros passos na investigação de uma temática abordada, aprofundando-se nesta e ampliando o campo da ciência investigativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O uso do brinquedo, das brincadeiras e de outras estratégias lúdicas é muito importante e de alto valor para o processo de aprendizagem na fase da educação infantil, uma vez que perpassa pelo prazer de se obter o conhecimento.

D’Ávila (2006) observa que o processo lúdico envolve tanto a atividade lúdica, como a ludicidade, uma vez que a primeira é relacionada aos métodos criativos e conteúdos que fazem com que a criança fique encantada no aprendizado e a segunda é realidade vivenciada de forma plena, empírica, a cada momento.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil perpassa por um período em que a mesma não era valorizada, pois a pré-escola, historicamente, costumava ser negligenciada, recebendo pouca ou quase nenhuma atenção das autoridades políticas e de gestão da educação nos estados e municípios da federação, frequentemente ofertada de maneira informal por voluntários, em sua maioria, vindo estes desistirem porque não tinham um retorno por parte do governo.

No entanto, com a Constituição Federal de 1988, a criança foi referendada como um sujeito de direitos, sendo, dessa forma, valorizada no sistema educacional, através da educação infantil. Antes desse período, havia tímidas atitudes de movimentos voltados ao cuidado da criança, como o que ocorreu em 1874, com as Câmaras Municipais, no qual passaram a destinar ajuda financeira para quaisquer crianças que fossem rejeitadas¹.

Nesse mesmo período, a Igreja Católica criou também a chamada Roda dos Expostos e, dessa forma, havia a manutenção de ajuda social a essas crianças abandonadas. Na República, a visão do cuidado com as crianças foi diferenciada, uma vez que houve uma maior preocupação com a educação das crianças.

No entanto, a administração pública voltou-se efetivamente para ações que visavam à proteção de crianças pobres. Em 1970, o Ministério da Educação (MEC) observou as teorias europeia e americana no que tange a privação cultural das crianças pobres. Essas teorias, segundo Marques (2018), também tentavam explicar o fracasso dessas crianças e, dessa forma, direcionava a Educação Infantil.

Nos anos de 1980, com a volta da democracia, as camadas populares pressionaram o poder público para que todos tivessem acesso à educação. E nesse momento, houve a reivindicação de que a criança tivesse acesso à escola e sua educação fosse prioridade, uma vez que não havia comprometimento com tal área até então.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, a educação de criança em creches e pré-escolas se tornou um direito indissociável, inalienável, essencial ao seu pleno desenvolvimento. Na década seguinte, houve uma ampliação sobre o conceito de criança, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além do

¹ Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>>. Acesso em 20 de nov de 2020. §2º e § 8º.

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que incorpora a Educação Infantil no primeiro nível da Educação Básica e ainda torna o município responsável por essa etapa escolar, por compreender que o gestor municipal tem maior propriedade para promover e administrar a educação infantil por conhecer de perto as realidades da população local.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996, p.12), no artigo 29, compreende a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, que “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesse contexto, o desenvolvimento cognitivo da criança é enfatizado e verificaremos, ao longo de nossas discussões, que o uso do lúdico é de fundamental importância para este desenvolvimento.

Além disso, vale lembrar também que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCEI) afirma que:

A criança, centro de planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por elas estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.06).

Observamos nas DCEI já uma sinalização para a compreensão da importância do lúdico na Educação Infantil, na busca por possibilitar o pleno desenvolvimento das crianças, em todas as áreas, incluindo daí a alfabetização através do lúdico ser de suma importância para as estratégias dos professores na sua rotina pedagógica.

Os documentos legais falam dessa importância da alfabetização com ênfase no lúdico e isso mostra quais são as diretrizes que os docentes devem priorizar no momento do processo ensino aprendizagem, pois tais documentos mostram essa necessidade do desenvolvimento da aprendizagem através do lúdico em relação à criança.

O Referencial Curricular (MEC, 1998), proposto pelo Ministério da Educação, faz referência à criança, apontando para a necessidade de se ter um olhar

diferenciado quanto à sua aprendizagem, enfatizando que esta deve ser vista como sujeito social e histórico, imperando serem considerados os aspectos afetivos, cognitivos, sociais e emocionais, pois elas veem e sentem o mundo da forma dela.

Santos (2008) afirma que,

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento intrapessoal e interpessoal, colabora com uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita o processo de socialização, comunicação, expressão e de construção do conhecimento. (SANTOS, 2008, p. 27)

É importante salientar que o brincar é parte essencial no processo de adquirir conhecimentos desde muito cedo, ou seja, no processo de ensino aprendizagem total da criança, além de ser prazeroso. É, portanto, da natureza humana, aprender brincando, a princípio, sozinho e com o passar dos anos, com os outros que compõem o grupo social mais imediato que, progressivamente, vai se ampliando ao longo da vida.

2.2 ABORDAGEM SOBRE O LÚDICO E A RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM

Hoje em dia, fala-se muito de um modelo de educação que forme sujeitos autônomos, reflexivos e críticos, capazes de exercerem, na fase adulta, os mais diversos papéis sociais. Nesse contexto, precisamos repensar e remodelar a escola do Século XXI para os moldes de uma escola onde não cabe mais atuar, no sentido formativo, apenas com o propósito de transmitir conhecimentos historicamente acumulados, treinando os alunos para trilhar apenas um caminho.

Precisamos oferecer às crianças uma escola que às ajude a se perceberem membros de uma sociedade complexa, tomando consciência de si, percebendo as oportunidades que se apresentam diante de seus olhos como opções de caminhos de aprendizagem à sua escolha, considerando as diferentes visões de mundo compartilhadas pelos seus pares sociais.

E é na Educação Infantil, no período de alfabetização das crianças que, por meio do lúdico, o desenvolvimento pleno da criança e a construção do conhecimento deve ocorrer de maneira natural, como uma extensão de suas experiências de vida vividas até então. O lúdico é, portanto, parte importante na fase da vida das crianças e muitos professores se apropriam dessa ideia para elaborar estratégias de ensino.

Leal, Mendonça, Morais e Lima (2008, p. 6), em seu trabalho sobre Pró-Letramento, Alfabetização e Linguagem, argumenta que “entende-se alfabetização como o processo de apropriação do sistema alfabético de escrita e letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita”.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases (1998, p.12), no artigo 29, também afirma que o objetivo da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos psicológico, intelectual, físico e social, isto é, o ambiente escolar deve proporcionar atividades que venham a contribuir para o despertar da curiosidade e da espontaneidade no processo ensino e aprendizagem.

A BNCC (2018) destaca em seu texto a importância do ato de brincar para o desenvolvimento global das crianças, assegurando a estas o direito à brincadeira nos mais diversos espaços e tempos, interagindo com crianças e adultos, o que criaria a possibilidade real de ampliação do seu universo cultural e, portanto, da sua bagagem de conhecimentos, estimulando sua imaginação e, conseqüentemente, sua criatividade, o que resultaria em experiências de vida mais ricas em termos de emoções experimentadas.

Perceber a criança

como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2018, p.38).

Importante ressaltar, portanto, que o ato de brincar, dentro e fora da escola, possui um caráter distinto: se na vida fora da escola, as brincadeiras desempenham funções sociais de condicionamento comportamental de maneira espontânea e natural, mas também de fonte de prazer, na escola elas são orientadas por regras prescritivas, que conduzem as interações sociais interpessoais, planejadas com um propósito pedagógico de desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo.

O propósito formativo da Educação Infantil está impregnado de intencionalidade, que se manifesta através do planejamento pedagógico, que visa organizar e propor intervenções na forma de atividades baseadas em experiências sensoriais diversas, onde as crianças possam reconhecer a si mesmo e, por extensão, ao outro. Nessas experiências, a criança deve entrar em contato tanto

com a cultura popular, quanto científica através de hábitos relativos à alimentação e higienização, por exemplo, bem como através da literatura e das ciências como um todo.

Segundo Friedmann (1996),

O brincar atualmente é uma ação considerada lúdica no qual trabalha na criança seu desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo, principalmente por ser uma ação no qual proporciona a socialização e interação com outras crianças, estimulando consecutivamente a autonomia, curiosidade, criatividade, raciocínio, ou seja, ela prende brincando, se divertindo, pois a brincadeira proporciona as crianças uma aprendizagem alegre e prazerosa (FRIEDMANN, 1996, p. 71).

Dessa forma, compreendermos que a alfabetização de crianças através do lúdico pode se dá pelas brincadeiras e pela curiosidade em todos os aspectos que a cerca, por isso é muito importante à ênfase no lúdico e no ambiente escolar, o professor é quem organiza esse espaço para efetivação do processo ensino aprendizagem da criança.

O professor, em seu planejamento, precisa levar em consideração a necessidade que a criança tem de autonomia, tanto na escolha de seus pares, quanto dos papéis que eventualmente irá desempenhar na brincadeira, pois ninguém melhor para definir estas questões do que aquele que irá efetivamente participar da brincadeira, baseada em sua vontade e interesse.

De acordo com Vital Didonet (2008),

é uma verdade que o brinquedo é apenas um suporte do jogo, do brincar, e que é possível brincar com a imaginação. Mas é verdade, também, que sem o brinquedo é muito mais difícil realizar a atividade lúdica, porque é ele que permite simular situações. (VITAL DIDONET, 2008, *apud*, BERTOLDO RUSCHEL, 2006)

É necessário, portanto, que a instituição escolar possa oferecer aos discentes, através de estratégias metodológicas baseadas em jogos e brincadeiras, já nos primeiros anos da escolarização, o contato com a leitura e a escrita como prática social significativa que, de acordo com a LDB, promovam o pleno desenvolvimento da criança. Além disso, deve haver uma significação nas práticas pedagógicas dos docentes em relação aos discentes, “revestidas de significado, nas quais se busca a interação com o outro” (LEAL, MENDONÇA, MORAIS e LIMA, 2008, p. 6), ou seja, a prática social.

Ao contrário do que se possa imaginar, o processo de alfabetização através do lúdico tem caráter formativo importante no desenvolvimento humano e social da criança, pois além de divertido e prazeroso, possibilita a construção colaborativa de novos conhecimentos, a partir da interação que se dá em ambiente escolar planejado e monitorado. E a potencialidade aumenta com o uso do lúdico, estimulando o desenvolvimento e a criatividade intelectual da criança.

Segundo Borges (1987),

[...] a pré-escola, nesse caso, é um recurso benéfico, enquanto se propõe a ser um ambiente intermediário, entre o lar e a escola, no período de vida em que a personalidade começa a se formar. Cabe ao professor proporcionar um ambiente agradável que facilite a adaptação da criança, nesse primeiro contato com a escola, demonstrando que gosta dela e se interessa por ela, uma vez que a transição dá um impacto muito grande e, por isso mesmo, exigirá, tanto do professor como dos pais, grande compreensão e paciência (BORGES, 1987, p. 3).

O espaço escolar é extremamente importante em relação ao que o professor prepara como estratégias para que a capacidade e a criatividade da criança sejam desenvolvidas e pensar nesse espaço é mais importante ainda para o pleno desenvolvimento da criança e do seu eu, do outro e das relações sociais que terá futuramente.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) afirma que,

[...] cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos regras sociais. (BRASIL, 1998, p. 29, v.1).

Cabe, portanto, à observação atenta e individualizada do professor em relação ao desenvolvimento das fases da criança e sua forma de como lidar com o outro e as regras sociais, como também o conhecimento e o sentimento atrelados a toda situação. E nessa tarefa, o uso do lúdico para se ampliar novas descobertas e novas experiências em relação ao processo de ensino aprendizagem é um dos pontos principais na construção do conhecimento do processo.

No ambiente escolar ainda falta o planejamento da ludicidade em sala de aula, uma vez que deixa a cargo dos professores a escolha do uso das práticas lúdicas. Ainda na prática lúdica pelos docentes, há uma forma metodológica

tradicional em relação ao uso do lúdico para a alfabetização.

Também é visível que muitos diretores de escolas não entendem a importância do lúdico e pensam que o uso do lúdico no ambiente escolar é somente para passar o “tempo ocioso” ou para distrair o aluno nos momentos finais da aula.

O trabalho com o lúdico na alfabetização faz a interação plena e de forma afetiva no aspecto social, pois leva a criança ao mundo da imaginação, criando condições a novos conhecimentos e modos de agir, usando a solidariedade e a socialização como um caminho espontâneo e natural para o desenvolvimento integral da criança.

Nesse contexto, é bom salientar que a impressão de mundo da criança vem através da imagem, pois ela é muito visual e, assim, tornando o aprendizado prazeroso e é por esse viés que Nunes (2004) diz:

objetos, sons, movimentos, espaços, cores, figuras, pessoas, tudo pode virar brinquedo através de um processo de interação em que funcionam como alimentos que nutrem a atividade lúdica, enriquecendo-a. (NUNES, 2004, p.24)

Nesse sentido, Moura (2003), corroborando ainda nessa temática, explicita que,

Nesta concepção, o jogo promove o desenvolvimento, porque está impregnado de aprendizagem. E isto ocorre porque os sujeitos, ao jogar, passam a lidar com regras que lhes permitem a compreensão do conjunto de conhecimentos veiculados socialmente, permitindo-lhes novos elementos para apreender os conhecimentos futuros. (MOURA, 2003, p. 79-80).

O processo de aprendizagem envolve a cognição, a autonomia, a motricidade, a linguagem, com objetivos de se resolver situações que futuramente possam ajudar na compreensão e na capacidade de resolução de problemas da vida real. É uma forma de possibilitar às crianças uma espécie de vivência simulada de situações reais com as quais, possivelmente, elas se depararão no futuro.

Nesse sentido, o professor é um mediador desse processo de ensino aprendizagem em relação à alfabetização, usando o lúdico, isto é, o docente é um interventor, pois ele faz a intermediação entre as estratégias que desenvolvam as habilidades relacionadas aos mecanismos de leitura e escrita no aluno ao longo do processo ensino aprendizagem.

A respeito do papel do professor, LEAL, ALBUQUERQUE e LEITE (2005) destacam que,

Tendo a certeza do papel central que o professor desempenha no planejamento das situações com utilização de jogos para ajudar a alfabetizar e no acompanhamento dos alunos durante as atividades [...] de modo a discutirmos mais detalhadamente os objetivos didáticos que podem ser almejados com a utilização desses recursos. (LEAL, ALBUQUERQUE e LEITE, 2005, p. 119).

A forma como o professor planeja a ludicidade em suas atividades pedagógicas voltadas à alfabetização é de fundamental importância, pois ele detém a prerrogativa de seleção, aplicação e acompanhamento no processo ensino aprendizagem do aluno, verificando o grau de conhecimento adquirido ao longo do tempo e realizando as intervenções de ajustes de metodologia quando julgar necessário.

Se ao professor compete, portanto, a responsabilidade de despertar o interesse da criança para as atividades escolares mais essenciais ao desenvolvimento social, tais como a leitura, a escrita, o cálculo, dentre outros, o seu ato de planejamento se torna o ponto de partida para uma autoavaliação de sua atividade pedagógica, uma oportunidade para avaliar o sucesso ou não das estratégias metodológicas selecionadas para determinado momento privilegiado de aprendizagem.

Através das brincadeiras, enquanto recurso de ensino, aspectos comportamentais das crianças podem revelar desvios de conduta relativos aos valores morais, que eventualmente se manifestem na exposição destas a diferentes ambientes, intencionalmente planejados para favorecer o surgimento de pequenos conflitos, emocionais e/ou cognitivos, de ideias e/ou interesses, possibilitando ao educador, no exercício do seu papel de mediado, conduzir a(s) situação(ões) na direção das necessárias correções demandas.

A Educação Infantil constitui um momento importante para o desenvolvimento da criança, ampliando o seu universo de conhecimentos, processo resultante das experiências inéditas vividas por elas no contexto de educação formal através das brincadeiras, que as movem na direção da comunicação em grupo, mediadas por regras e limites que lhes são transmitidas na forma de orientações.

Mas, entenda a brincadeira no contexto educacional não deve ser concebida aleatoriamente, ou seja, sem pretensão alguma. No que diz respeito à educação, especialmente durante o período regular de ensino (o momento de sala de aula), nunca se deve tomar a brincadeira pela brincadeira, puramente. Antes, e acima de

tudo, a brincadeira deve ser orientada a um propósito pedagógico, uma intencionalidade envolvida diretamente com o processo de ensino aprendizagem, oportunidade privilegiada em que se pode observar as crianças no tocante ao seu desenvolvimento relativo às habilidades comunicativas, sociais e afetivas. (Cf. MEC/SEF, 1998).

No pensamento de Silva (2001), o lúdico proporciona à educação uma nova forma de promover a aprendizagem nas crianças da educação infantil, baseada em experiências reais de interação social, concebida através de um modelo de educação projetado para ultrapassar as fronteiras da simples instrução, caminhando na direção do desenvolvimento de habilidades e competências alinhadas às demandas sociais e econômicas do Século XXI.

Desse modo, ao usar o lúdico em suas atividades de aprendizagem, o docente faz com que seja enfatizada a alfabetização na Educação Infantil através dos jogos, brincadeiras, entre outras.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao longo desta pesquisa bibliográfica, buscamos organizar, classificar e interpretar a temática abordada dentro do contexto no qual observamos a alfabetização através do lúdico, objetivando suscitar reflexões que pudessem ajudar o leitor a compreender melhor esse processo, bem como de formas os jogos e as brincadeiras poderiam ser melhores aproveitados, pelos professores, enquanto recursos pedagógicos.

Segundo Triviños (2008, p.34), é necessário se entender que na análise [de dados] “[...] não há possibilidades de analisar os dados como eles se mostram, é necessário se estudar as “comunicações” entre os homens, colocando ênfase no conteúdo [...]”. Desse modo, a tarefa principal de um pesquisador é se debruçar sobre a subjetividade do pensamento dos teóricos estudados, no esforço de fazer emergir a essência da compreensão dos mesmos, no nosso caso em específico, acerca do papel e da importância do lúdico no contexto de alfabetização.

Nesse sentido, o primeiro ponto que se faz necessário ressaltar neste momento é que todas as obras dos especialistas consultados dialogam no mesmo sentido: de que o trabalho da alfabetização através do lúdico, fazendo uso de jogos e brincadeiras, tem se mostrado extremamente importante no ambiente escolar,

sendo o trabalho pedagógico docente parte primordial na vida escolar em período de alfabetização.

As práticas lúdicas dos docentes constroem o conhecimento e fazem com que a aprendizagem seja significativa, pois o planejamento do professor busca usar jogos e o ato de brincar como parte do constructo pedagógico da aprendizagem no uso do lúdico para a alfabetização na educação infantil, demonstrando um potencial extraordinário de motivação para o engajamento das crianças nas atividades propostas.

Os jogos e as brincadeiras são experimentos que trazem novas formas de sentir, agir e pensar, pois a criança tende a buscar a adaptação de forma ativa em relação a realidade na qual vive, assim também na emissão de juízos dos valores, uma vez que ela constrói o conhecimento brincando e, dessa forma, desenvolve o ambiente do processo de ensino aprendizagem, ressignificando o contexto no qual vive.

De acordo com Brougère (1998, p.103-104), o processo de aprendizagem está ligado ao ato de brincar e “[...] brincar é uma atividade dotada de uma significação social que, como outras, necessita de aprendizagem [...]”. As interações acontecem, em primeiro lugar, em casa, perpassando o ambiente escolar, pois este é um espaço de socialização, de interação, de inventividade, de fantasia e criatividade.

A motivação é o ponto principal de uso de abordagem do lúdico relacionado à aprendizagem, aqui em contexto de alfabetização, atravessando praticamente todo o período de desenvolvimento da criança na fase inicial do aprendizado. Nessa perspectiva, Murcia (2005) entende que o comportamento lúdico,

É um meio de expressão e comunicação de primeira ordem, de desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e sociabilizador por excelência. É básico para o desenvolvimento da personalidade da criança em todas as suas facetas. Pode ter fim em si mesmo, bem como ser meio para a aquisição das aprendizagens. Pode acontecer de forma espontânea e voluntária ou organizada, sempre que respeitado o princípio da motivação (MURCIA, 2005 p. 74).

Os jogos e as brincadeiras são, portanto, recursos com finalidade educativa que, de forma lúdica, proporcionam o desenvolvimento da aprendizagem de maneira significativa e contribuem, efetivamente, com o processo de ensino aprendizagem,

daí nosso interesse em defender uma abordagem da utilização de jogos como ferramenta para uso pedagógico venha ser muito importante.

Em relação à aprendizagem, Silviane Barbato (2008) afirma que,

As crianças de 6 anos constroem seu conhecimento, utilizando procedimentos lúdicos como suporte para a aprendizagem. O lúdico não se refere somente às brincadeiras livres, como as do recreio, ou planejadas como as elaboradas por professores com fins didáticos; ele é utilizado como suporte pelas crianças: a imaginação é um processo que possibilita a construção do conhecimento de forma diferenciada e é um instrumento de aprendizagem das crianças menores (BARBATO, 2008, p. 21).

Há uma necessidade intrínseca à natureza da criança que a inclina a se engajar naturalmente em atividades lúdicas, favorecendo, dessa forma, que o professor possa estimular seus alunos, de maneira que eles permaneçam motivados, a fim de que o processo de ensino aprendizagem seja efetivado de forma satisfatória, interpretando a realidade através do lúdico e, assim, desenvolvendo habilidades e competências relacionadas à forma de interpretação do mundo que o cerca.

Concordaram-se que uma das mais antigas estratégias que a humanidade faz uso para transmitir às crianças seu padrão de comportamento ético e moral, como uma forma de treinamento para a vida em sociedade, são os jogos e as brincadeiras, através de suas regras, que possibilitam observar as reações das crianças em situações específicas, tais como: o compartilhamento de espaços, de objetos, a cooperação para a solução de problemas, a competição etc., então, concordaremos igualmente que os mesmos recursos podem servir muito bem ao propósito pedagógico, desta vez, para indicar às crianças os caminhos para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao processo autêntico de construção do conhecimento, seja individual ou colaborativo.

De igual modo, precisamos lembrar que a escola baseada no modelo tradicional não tem se mostrado nada atrativa para crianças, jovens e adolescentes do Século XXI, especialmente por ter construído no imaginário coletivo, tão eficientemente, a imagem de um lugar onde não há espaço para o prazer, para a diversão, sendo a obrigação em se esforçar nos processos de aquisição de novos conhecimentos o único compromisso daqueles que frequentam os estabelecimentos de ensino.

Nesse contexto, entendemos que é missão do professor buscar um equilíbrio entre o esforço para construir novos conhecimentos, alinhado ao prazer e a diversão, que devem resultar no engajamento no processo de ensino aprendizagem, resgatando, assim, o verdadeiro significado da palavra escola: “[...] lugar de alegria, prazer intelectual, satisfação [...]” (ALMEIDA, 2003, p.64).

Para tanto, esforços não devem ser medidos, nem recursos poupados, pois o que não falta são alternativas para transformar o espaço da sala de aula em um lugar atrativo, no qual a criança se sinta à vontade e deseje permanecer o maior tempo possível. Entendemos, nesse sentido, que as tecnologias devem ser consideradas aliadas nessa batalha, pois têm muito a oferecer, de um universo com o qual nossas crianças estão muito bem ambientadas, uma vez que são nativas digitais.

A gamificação, metodologia ativa que consiste em utilizar os mecanismos e as dinâmicas dos jogos (competição, níveis, recompensas etc.) em contexto de ensino aprendizagem, tem ganhado cada vez mais espaço entre professores que buscam por recursos que aproximem sua sala de aula da realidade que constitui o dia-a-dia das novas gerações. Assim,

Na educação, por exemplo, a criança podia ter seu trabalho reconhecido com estrelinhas (recompensa) ou as palavras iam se tornando cada vez mais difíceis de serem soletradas no ditado da professora (níveis adaptados às habilidades dos usuários) (FIDEL e UBRICHT, 2014, p.6).

Com facilidade, as crianças identificariam a metodologia da atividade proposta com o contexto dos jogos eletrônicos, tão naturais em suas rotinas, o que aumentaria exponencialmente as possibilidades de engajamento e motivação para encontrar o prazer no que se faz na escola. Observe que não temos apenas os jogos já existentes que, de alguma forma criativa, mediante um bom planejamento, podem servir à atividade pedagógica, enquanto metodologias de aprendizagem.

O ato de brincar, por sua vez, perpassa praticamente toda a existência humana. Não brincamos apenas enquanto crianças, mas durante toda a vida experimentamos momentos descontraídos entre amigos e familiares. Mas é na infância que esse hábito desempenha como já discutimos ao longo de boa parte desta pesquisa, um papel importantíssimo no desenvolvimento sociocognitivo, que resulta no crescimento e amadurecimento em diversos aspectos.

É através da brincadeira que a criança aprende a se expressar, a respeitar as diferentes opiniões, ajustando-se, em termos de conduta, no contexto dos

relacionamentos sociais. É através das brincadeiras que as crianças aprendem, também, a ter responsabilidade e desenvolvem o senso de criticidade em relação aos fatos sociais, conectando-as ao mundo dos adultos, facilitando o acesso ao conjunto cultural do grupo social ao qual pertence, desenvolvendo tanto a sua imaginação, quanto a sua criatividade.

Todas as leituras realizadas para esta pesquisa de revisão e discussão bibliográfica levam a se observar a importância que a alfabetização através do lúdico tem na Educação Infantil, devendo ser pensada e planejada para que se possa ter uma aprendizagem significativa e o aluno esteja sempre estimulado a aprender, assim contribuindo para o processo ensino aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lúdico é, sem sombra de dúvidas, importante na alfabetização de crianças e o uso dele se apresenta como alternativa metodológica produtiva para o desenvolvimento infantil em todas as áreas da cognição, além de auxiliar no processo de aprendizagem não somente na aquisição e desenvolvimento de habilidades relacionadas aos mecanismos de leitura e escrita, mas de toda e qualquer área do conhecimento, pois as brincadeiras e os jogos fazem o aluno ter uma noção de viver em sociedade, além de sociabilização e regras, como também o desenvolvimento da autoestima e criatividade.

Ao se usar o lúdico na fase da alfabetização na educação infantil, tende-se a ser uma oportunidade que o docente tem de desenvolver a aprendizagem dos discentes, uma vez que ao usarem as brincadeiras e os jogos no dia a dia da sala de aula, torna mais prazerosa a aprendizagem, fazendo também o discente se situar nas questões sociais e históricas de seu entorno.

Nesse contexto também, fica evidente a consciência do Estado ao criar leis que oportunizam e contemplem a Educação Infantil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outros. Todos esses documentos são fonte de pesquisa de como a sociedade quer a política pública para a Educação Infantil, uma vez que esta deve ser pautada no desenvolvimento infantil de uma forma integrada e integral.

Ao desenvolver na criança a sua percepção de mundo através do lúdico, a escola contribui com o processo de ensino aprendizagem, pois encontrar uma forma de alfabetizar através do lúdico é importante porque quando se aprende brincando e de forma prazerosa, as pesquisas apontam para um maior engajamento e uma aprendizagem mais significativa.

Ao se fazer uso do lúdico como estratégia de ensino na alfabetização de crianças, verifica-se que ele é um aliado no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação infantil, uma vez que essa estratégia faz com que os educandos busquem sempre desvendar o mundo ao seu redor. Por isso, a palavra *lúdico* tem como conceito a ideia de prazer no que se faz e está relacionada com a aprendizagem e o prazer em aprender.

O papel do professor é, seguramente, muito importante na alfabetização utilizando o lúdico na Educação Infantil, uma vez que o planejamento ordenado e organizado deste profissional faz com que o discente aprenda brincando, pois as brincadeiras e os jogos são pontes para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivado.

O uso do lúdico na alfabetização traz experiências em que se enfatiza a habilidade pessoal, a compreensão e a incorporação de conceitos, a superação de dificuldades, a interação e a adaptação e inserção no grupo social. Assim, “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p.39) também através do lúdico em sala de aula.

No entanto, verifica-se que as brincadeiras contribuem para o desenvolvimento cognitivo da criança e é na escola que a aprendizagem significativa necessita da mediação do professor, uma vez que é na escola que a assimilação e a transmissão de conhecimentos estabelecidos pela humanidade se perpetuam.

Ao longo dos anos, é perceptível o espaço conquistado pelo uso do lúdico e sua importância na alfabetização na Educação Infantil, construindo a autonomia das crianças em relação ao processo de ensino aprendizagem através das brincadeiras e jogos, que podem ajudar no desenvolvimento integral da criança na fase da alfabetização.

Insistimos em frisar que a função mediadora do professor é essencial para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que no ambiente escolar há transmissão e assimilação dos conhecimentos abordados pelo docente e, para isso, deve haver um planejamento calculado e com objetivos claros para a construção de aprendizados no processo educacional.

A alfabetização através do lúdico precisa ser considerada no conjunto importante de práticas pedagógicas em que se conjugam brincadeiras e jogos, construindo o conhecimento de forma contextualizada e, portanto, significativa para os discentes. Ao se inserir jogos e brincadeiras como estratégias pedagógicas, o papel mediador do professor promove uma aprendizagem ativa e significativa, inserindo o aluno como agente ativo de construção do conhecimento.

O docente alfabetizador apresenta uma postura positiva ao usar jogos e brincadeiras como estratégias pedagógicas mediadoras, favorecendo o processo de ensino aprendizagem no discente, uma vez que essa mediação transforma o saber em algo que gera prazer. Desse modo, há uma contribuição no processo de aprendizagem quando se utiliza como estratégia as brincadeiras e os jogos.

Ao se utilizar jogos e brincadeiras na organização do trabalho pedagógico, o professor usa estratégias que geram expectativas nos alunos e, dessa forma, há uma aprendizagem significativa e em relação ao alfabetizar as crianças, torna efetivamente a disseminação do conhecimento historicamente construído por meio de brincadeiras e jogos, ou seja, de forma lúdica.

Todos os teóricos, que abordam essa temática e foram analisados em relação ao eixo teórico, corroboram unanimemente que há uma relação intrínseca entre o lúdico e a alfabetização, como também o seu uso no processo de ensino aprendizagem e nas práticas pedagógicas dos professores para a busca de um conhecimento significativo no processo ativo de aprendizagem.

Por fim, acredita-se que o estudo dessa temática desenvolvida possa ser ampliado ao longo dos anos com outros pesquisadores, ao vislumbrarem a consciência de que jogos e brincadeiras são importantes no processo ativo de aprendizagem e a mediação do professor é de fundamental importância para a alfabetização na Educação Infantil. A aprendizagem deve ser prazerosa e significativa e acreditamos que um dos vieses dessa aprendizagem é o lúdico,

especialmente na alfabetização de crianças, deixando de lado as formas tradicionais de ensino e adotando novas práticas pedagógicas.

Espera-se que esta pesquisa possa ser objeto de reflexão e também de debate junto à comunidade acadêmica e docente, a fim de que possam fazer uma autorreflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem e as práticas pedagógicas, construindo uma aprendizagem significativa e prazerosa através do uso do lúdico na alfabetização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. Disponível em: <http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2003.

ALVES, Rubem. **Não esqueça as perguntas fundamentais**. In: Folha de São Paulo, Caderno Sinapse, 25/ 02/ 2003.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANTUNES C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 2a ed. Petrópolis: Vozes; 1999.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

AUSUBEL, David. **Aprendizagem significativa**. São Paulo: Moraes, 1982.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARBATO, Silviane Bonaccorsi. **Integração de crianças de 6 anos ao ensino fundamental**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Sumos, 1984.

BERTOLDO, Janice. Vida; RUSCHEL, Maria Andrea de Moura. **Jogo, Brinquedo e Brincadeira - Uma Revisão Conceitual**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/gepeis/jogo.htm>. Acesso no dia 21 de setembro de 2020.

BORGES, Célio José. **Educação Física para o pré-escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **A criança de seis anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação Básica, 2009.

_____. Ministério da educação. **Ensino fundamental de nove anos** – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Ministério de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretariade Ensino Fundamental, 1997.

_____. Ministério de Educação. **Práticas de Leitura e Escrita**. Belo Horizonte: Secretariade Educação à distância, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

CHÂTEAU, J. **A criança e o jogo**. São Paulo: Summus, 1987. Tradução de G. de Almeida.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicosna teoria da educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

D'AVILA, C. M. **Eclipse do Lúdico**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 15, n. 25, jan./jun., 2006.g

DEMO, P. **Aprendizagem no Brasil**: ainda muito por fazer. Porto Alegre: Mediação; 2004.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos da Metodologia Científica**: noções básicas em pesquisa científica. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre:Artmed, 1999.

FEURSTEIN, R. **Aprendizagem mediada**: dentro e fora da sala de aula. Editora: Senac; Rio de Janeiro,1997

FIDEL, L. M. e UBRICHT, V. R. **EDUCAÇÃO GAMIFICADA**: valorizando os aspectos sociais. In: Luciane Maria Fadel, Vania Ribas Ulbricht, Claudia Regina Batista, Tarcísio Vanzin (org.). *Gamificação na educação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

FREIRE, Paulo. *A mensagem de Paulo Freire. Teoria e prática da libertação*. Porto: NovaCrítica, 1977.

FORTUNA, Tânia. OLIVEIRA, Vera Barros de. SOLÉ, Maria Borja i. **Brincar com o outro** – Caminho de saúde e bem-estar. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender** – O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4ª edição. São Paulo: Moderna, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRILLO, Gilda. **Educação: Pré-escolar**. São Paulo: Ática 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Telma Ferraz; MENDONÇA, Márcia; MORAIS, Artur Gomes de; LIMA, Margareth Brainer de Queiroz. **O lúdico na sala de aula: projetos e jogos**. Fascículo 5. In: BRASIL, Ministério da Educação. *Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2008. p. 1-37.

MARQUES, K. E. M. **O DISCURSO DO FRACASSO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL: APROXIMAÇÕES LÓGICAS E HISTÓRICAS**. IFG, 2018. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/8268/Kamila%20Evel>

MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (orgs). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

MOURA, Manoel O. **A séria busca no jogo: do lúdico na matemática**. In: KISHIMOTO, Tizuko. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MURCIA, Juan Antônio Moreno (Org.). **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NEVES, Lisandra Olinda Roberto. **O lúdico nas interfaces das relações educativas**. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/ludico-int.htm>>. Acesso no dia 20 de setembro de 2020.

NUNES, Ana Raphaella Shemany. **O lúdico na aquisição da segunda língua.**

Disponível em:

<http://www.linguaestrangeira.pro.br/artigos_papers/ludico_linguas.htm>. Acesso no dia 5 de setembro de 2020.

ORTEGA, R. **El juego infantil y la construcción social del conocimiento.** Sevilla: Alfa, 1992.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança.** Trad. Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Porto Alegre, 1994.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quartet editora, 2002.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita.** Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. **Ludicidade e Psicomotricidade.** Curitiba, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIGOTSKY, Lev. Semenovich. **Pensamento e linguagem.** Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A IMPORTÂNCIA DA APROXIMAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS NA ESCOLA, NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Ana Karla Vicente – UNIESP
Maria Celeste Vital – UNIESP
Solange de Brito Patrício – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

As experiências educacionais observadas e relatadas em pesquisas acadêmicas têm reafirmado o grande valor da parceria entre família e escola para o processo formativo de crianças, jovens e adolescentes. É por este motivo que decidimos nos debruçar sobre a importância da aproximação dos pais e/ou responsáveis legais na escola, no desenvolvimento e aprendizagem do aluno no ensino fundamental I.

Nossa proposição central nesta pesquisa acadêmica é promover a reflexão sobre os diferentes fatores e aspectos envolvidos na formação e edificação escolar das crianças no ensino fundamental (anos iniciais), destacando entre eles, a importância do comportamento e função adequada da instituição familiar nessa fase do desenvolvimento infantil, uma vez que, observa-se que a família tem confiado e encarregado à escola diversas responsabilidades, obrigações e deveres, entre as quais, o exercício da função de prover a educação e instrução familiar do aluno.

A ausência da presença dos pais e/ou responsáveis legais em reuniões, eventos e encontros pedagógicos, e a falta de atenção, de interesse aos chamados e solicitações para resolução de problemas no desempenho escolar e acompanhamento de notas foram algumas das indagações incentivadoras para a execução dessa pesquisa.

Acreditamos no trabalho realizado, possibilitando um despertar e valorização da proximidade e abordagem entre a instituição familiar e escolar, além da comunicação, envolvimento e engajamento de ambas as partes. Dessa maneira, quanto maior for à cooperação e presença da família na participação da vida estudantil do aluno, melhor e mais eficiente e produtivo tende a ser desenvolvido o trabalho no âmbito escolar.

Dessa maneira, o estudo sobre o tema e o trabalho de pesquisa por nós realizado pretende promover uma discussão a partir de argumentos e reflexões

coletadas em um conjunto de obras que constituem a nossa ancoragem teórica, procurando respostas e explicações para o tema levantado.

Assim, para o levantamento bibliográfico, desenvolvimento e apresentação expositiva apresentadas na sequência deste artigo, exploramos o método e técnica da pesquisa de revisão bibliográfica, de cunho qualitativo–interpretativista. Através das literaturas realizadas, foram construídas a estrutura e sustentação teórica referente às conceituações sobre família, escola, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Procuramos buscar direções que conduzissem observações e análises para que houvesse uma descrição coerente entre as instituições familiar e escolar relacionados diretamente ao bom desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Intentamos, portanto, por meio de objetivos distintos, através dos estudos dos autores Esteves (2004), Gagné (1974), Miguel e Braga (2009), Piaget (2007) Reis (2007), Santos (2012), entre outros, fazer evidenciar que, enquanto estudantes concluintes do curso de pedagogia, buscamos o principal objetivo formativo de um profissional egresso de um curso de formação de professores, que é conseguir com que todos os alunos aprendam e tenham um bom rendimento e desenvolvimento escolar, obtendo sucesso no seu aprendizado.

Para efeito de conhecimento prévio do nosso leitor, este artigo está segmentado basicamente em quatro partes: 1. FAMÍLIA E ESCOLA: relações contemporâneas de educação, onde buscamos refletir sobre a importância da instituição familiar no processo formativo global de crianças em idade de escolarização; 2. A IMPORTÂNCIA DE UMA PARCERIA ENTRE PAIS E PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, onde refletimos ancorados nas obras dos autores supracitados, sobre a relação de parceria e cooperação que acreditamos ser extremamente necessária para que se alcance os objetivos formativos pretendidos nos primeiros anos do Ensino Fundamental; 3. METODOLOGIA, onde apresentamos a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para realização desta pesquisa; 4. RESULTADO E DISCUSSÃO, onde reunimos alguns dos pontos mais relevantes que levantamos a partir da revisão bibliográfica processada e; CONSIDERAÇÕES FINAIS, momento em que retomamos alguns pontos reflexivos destacados como fundamentais enquanto

resultados a que chegamos e apontamos as direções em que esta pesquisa pode ser ampliada a partir deste ponto a que chegamos.

Convidamos você, leitor, a nos acompanhar nos caminhos teórico-reflexivos que trilhamos nas próximas páginas, permitindo-se questionar conosco sobre os problemas que circundam parceria família-escola tão desejada pela sociedade no tocante à Educação Básica, alicerce de uma sociedade próspera.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FAMÍLIA E ESCOLA: RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE EDUCAÇÃO

A educação no Brasil começou a ser inserida na realidade comunitária brasileira no período colonial, inicialmente para as elites da cultura europeia, já para os menos favorecidos destinava-se apenas à preparação de mão de obra para o trabalho. Desde o início da história da educação brasileira, o sistema educacional era marcado pela diferenciação entre ricos e pobres.

Nos primeiros anos da República, eram poucas escolas primárias existentes. A educação oferecida para as crianças era realizada com o propósito de formar a criança no seu aspecto moral e intelectual, através de uma disciplina mais severa e autoritária, ocorrendo uma separação e distanciamento dos adultos. As crianças não eram vistas com muita importância, conforme destaca Aries (2006):

O primeiro sentimento da infância - caracterizado pela "papa-ricação" - surgiu no meio familiar na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: os eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Essas moralidades listas havia se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento por sua vez passou para a vida familiar (ARIES, 2006, p.163).

Com o passar dos anos, presenciamos também muitas mudanças no meio educacional como, por exemplo, o acesso à educação, que não foi sempre isonômico em relação a todas as crianças. E no decorrer da história da educação brasileira, muitos direitos foram conquistados. Um dos mais importantes, por assim dizer, é:

O acesso da criança ao estatuto de sujeito de direitos e à dignidade da pessoa. Tais conquistas invertem a concepção de aluno como página em

branco, encerrada no projeto inicial da escola de massa e que organizava a hierarquia das posições no sistema escolar. Estas mudanças incidem diretamente nas transformações das relações entre as gerações, tanto de pais e filhos quanto entre professores e alunos (LEGAIS, 2010, p. 28).

A Carta Internacional dos Direitos da Criança de 1987 introduz na realidade educacional das crianças a necessidade de estimular a relação e comunicação da instituição familiar com a escola, em uma espécie de parceria profícua, onde cada uma tenha o conhecimento dos seus limites e realidades, direitos e deveres, para que juntas busquem caminhos para um bom desenvolvimento do processo formativo das crianças, fortalecendo a estrutura do sistema educacional como um todo.

Segundo o artigo 205, da Constituição Federal de 1988,

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p.107).

Não é só dever da instituição escolar, enquanto representando do poder público do Estado, mas os pais e/ou os responsáveis legais também são essenciais na formação do educando. Ambos têm a responsabilidade colaborativa pela formação de cada indivíduo.

Em termos legais, os direitos infanto-juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996/13. Segundo a LDB, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas não estão sozinhos nesta tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias (LEGAIS, 2010, p. 28).

Os pais e/ou responsáveis legais têm a incumbência de se fazer presente no processo educativo, na vida escolar do aluno, sendo de grande importância a sua presença no estabelecimento de ensino, conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990, p.1).

Contudo, no decorrer da história, a instituição escolar e a instituição familiar vêm sofrendo grandes e intensas modificações, que ocorrem por causa da intervenção de vários fatores, destacando o empoderamento feminino, onde

crescentemente a mulher busca seu espaço no mercado de trabalho e em outros espaços sociais de representatividade, a exemplo da política. A ausência das mães ou responsáveis legais na vida estudantil de crianças, jovens e adolescentes, por terem que sair para trabalhar e/ou exercerem seus papéis sociais, pode influenciar significativamente na estrutura familiar, refletindo no âmbito escolar.

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas (ESTEVES, 2004, p. 24).

De certa forma, a descrição de Esteves (2004) representa o estado de espírito que aflige pais e filhos nos tempos modernos, sujeitos que, por vezes, já nem mais se reconhecem enquanto família, estranhamento este que se mostra evidente nas formas de tratamento e desrespeito mútuo, quando se encontram reunidos nos fins de semana, acirrando ainda mais os conflitos naturais entre as gerações.

Por causa dessas transformações, há uma interferência na organização familiar e na dinâmica escolar, que afetam a sociedade, refletindo nas práticas e nos trabalhos desempenhados pela escola, ocorrendo uma transferência de tarefas e responsabilidades entre os pais e/ou responsáveis legais e a escolar, resultando na triste constatação de que muitas famílias estão transferindo toda responsabilidade familiar relativa à educação, no que tange a formar o caráter e dar atenção amorosa à criança, para a instituição escolar, negligenciando sua responsabilidade de instrução e disciplina dos filhos.

Assim sendo, torna-se cada vez mais necessário que haja uma conciliação entre a sociedade familiar e o sistema educacional, para que ocorra um bom progresso de construção e aprendizado da criança, como ressalta Piaget (2007):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

A instituição familiar é a mais importante e o fundamental alicerce para a existência emocional e social de uma criança, mesmo que a família passe por

momentos de crise, conforme afirma Prado (1981), “a família como toda instituição social, apesar dos conflitos é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal” (PRADO, 1981, p.9). E tem a responsabilidade de promover a socialização e desenvolve um papel importante na vida de indivíduo, representando proteção e auxílio, suprimindo as suas necessidades em casa ou no âmbito escolar.

Em casa, a família é responsável por transmitir ideologias, valores, crenças, tudo o que nos servirá de referência para o estabelecimento de nossos princípios éticos e morais, tão importantes em nossas tomadas de decisões por toda a vida. Enquanto família, contribuimos para a construção e crescimento pessoal e social de crianças, jovens e adolescentes, possibilitando, com a participação efetiva no ambiente, escolar que o aluno tenha um bom desenvolvimento e seja um indivíduo bem sucedido, emocionalmente e profissionalmente.

Os pais colaboram para um bom trabalho pedagógico a ser realizado na escola quando, cientes da importância da participação familiar no processo pedagógico de formação de suas crianças, assumem a responsabilidade pela educação social de seus filhos. Conforme afirma Santos (2012):

Se a criança recebe uma boa educação obviamente será bem sucedida e vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto, nesse contexto a família é a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter do cidadão, pois é no ambiente familiar, que a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida. Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, como é o caso da escola (SANTOS, 2012, p. 76).

O desenvolvimento de uma criança se dá em dois momentos fundamentais: I. a educação familiar, e II. a educação escolar. Os pais e/ou responsáveis legais têm a responsabilidade de ensinar, estimular e cultivar na criança valores morais, através do exemplo, demonstrando atitudes e comportamentos que devem ser manifestados dentro do ambiente social, junto à comunidade.

À instituição de ensino, por sua vez, cabe o papel importantíssimo de ser responsável por inserir a criança no universo dos conhecimentos científicos. Em termos resumidos, podemos dizer que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos

pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam (TIBA, 1996, p. 111).

Por muito tempo, no entanto, as escolas e professores eram vistos como principais responsáveis por **toda formação do educando**. É, de fato, indispensável que a instituição de ensino exerça a sua função de escolarização, executando o seu papel pedagógico, contribuindo também na formação social e emocional do aluno.

A instituição escolar deve estimular o interesse da criança, disponibilizando momentos de aprendizado, favorecendo a compreensão e desenvolvimento do seu senso crítico diante da perspectiva e olhar sobre o meio na qual está inserida. Pimenta (1991) destaca que:

[...] a sociedade é, além do mais, um grande agrupamento social, que comporta inúmeros subgrupos (família, escola, etc). Aprender a conviver em grupos é uma forma de preparar-se para a vida social. a importância do grupo está também em propiciar a aprendizagem de papéis sociais diferentes e complementares na organização social como um todo. Assim, viver democraticamente na escola, expressar opiniões, aprender a ouvir respeitar a opinião alheia, identificar as verdadeiras lideranças, organizar-se em torno delas, são as virtudes democráticas que, aprendidas na escola, serão transportadas para a vida social (PIMENTA, 1991, p. 128).

Porém, o trabalho de formação social não é de responsabilidade exclusiva da escola, antes é essencialmente familiar, cabendo à escola exercer a função suplementar, de reforço dos valores sociais transmitidos pela família.

Conforme destaca Silveira e Wagner (2009):

Durante [...] anos, construiu-se a ideia de que a escola é responsável pela educação formal das crianças e adolescentes, enquanto a família o é pela educação informal. Tal ideia parece ser sustentada até hoje por crenças e ideais que mantêm distantes e dissociados os âmbitos das relações e funções de ambos os sistemas (SILVEIRA/WAGNER, 2009, p.284).

A instituição de ensino deve compreender o ambiente familiar onde cada criança está inserida e ser responsável em trazer para dentro do âmbito escolar as diferentes vivências que a criança traz do seu ambiente familiar, buscando construir cenários de aprendizagem para o seu aluno a partir daquilo que ele vivencia também fora do contexto escolar. Segundo Paro (2007), sobre a relação da instituição familiar com a escolar, destaca que:

O “querer aprender” é também um valor cultivado historicamente pelo homem e, portanto um conteúdo cultural que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo. Por isso, não cabe à

escola, na condição de agência encarregada da educação sistematizada, renunciar a essa tarefa. Por isso é que não tem sentido a alegação de que, se o aluno não quer aprender, não cabe à escola a responsabilidade por seu fracasso (PARO, 2007, p.14).

A criança que atravessa uma situação difícil no âmbito familiar poderá ter dificuldade para conseguir concentrar-se nos estudos, e ter interesse em prestar atenção nas aulas. O que traz para o aluno um baixo índice de aproveitamento escolar, prejudicando o desenvolvimento do ensino e aprendizado dessa criança. Assim, a atuação da instituição escolar e a influência dos pais e/ou representantes legais estão diretamente relacionadas na vida do aluno.

É fundamental identificar e entender de maneira mais profunda o contexto do desenvolvimento de vida da criança, e buscar interferir no momento que se observa quando o comportamento do aluno na escola não está bem.

Desta forma quando existe um equilíbrio emocional na relação familiar, haverá uma contribuição para um bom crescimento, uma boa formação do indivíduo e um bom desenvolvimento sócio cognitivo. Então é importante que os pais e/ou responsáveis legais observem todas as modificações que ocorrem dentro do ambiente familiar e caso seja necessário deve-se formar uma parceria com a instituição escolar, com o objetivo de ajudar e auxiliar a criança para que os conflitos familiares não abalem e prejudiquem o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.2 A IMPORTÂNCIA DE UMA PARCERIA ENTRE PAIS E PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Estudos têm mostrado que o homem sofre influência pelo ambiente em que vive e as situações socioeconômicas e culturais contribuem para o seu desenvolvimento. Desta maneira, também, o ensino-aprendizagem sofre influências de vários fatores, tais como do meio ambiente, familiar, psicológicos, dentre outros.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, destacam-se dois grandes estudiosos: Piaget e Vygotsky. Para Piaget, as crianças possuem um papel ativo na construção de seu conhecimento. Os conceitos piagetianos mais fundamentais fazem referência aos mecanismos de funcionamento da inteligência e constituição/construção do sujeito a partir de sua interação com o meio.

Segundo essa perspectiva, as estruturas cognitivas da criança não nascem prontas, mas antes se desenvolvem a partir da interação entre as crianças e objetos durante o seu processo de crescimento, sendo um processo contínuo, sempre em

construção. Conforme destaca Gagné (1974), a aprendizagem como sendo “[...] uma modificação na disposição ou na capacidade do homem, modificação essa que pode ser retida e que não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento” (GAGNÉ, 1974, p.3).

O pilar da aprendizagem vem do desenvolvimento cognitivo, e segundo Piaget (2007) ocorre por assimilação e acomodação. Quando ocorre o ato de assimilação, a mente não se modifica, neste caso se o indivíduo não consegue assimilar determinada situação, pode ocasionar dois processos: a mente desiste ou se modifica. Havendo a realização contínua e prolongada de modificação da mente ocorre, então, a acomodação, gerando a construção de novos esquemas de assimilação e resultando no processo de desenvolvimento cognitivo.

Para Piaget, apenas a acomodação visa promover a descoberta e posteriormente a construção do conhecimento. Então, apenas poderá ocorrer a aprendizagem quando o esquema de assimilação sofre acomodação.

Aprender pode ser considerado fundamentalmente uma ação individual e ativa, mas no Século XXI tem se mostrado, por necessidade social, essencialmente colaborativa, uma vez que se desenvolve através de experiências vividas, individualmente e/ou em conjunto, e compartilhadas com o coletivo. Temos a capacidade de aprendermos sozinhos? A resposta é, com certeza, sim. Mas, indiscutivelmente, a espécie humana tem demonstrado uma capacidade ainda maior de construção de novos conhecimentos. Quando reunida em grupos, relacionando as múltiplas habilidades e competências dos membros dos grupos para solucionar problemas, as respostas criativas e inovadoras têm se mostrado surpreendentes.

Se Piaget acredita que o aprendizado depende e está sujeita ao desenvolvimento humano, tendo pouca influência sobre ele, ao contrário, Vygotsky (2007) afirma que aprendizagem e desenvolvimento são processos que sofrem influências recíprocas. Dessa forma, quanto mais aprendizagem mais desenvolvimento, a ação contínua de desenvolvimento da criança sofre influência do ambiente em que vive, havendo variação deste ambiente, também haverá variação no seu desenvolvimento.

Afirma Fonseca (1995, p.90) que “Assim, a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação e envolvimento com o grupo no qual está inserido”.

Para Piaget (2007), o conhecimento é elaborado espontaneamente pela criança em concordância com o momento do desenvolvimento em que ela se encontra, onde a formação desse conhecimento tem sua origem do individual para o social, enquanto que Vygotsky (2007) acredita que a criança já nasce num mundo social e vai formando uma visão desse mundo a partir da interação com os adultos ou outras crianças mais avançadas, tendo sua origem do coletivo para o individual, durante o desenvolvimento.

Vygotsky (2007, p.94) afirma que “o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola”. Isso torna o crescimento contínuo e gradual de aprendizagem significativa, sendo necessária à presença de um mediador para que gradativamente a criança seja capaz de resolver suas dificuldades de forma independente, alcançando um desenvolvimento real.

Diante desses fatores apresentados por Piaget e Vygotsky, a instituição familiar tem uma grande influência no crescimento gradual e aprendizagem na escola, assim como a instituição escolar deve exercer um papel essencial para o crescimento gradativo intelectual e social do educando.

Para Assunção-Coelho (1989, p.11), a “aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro que se expressa diante de uma situação-problema, sob a forma de mudanças de comportamento em função de experiências”. Desde muito cedo, mesmo quando ainda, eventualmente, falte-nos consciência da existência no mundo, já respondemos aos estímulos externos na direção de resolver problemas de subsistência, o que nos constitui sujeitos, em essência, de aprendizagem.

Nesse sentido, falar sobre o processo de ensino formal, segundo Vygotsky (1984), é destacar a presença do professor como um colaborador e orientador do aluno, com o objetivo de que a criança consiga obter êxito naquilo que não consegue fazer sozinha (nível de desenvolvimento potencial), para aquilo que ela poderá conseguir fazer sozinha, sem ajuda (nível de desenvolvimento real), formando a base de todo o desenvolvimento da aprendizagem, chamado de Zona do Desenvolvimento Imediato, sendo conhecido no Brasil por Zona de Desenvolvimento Proximal.

Para a teoria Vygotskyana, um dos conceitos de maior destaque refere-se às aprendizagens que ainda estão sendo formadas, isto é, que a criança ainda não

domina, porém, com a intervenção do adulto poderá dominar. Isso tem um significado real ao referir-se ao âmbito escolar, onde o professor é capaz de oferecer mediação qualitativa, capaz de ativar os processos de desenvolvimento e as capacidades cognitivas do aluno, proporcionando a interação do conhecimento partilhado socialmente, pois “[...] Na escola a criança não aprende o que sabe fazer sozinha, mas o que ainda não sabe e lhe vem a ser acessível em colaboração com o professor e sob sua orientação” (VYGOTSKY, 2001, p.331).

Consubstancialmente, a participação dos pais ou responsáveis legais é essencial para o crescimento gradual e a formação da criança no ambiente escolar, junto aos professores. A instituição familiar deve participar ativamente, estando presente e sendo incentivadora no processo de ensino aprendizagem da criança. Quando a família valoriza o trabalho e esforço da criança, estará também contribuindo de forma construtiva e positiva com essa formação.

As crianças que possuem uma rede de apoio familiar conseguem se desenvolver com mais excelência. E com esse acompanhamento e participação da família junto à escola, os períodos escolares tornam-se ainda mais proveitosos.

Nas palavras de Piaget (2007):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50).

Apesar de sabermos que muitos pais e/ou responsáveis legais muitas vezes precisam trabalhar fora de casa para obter o sustento familiar. Por isso, não dedicam muito tempo junto à criança, na sua formação e educação. Porém torna se necessário que esses pais e/ou responsáveis legais encontrem um horário para se dedicar a criança, buscando um tempo de qualidade, desenvolvendo um diálogo afetuoso, demonstrando interesse pela vida social e escolar do aluno. Cubero (1995) destaca que:

A escola é junto com a família, a instituição social que maiores repercussões têm para a criança. Tanto nos fins explícitos que persegue expressos no currículo acadêmico, como em outros não planejados, a escola será determinante para o desenvolvimento cognitivo e social da criança e, portanto, para o curso posterior da vida (CUBERO, 1995. p. 253).

Quando a criança tem pais e/ou representantes legais que reconhecem importância da instituição escolar e desenvolve com esta, de forma respeitosa um bom relacionamento mostrando interesse no desenvolvimento do ensino e aprendizado do aluno, conforme Macedo (1994, p.199) destaca, que com a presença da “família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança.”

No momento que os responsáveis legais ou pais se preocupam com o crescimento escolar do aluno, estando sempre atentos às notas, comportamentos e as dificuldades, esse envolvimento com a criança irá ajudar na solução de possíveis dificuldades que possam surgir na aprendizagem e desenvolvimento escolar. Dessa maneira, com esse apoio familiar os desafios tendem a serem vencidos com mais naturalidade e o aluno alcançar um bom aproveitamento escolar.

É necessário que haja sempre um diálogo constante entre a instituição familiar e escolar, para Ferreira (1998, p.74), “o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva” e, dessa forma, se faz necessário o trabalho em conjunto da escola com a família, no qual precisam estar em harmonia com o objetivo de auxiliar e facilitar o desenvolvimento e aprendizado da criança.

Esse relacionamento dos pais e/ou responsáveis legais com a instituição de ensino é importantíssimo para o bom aprendizado e desenvolvimento escolar e social da criança. Porém conforme observa Vasconcellos (1995, p.22), poderá ocorrer uma dificuldade para o desenvolvimento social da criança quando, “[...] percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em relação à escola, transferindo responsabilidades suas para a escola [...], a família não está cumprindo sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos” Algumas famílias acabam terceirizando a escola o que lhes compete, colocando nela toda a responsabilidade da educação de seus filhos, confundindo escolarização com educação familiar.

Conforme afirma Reis (2007, p. 6), “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. E nesse processo, a instituição escolar e a familiar precisam

caminhar juntas, pois em um ambiente sustentado pela parceria entre família e escola, “os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas. Trocando questionamentos seus, de seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, talvez, mas trocando” (ARROYO, 2000, p. 166.).

Entretanto existem pais e/ou responsáveis legais que não tem uma boa comunicação e interatividade maior com a instituição escolar, devido ao fato de apenas serem chamados à escola para resolver dificuldades e problemas da criança conforme Soares (2010) afirma que:

A família somente é lembrada pela escola quando há problemas ocasionados pelos (as) alunos (as) no ambiente escolar. Neste sentido, muitos pais acabam se afastando da escola, percebendo esta como um lugar negativo, já que poucas atividades recreativas e prazerosas são oferecidas a eles na escola. A escola deveria ser o ponto central de uma comunidade, um local onde todos pudessem participar e ter acesso (SOARES, 2010, p. 9).

Assim a instituição familiar tende afastar se da escola, o que pode ocasionar um grande prejuízo para o ensino, o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. É fundamental que a instituição escolar procure estreitar de maneira pedagógica a relação família/escola. Para Paro (2000) é preciso buscar uma aproximação dos pais e/ou responsáveis legais à escola.

[...] a direção, a coordenação e vários professores acreditam na necessidade da participação e buscam atrair os pais para ela. O que se acredita é que a permanência desse clima e a concretização positiva da experiência com os pais e os servidores da escola criem uma cultura de participação que seja favorável a um processo escolar de maior qualidade e de proveito para os objetivos do ensino (PARO, 2000, p 119).

A instituição escolar precisa ter o conhecimento real da situação socioemocional da criança, com o objetivo de interferir, quando necessário na ausência da cooperação e participação da família, junto à escola. Szymanski (2001, p. 53) destaca que “Uma instituição não substitui uma família, mas com atendimento adequado, pode dar condições para a criança e o adolescente desenvolverem uma vida saudável no futuro”. Neste caso, a escola desempenhará diversas funções com o intuito de buscar o crescimento, e o desenvolvimento social e intelectual do aluno.

Segundo Vasconcellos (1995, p.33) destaca que: “O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se, além

disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum”.

Muitas famílias não compreendem a verdadeira função e o papel a ser desempenhado pela instituição escolar na vida da criança, e buscam transferir suas responsabilidades para a escola. Esta inversão de papéis entre a instituição familiar e a instituição escolar que acontece poderá acarretar graves prejuízos no ensino, desenvolvimento e aprendizagem da criança, uma vez que a escola precisa investir um tempo maior na educação social e emocional do aluno, e não consegue desenvolver satisfatoriamente, o ensino intelectual do mesmo.

Malavazi (2000) observa que:

Algumas atribuições são específicas da família que tem o direito de reivindicá-las para si, enquanto outras cabem à escola que, pela sua natureza, poderá ocupar-se melhor delas. Essas transformações sociais ocorridas na família e na escola camuflaram as atribuições específicas de cada uma delas (MALVAZI, 2000, p. 258).

É possível verificar a diferença entre as funções da família e da escola, percebendo que uma precisa da outra, e que se uma dessas instituições não exerce o seu papel, a outra fica sobrecarregada e acaba por dificultar o crescimento global da criança. É necessário criar uma rede de diálogo, envolver a instituição familiar nas propostas pedagógicas e, assim, abrir as portas para que os pais e/ou responsáveis legais tenham o desejo de estar presente nessa formação.

Se o trabalho em equipe for desenvolvido em torno de um só objetivo, os diversos benefícios serão alcançados. Miguel e Braga (2009) destacam que:

[...] da família buscar assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. Portanto, deve atuar em parceria com a escola, já que ambas são instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo de ensino aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (MIGUEL e BRAGA, 2009, p. 01).

A Instituição familiar é o primeiro e o mais importante agente socializador, pois é dentro do âmbito familiar, o primeiro lugar onde, a criança aprende a desenvolver normas de socialização construindo o seu espelho de aprendizado, familiarizando-se

com todo o conhecimento obtido durante sua vivência primária e que vai se repercutir na sua vida escolar. Assim, a instituição familiar se torna não apenas um fator imprescindível na solidez e segurança emocional da criança como também na sua educação.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Ter acesso à educação no Brasil nos primeiros anos da República, e a igualdade perante a Lei não foi sempre algo que tenha sido respeitado para todas as crianças nesse período. A educação para crianças não era valorizada, e não existia um espaço para isso, de forma estruturada e digna para todos.

Havia duas classes sociais bem definidas na sociedade colonial, a nobreza, que possuía uma hierarquia mais elevada e que tinha, portanto, mais privilégios ao acesso à educação, diferenciada da classe trabalhadora, representando a classe pobre da sociedade.

Ao longo dos anos da história da educação brasileira, muitas mudanças ocorreram no sistema educacional no país. O despertar das autoridades brasileiras em incluir no ano de 1988 o artigo 205 na Constituição Federal de 1988, assegurando a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovendo o ingresso da criança como sujeito de direitos e a dignidade como pessoa, foi um marco, sem sombra de dúvidas, na história da educação para crianças no Brasil.

Na atualidade, o relacionamento entre a instituição escolar e familiar enfrentam diversas discordâncias de opiniões, referentes à importância e competência da função que cada instituição necessita exercer, referente ao procedimento da educação, aprendizado e formação integral da criança.

Não cabe, no entanto, no nosso entendimento, apenas ao Estado a responsabilidade da educação da criança, oferecida através da instituição escolar, isso deve ser um trabalho contínuo e conjunto com os pais e/ou representantes legais, conforme consta e assegura na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1996/13.

A LDB (1996) foi um grande avanço ao longo da história do sistema educacional brasileiro, mas a instituição familiar também vem sofrendo mudanças que incidem diretamente na vida acadêmica e social da criança.

Mudanças ocorridas na sociedade afetam atualmente o comportamento familiar referente à formação do caráter, dar atenção e cuidado emocional à criança. Considerando que a primeira experiência de interação social e convívio do indivíduo com o mundo ocorrem através de relacionamentos com seus pais e/ou responsáveis legais, relacionando-se diretamente e diariamente com a criança, é necessário que a família acompanhe, de maneira assertiva, o crescimento e desenvolvimento da aprendizagem dentro da educação formal e em todo o âmbito escolar, por isso é de suma importância à parceria entre as instituições escolar e familiar.

Na atualidade, o relacionamento entre a instituição escolar e familiar enfrentam diversas discordâncias de opiniões, referentes à importância e competência da função que cada instituição necessita exercer, referente ao procedimento da educação, aprendizado e formação integral da criança.

Para agravar ainda mais a crise entre família e escola, estamos vivenciando um período atípico diante da situação de uma pandemia do Sars-CoV-2 (COVID 19), o que fez com que a crise ética e moral que assola o núcleo familiar das famílias de baixa renda se tornasse ainda mais evidente. Devido a esta situação que enfrentamos no ano de 2020, a partir de março, por recomendação da Secretaria de Saúde Municipal e Estadual, seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde e demais autoridades competentes, foram suspensas todas as aulas presenciais, até o presente momento, no início do ano de 2021.

Essa nova realidade configurada a partir da necessidade de isolamento social para conter o avanço da contaminação por Covid-19, novos desafios foram propostos a todo o sistema educacional a serem enfrentados, demandando principalmente soluções criativas e muita superação no tocante, especialmente, às limitações de acesso as tecnologias por parte das crianças que tiveram sua rotina escolar presencial suspensa, passando seus professores a ter no computador/smartphone, quase sempre, a única alternativa para alcança-las em seus lares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar dos tempos, foram surgindo novos avanços no processo de ensino e aprendizagem, e as crianças passaram por vários períodos de

desenvolvimento ao longo da vida, relacionados à capacidade de compreender e aprender por meio de práticas, às quais convivem e sofrem influências.

Conseqüentemente, houve um aumento da necessidade, cada vez mais forte, da participação dos pais e/ou responsáveis legais nesse processo. Observamos que existem várias vantagens em aproximar a família à escola, uma delas é aproximar as expectativas de cada instituição escolar às das famílias, através de uma comunicação aberta, onde o objetivo comum dessa parceria é, sobretudo, ofertar à criança condições e circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento pleno e aprendizado ajustado ao perfil de cada aluno, proporcionando uma educação de qualidade e crescimento integral.

Para isso, identificar e compreender a importância da função e qual o trabalho deve ser desempenhado e exercido em conjunto entre escola e família deverá ser analisado, fortalecendo, assim, o laço e o respeito comum entre estas instituições basilares das sociedades modernas, desenvolvendo e visando proporcionar, sempre juntos, família e escola, um bom êxito do propósito da educação.

Assim, observamos que uma das reflexões de grande relevância a que chegamos é o despertar do interesse dessa parceria escola e família, buscar a inclusão e o desenvolvimento dessa parceria nos programas pedagógicos da escola, através dos projetos de educação e atividades direcionadas à reflexão sobre a importância da participação e integração dos pais e/ou responsáveis legais junto à escola.

Desta forma, acreditamos ser possível estimular a participação, despertando o interesse da família, trazendo reflexões sobre o reconhecimento da importância do papel familiar no processo formativo das crianças, encorajando e incentivando propostas e ações em parceria junto a essas instituições.

Diversos elementos em diferentes aspectos, relacionados à instituição familiar, contribuem e influenciam de forma direta no crescimento, desempenho, desenvolvimento e aprendizado da criança que, conseqüentemente, se não for bem desenvolvido, pode acarretar em um péssimo índice de aproveitamento nas atividades escolares, ocasionando um déficit no desenvolvimento e aprendizado da criança.

Observa-se que pais e/ou representantes legais têm uma grande e importante função, de intervenção e participação nesse desenvolvimento e aprendizado, da

mesma forma que a instituição escolar tem a responsabilidade em exercer uma função essencial de qualificação para que ocorra o desenvolvimento intelectual, cognitivo e social da criança.

Desta maneira, a instituição escolar e familiar na qual a criança participa e está introduzida têm a responsabilidade de estimular o desenvolvimento de habilidades e competências socialmente demandadas, podendo, no entanto, provocar um comportamento negativo no âmbito escolar, ocasionado por insuficiência de encorajamento, animo, ou outros tipos de estímulos, até mesmo pela característica pedagógicas (metodologias) do ensino.

Conseqüentemente, quando se aborda o assunto relacionado ao comportamento social das crianças, engajamento e participação nas atividades pedagógicas propostas dentro da instituição escolar, o âmbito familiar não deve ser desprezado, esquecido, sendo colocado de fora, ainda que este assunto se refira à educação formal, atribuição considerada exclusivamente da escola.

O aprendizado começa antes mesmo do caminho para a escola e ao ingressar na instituição escolar, o aluno carrega dentro de si um elevado e vasto conjunto de experiências, costumes e saberes, de maneira individualizada, relacionada ao ambiente social no qual convive.

Com mais frequência, o comportamento inadequado e rendimento escolar desfavorável da criança no seu aprendizado dentro da escola vem sendo mais evidenciado, onde, aparentemente, pais e/ou responsáveis legais estão negligenciando a formação básica familiar e terceirizando a escola, sua função importantíssima de alicerce, desvalorizando o seu desenvolvimento e papel fundamental na construção moral na vida da criança, o que interfere e está diretamente conectado ao resultado (positivo/negativo) do desenvolvimento intelectual e aprendizado da criança dentro da instituição escolar.

A aflição dos pais e a inquietude dos professores diante das complexidades das situações habituais de conflito das crianças entre si e com os professores, muitas das vezes, parecem refletir problemas familiares relacionados ao abandono, falta de atenção, carinho e amor, o que afeta diretamente o desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança no âmbito da escola.

Torna-se, cada vez mais, perceptível as complexidades inerentes à responsabilidade da instituição escolar ao encontrar um atual padrão de aluno, onde

os pais e/ou representantes legais confiam e esperam que a solução para os problemas encontrados na escola venha ser proposta por ações construídas pela própria instituição.

Conforme afirma Chraim (2009, p.9): “O papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria”.

A educação constantemente abrange e envolve uma dimensão importantíssima na sociedade, na qual a escola e a família exercem papéis essenciais na transferência dos conhecimentos, e a escola não educa sozinha, sendo necessária à participação de pais e/ou representantes legais ativos dentro do processo de educação.

Contudo, existem vários obstáculos relacionados às responsabilidades que cada instituição família e escola trazem ao realizar o trabalho pedagógico. Por isso, pais e/ou representantes legais e escola devem ter, de forma bem definida, o conhecimento e entendimento da importância do papel que cada um precisa desenvolver separadamente, para que juntas possam alcançar seus objetivos comuns, e exercer na formação e construção de uma criança, capacitando-a para que saiba viver em sociedade, de maneira que se torne um futuro adulto, capaz de ser agente de transformação dentro da sua própria família, comunidade e sociedade.

Esperamos que as informações abordadas nesse trabalho acadêmico possam auxiliar você, leitor, nas suas reflexões relativas às problemáticas até aqui abordadas, contribuindo para as novas propostas pedagógicas, que expandam e qualifiquem o aproveitamento e o uso em pesquisa científica.

Tendo o propósito de investigar e comprovar qual é a importância da cooperação entre instituição familiar e a escola dentro do aspecto do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, não pretendemos, em momento algum, exaurir toda a discussão envolvendo um tema de tamanha relevância como este. Deixamos, portanto, os resultados a que chegamos como ponto de partida para aqueles que desejaram ampliar as discussões e contribuir, conosco, para o estado da arte em questão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. B. de. **A Relação entre Pais e Escola: A Influência da Família no Desempenho Escolar do Aluno**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000943944>. Acesso em: 25 de nov.de 2020.
- CREPALDI, E. M. F. **A importância da Família na Escola para a Construção do Desenvolvimento do Aluno**. Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR. Campo Mourão, PR. Disponível em: http://educare.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf. Acesso em: 15 de dez.de 2020.
- FRANCIOLI, F. A. de. S ; SFORNI, M. S. de. F. **Contribuições da Perspectiva Histórico-Cultural para a Organização do Ensino da Linguagem Escrita**. Universidade Estadual de Maringá, UEM. Maringá, PR. Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_fati_ma_aparecida_souza_francioli.pdf>. Acesso em: 26 de nov. de 2020.
- GUIMARÃES, Adalbrair B.de O. **A Importância da Família no Acompanhamento Educacional Como Mecanismo Primordial Para a Aquisição da Qualidade no Processo Ensino Aprendizagem na Formação Cidadã do Discente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Ivete Brustolin no Município de Vilhena-RO, no Período de 2016**. Universidad Autónoma de Asunción Facultad de Ciencias Humanísticas y de La Comunicación Maestría en Ciencias de La Educación. Assunción. Paraguay, 2018. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/viewFile/645/506>>. Acesso em: 24 de nov.de 2020.
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Cortez, 2013. Capítulo II 2.2.1- 1d p. 51-53 e 2.2.2- 2c p. 60-61, Capítulo III 3.4.1 p. 102 -103 acesso em 01 de fev.2021
- SOUSA, K. N. C de. **A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA INFÂNCIA**. Anuário de Produções Acadêmico-Científicas dos Discentes. Faculdade Araguaia. Goiânia, GO, 2015. Disponível em: <https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/anuario/article/download/276/249>>. Acesso em: 26 de nov. de 2020.
- SOUZA, M. E. do. P. **Família/Escola: A importância dessa Relação no Desempenho Escolar**. Programa de Desenvolvimento Educacional PDE. Santo Antônio da Platina. Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.
- TAVARES, R. L. F; MELO, A. C. C. de ; SANTOS, P. A. S. da C. **Relação Família e Escola e a Importância desta Parceria na Aprendizagem das Crianças**. Centro de Estudo e Educação e Linguagem. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, PE, 2015. Disponível em:

<<https://www.ufpe.br/documents/39399/2406246/TAVARES%3B+MELO%3B+SANTOS++2015.1.pdf/a5714f86-eb66-46a4-a818-d2a7c0b6b292>>. Acesso em: 25 de nov.de 2020.

Metodologia da pesquisa. Certificação Digital Nº 0610578/CA. PUC. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25742/25742_5.PDF>. Acesso em: 01 de fev. de 2021.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2006.

ARROYO, M.G. **Ofício de Mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

ASSUNÇÃO, E. ; COELHO, M.T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasília: Distrito Federal: Senado, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

_____. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

CASTRO, Jane M; REGATTIERI, Marilza. **INTERAÇÃO ESCOLA-FAMILIA: subsídios para práticas escolares**, Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Capítulos IV e V

CHRAIM, A. de M. **Família e escola: A arte de aprender para ensinar**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2009.

CUBERO, R. **Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros**. In; COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação**. V. 1. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1995.

ESTEVES, J. M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Participativa da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1995.

GAGNÉ, R. M. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1974.

MACEDO, R.M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MALAVAZI, M. M. S. **Os pais e a vida escolar dos filhos**. 2000. 320 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MIGUEL, L. O. dos S. ; BRAGA, E. R. M. **A importância da família no processo de aprendizagem, visando ao sucesso escolar**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995

PARO, V. H. **Qualidade do Ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Editora Xamã, 2000.

_____. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

PRADO, D. **O que é família**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

REIS, R. P. **In. Mundo Jovem**, nº. 373. Fevereiro, 2007.

SANTOS, R. C. do E. **Desafios na formação do educador: Retomando o ato de educar**: 4. ed. São Paulo: Editora Ágora, 2012.

SILVEIRA, L.M de O. B; WAGNER A. **Relação família-escola: praticas educativas utilizadas por pais e professores**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Volume 13, Número 2, Julho/Dezembro de 2009, p. 283-291.

SOARES, A. F. **A participação da família no processo ensino-aprendizagem**. Alvorada, 2010.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Plano, 2001.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. 41. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Editora Libertad, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____. **A Formação Social da Mente**. Trad.NETO, J. C. et alii. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984.

_____. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Livraria Martins
Fontes, 2007.

AUTISMO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Maria Cristina Leandro da Cruz – UNIESP
Ivanildo Félix da Silva Júnior - UNIESP

1 INTRODUÇÃO

O Autismo é conhecido cientificamente como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e se caracteriza por meio de problemas de socialização, comunicação e comportamento sendo diagnosticado a partir dos 2 a 3 anos de idade. Esta síndrome afeta a vida social das crianças, porque as mesmas passam a apresentar dificuldades de linguagem, expressão de sentimentos e ideias, dificuldades de estabelecer contato visual e desenvolvimento de movimentos estereotipados ou repetitivos.

Como não conseguem expressar emoções, estas crianças, no ambiente escolar, enfrentam muitas dificuldades, inclusive de aprendizagem, sendo necessária à intervenção de uma equipe multidisciplinar para que a criança consiga avançar e se desenvolver, apesar das suas dificuldades.

De acordo com Rodrigues (2010), a maioria dos autistas chegam a maior idade apresentando problemas básicos de linguagem e comportamento, transtornos de personalidade, problemas afetivos sociais e catatonia. No entanto, alguns destes comportamentos vão surgindo e desaparecendo ao longo da vida do autista.

Quanto às intervenções do professor na escola, Rodrigues (2010) aponta que é necessário que o professor realize um planejamento pedagógico individual para o portador de Autismo, levando em conta suas individualidades. Também define que a presença da família na escola contribui com o desenvolvimento do trabalho educativo, porque, além da escola, o autista precisa fazer as terapias e ter o acompanhamento de outros profissionais na área da psicologia, psiquiatria e neurologia.

Vale destacar que nem todos os autistas possuem a necessidade da ação medicamentosa. O professor tem um papel fundamental na educação da criança autista na escola, porque é a partir do trabalho pedagógico desenvolvido por ele, tendo o apoio multidisciplinar, que o aluno com autismo conseguirá avançar.

Desta forma, questiona-se qual o papel do professor na educação do autista e para tal feito o presente trabalho tem como objetivo geral reflexões sobre o papel do professor na educação de crianças com autismo e como objetivos específicos elencou-se: compreender o autismo e suas características, e identificar na literatura autores que tratem do papel do professor na educação da criança autista.

A escolha deste tema se deu a partir de nossa experiência com a educação de uma criança autista na escola em que atuamos como professora. Muitos estudos apontam para a necessidade de reflexão sobre a função da escola e, conseqüentemente, do professor durante o processo de educação da criança com autismo sendo, portanto, extremamente importante que se discuta este tema, para que possamos refletir sobre o papel do professor neste sentido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUTISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O autismo engloba uma série de características comportamentais e entre as dificuldades persistentes neste tipo de transtorno estão à comunicação e a interação social em diferentes contextos. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), entre os Déficits destacam-se: o da reciprocidade socioemocional, caracterizado pela dificuldade de estabelecer diálogo e o compartilhamento dos interesses emoções ou afeto; os comportamentais comunicativos, que se caracterizam pela dificuldade de expressão verbal e não verbal ou por meio da anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou pela ausência das expressões faciais; o de desenvolvimento, que envolve a dificuldade em manter e compreender relacionamentos, ajustar o comportamento ao contexto social e dificuldades nas brincadeiras imaginativas ou de conviver e brincar com seus pares.

As crianças com o transtorno do autismo apresentam padrões de comportamento restritos e repetitivos, movimentos motores ou uso de objetos de forma giratória, rigidez das rotinas e costumes, dificuldade de lidar com o não, apego ou preocupação com objetos incomuns e a hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais. Além de todas estas características, o transtorno autista causa prejuízos no desenvolvimento intelectual. (Cf. FERNANDES, 2017).

Varella (2011) destaca que

O diagnóstico do autismo é clínico e é realizado através de observações direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis e geralmente os sintomas do autismo se apresentam entre dois e três anos de idade e destaca ainda que o TEA caracteriza-se como distúrbio que pode variar do grau leve ou severo, sendo considerado como limitrofia, em casos leves podendo ser diagnosticados em indivíduos com traços artísticos, ou em portadores da síndrome de Asperge, considerada um tipo de autismo com inteligência normal (VARELLA, 2011, online).

O autismo se apresenta nos primeiros anos de vida por meio de dificuldades na comunicação, na falta de interação social, sensibilidade a sons e dificuldade de degustar alimentos sólidos. Outra característica é o retardo ou irregularidade no desenvolvimento motor.

Ainda conforme o autor, no terceiro ano de vida da criança ela demonstra indiferença ao contato social, não se comunicando verbalmente, alinhando objetos, rangendo dentes, arranhando superfícies ou apresentando um olhar distante ou fixo. Também demonstram hiperatividade e ausência do contato visual. Entre os quatro e cinco anos, a criança desenvolve problemas na linguagem, ausência ou limitação desta, tem resistência às mudanças e apresenta movimentos estereotipados.

Na área das relações sociais, estas crianças apresentam dificuldades na interação, que as conduz ao isolamento, dificuldades de interação, ansiedade excessiva, dificuldades de entender seus sentimentos, de compreender limites pessoais e fazem uso de expressões faciais inadequadas ao contexto.

Quanto à linguagem, segundo Papim e Sanches (2013), crianças autistas apresentam um quadro de ecolalia, inversão pronomes, dão respostas fora do contexto da pergunta, não compreendem as nuances da língua, como sarcasmos ou provérbios. Os autores destacam que esta dificuldade afeta diretamente a vida dos autistas principalmente no contexto escolar e na vida em sociedade.

A dificuldade de comunicação é um obstáculo que afeta diretamente a vida destes indivíduos sendo, portanto uma dificuldade que gera uma série de implicações para os alunos com TEA. Além da dificuldade de comunicação os autistas acabam criando sua própria forma de interação com o mundo fixando o olhar em objetos e coisas que lhe chamam atenção, pois uma das características dos autistas, quando manipulam objetos, é o hábito de enfileirá-los ou girá-los durante um longo período de tempo, demonstrando preferência por cores e formas circulares, e organização extrema.

Outra característica presente nestas crianças são os comportamentos estereotipados e repetitivos, tais como: pular, balançar o corpo e os membros inferiores e superiores, agitar os dedos e fazer caretas. Esses comportamentos tendem a estimular brincadeiras preconceituosas entre as outras crianças, por ignorância, no sentido da não compreensão do drama pelo qual essas crianças passam.

O transtorno do espectro autista (TEA), do qual aqui nos referimos, diz respeito a um grupo específico de distúrbios relacionados ao desenvolvimento psíquico-neurológico, que se dá de maneira relativamente precoce, caracterizado, a princípio, por um conjunto de comprometimento relacionados às habilidades de interação social, que afetam mais significativamente a comunicação, e comportamentos estereotipados.

Oliveira e Sertié (2017) nos diz que,

Embora definido por estes principais sintomas, o fenótipo dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual (DI) grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal, que levam uma vida independente (OLIVEIRA; SERTIÉ, 2017, p. 234).

Diante do exposto, observa-se que existem diferentes níveis de TEA e cada um tem suas características e proporções. Estudos recentes já apontam que o autismo pode ter origem de ordem genética, heterogênea e complexa, com diferentes padrões de herança e variantes genéticas causais.

Praça (2011) destaca que a criança com autismo tem seu próprio mundo interior, o que o leva a fugir de qualquer tipo de interação devido a sua dificuldade de se relacionar e de se comunicar com outras pessoas. Este mundo interior por vezes não compreendido existe e precisa ser respeitado desta forma será possível interagir com os autistas e compreender a forma que eles enxergam o mundo.

Diante deste entendimento, o autista apresenta este comportamento por não saber exteriorizar seus sentimentos e compreender os sentimentos das outras pessoas. Esse isolamento, neste sentido, representa a dificuldade de interação social e de comunicação destes indivíduos.

Mello (2004) destaca a tríade de dificuldades que os autistas apresentam, sendo elas: i. a dificuldade de se comunicar de forma verbal e não-verbal, a dificuldades de socializar e a dificuldade para usar a imaginação por meio da rigidez

e da inflexibilidade, comportamentos obsessivos e repetitivos. Estas dificuldades supracitadas pelo representam as características comuns entre as pessoas autistas e afetam diretamente a qualidade de vida e desenvolvimento destes indivíduos.

Aguiar (2009), por sua vez, define que o diagnóstico das pessoas com suspeita de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) precisa ser feito por meio de uma equipe multiprofissional e, a partir deste diagnóstico, avaliar o comprometimento e nível funcional do indivíduo para que se possa formular um Projeto Terapêutico Singular (PTS).

De acordo com Beltrame (2018), após feito o diagnóstico, o procedimento mais adequado que a criança autista tenha o tratamento indicado para o seu perfil, de maneira que os efeitos do autismo sejam amenizados e a criança consiga ter uma maior qualidade de vida. Este tratamento deve ser realizado por meio de uma equipe composta por médico, fisioterapeuta, psicoterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista e fonoaudiólogo.

Entre os tratamentos indicados, citados pela pediatra, estão o uso de remédios para combater os sintomas de agressão, hiperatividade, compulsividade e dificuldade para lidar com a frustração; uma alimentação adequada, à base de alimentos orgânicos, antioxidantes e ômega 3; acompanhamento com fonoaudiólogo; musicoterapia, psicoterapia; psicomotricidade e equoterapia.

Todos estes tratamentos contribuem para o desenvolvimento do autista ajudando-o em suas dificuldades sendo assim, o diagnóstico precoce é o melhor caminho para que estes indivíduos tenham a oportunidade de superar suas dificuldades. Como se sabe, os tratamentos são parte da rotina do autista e devem necessariamente fazer parte de sua vida para que o processo de inclusão seja efetivo. Os pais e cuidadores destas crianças precisam possibilitar a estas a oportunidade de ampliar suas relações sociais e afetivas através das psicoterapias.

A terapia ocupacional segundo Vichessi (2019) ajuda o autista a lidar com as sensações e situações cotidianas, pois este profissional ajuda o autista a desenvolver as habilidades necessárias para o processo de ensino e aprendizagem, pois o terapeuta ajuda por meio de atividades lúdicas o autista a interagir melhor com o meio e a realizar as atividades. O terapeuta ocupacional pode optar trabalhar através de especialidades e abordagens específicas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), o modelo Denver, o modelo Floortime ou a

Integração Sensorial. Esta abordagem ajuda os alunos a absorver melhor a aprendizagem e a dar respostas mais adequadas ao que lhe é ensinado.

Diante do exposto vale destacar que o acompanhamento adequado é um direito do autista e devem ser priorizados pela família estes cuidados para que a criança consiga alcançar a aprendizagem independentemente de suas dificuldades. É preciso que a família seja parceira da escola e busque alternativas para que as crianças com TEA consigam se desenvolver na escola.

2.2 DIREITOS DO AUTISTA

A LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu Art. 1º, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, definindo que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Nesta Lei, também é considerado com transtorno do espectro autista o indivíduo que possui problemas persistentes e significativos na comunicação e nas interações sociais, manifestadas através da deficiência na comunicação verbal e não verbal, na dificuldade de estabelecer relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, na persistência de padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, na presença de comportamentos motores ou verbais estereotipados, no excesso de aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

Esta Lei, na teoria, garante aos indivíduos com autismo a atenção integral as suas necessidades de saúde através do diagnóstico, atendimento multiprofissional, acesso a medicamentos e nutrientes, à educação inclusiva nas escolas de ensino regular, a participação e preparação para o mercado de trabalho, o incentivo à capacitação dos profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis. Também é garantido o estímulo à pesquisa científica, para que se possa compreender melhor as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Observa-se que esta LEI garante às pessoas com autismo, absolutamente, os mesmos direitos que recaem sobre as pessoas com outras espécies de deficiências, além de incentivo à formação e capacitação dos profissionais para atender as pessoas com autismo, bem como o diagnóstico precoce.

No Art. 3º são definidos os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, a saber:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Esta Lei assegura aos autistas os direitos essenciais à vida e a dignidade, moradia, saúde, educação, medicação e inserção no mercado de trabalho. Estes direitos foram resultado das lutas das famílias das crianças com autismo e representam a importância do olhar atento da sociedade para estes indivíduos, que necessitam de assistência adequada e de oportunidades para poderem se desenvolver.

Diante destes direitos os autistas têm a necessidade do acompanhamento contínuo e sistemático para que ele se desenvolva adequadamente e tenha possibilidades de avançar na escola e na vida. O autista conforme a LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 têm direito a adaptação curricular, ao transporte para a escola, a cuidadores e professores capacitados, a não discriminação, a ser atendido primeiro em hospitais, clínicas e repartições como bancos entre outros.

Na escola o gestor escolar, ou autoridade competente não pode recusar matricular o aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, podendo ser punido com multa de três a vinte salários-mínimos e em casos de reincidência deverá perder o cargo. Estes e outros direitos são conquistas da sociedade e da família em prol destes alunos sendo, portanto necessário que a escola e a sociedade como um todo reconheça estes direitos executando-os na escola e garantindo uma verdadeira inclusão escolar.

Santos (2018, p.7) destaca que: “A educação é um direito fundamental,

disponível, acessível, aceitável e adaptável”. Ou seja, toda a criança seja ela autista ou tendo seja qual for à deficiência, têm direito a uma educação inclusiva que respeite suas limitações e dificuldades. A adaptação curricular nestes casos é fundamental para que o processo de inclusão escolar se efetive. Esta conquista é um direito adquirido que não pode ser violado nem desprezado na sociedade. É importante perceber que o autista deve ter as mesmas oportunidades de qualquer indivíduo, pois ela também é um ser de direitos.

Infelizmente vivemos em uma sociedade excludente que ainda não aprendeu a respeitar as diferenças nem sabe conviver com elas. É preciso que se tenha uma maior consciência sobre ser cidadão e sobre direitos para que ninguém tenha a sua dignidade violada seja na escola, no trabalho, ou na família.

Maliksca (2001) destaca que incluir significa dar acesso a todos à educação democratizando o ensino e garantindo a permanência da criança na escola a partir da aceitação das diferenças e da redução das desigualdades. É claro que este movimento em prol da inclusão embora seja e esteja garantido em forma de Lei, ainda passa por muitos obstáculos, pois existem preconceitos que minam a proposta inclusiva. Professores despreparados, escolas que não estão adaptadas à realidade destas crianças, falta de recursos e de apoio à família e aos alunos com autismo são apenas algumas das dificuldades enfrentadas na escola.

Santos (2018) aponta que se faz necessário uma análise multidisciplinar para que a atuação do Poder Judiciário corresponda ao bem estar e desenvolvimento desse sujeito. Ele define que não é apenas colocar o aluno autista na escola, mas dar a ele condições para se desenvolver dentro dela. Esta é a maior questão do direito, a luta para que ele seja verdadeiramente honrado e respeitado no âmbito da escola. Sem sombra de dúvida é preciso que haja um movimento contínuo em prol da educação destas crianças para que, elas consigam aprender e se desenvolver na escola.

Diante destas visões a inclusão é um direito que só pode ser efetivado quando existem condições propícias para que a criança com autismo permaneça na escola aprendendo e interagindo constantemente.

Borgonhone e Moraes (2018) destacam que a dignidade da pessoa humana é um direito fundamental que deve ser respeitado em todos os âmbitos da sociedade. No tocante da escola a dignidade da pessoa com autismo é respeitada quando ela

tem a oportunidade de aprender. É necessário que este direito se efetive através da adaptação do currículo e das ações pedagógicas. O respeito é a base para uma educação mais digna e para a criança com autismo este direito é essencial. É preciso que a sociedade não apenas conheça os direitos do autista, mas lute por eles garantindo um desenvolvimento adequado e mais eficaz.

Nesta direção só se efetiva um direito quando ele acontece e no caso da educação do autista ele só é possível quando há um trabalho ético, verdadeiro e real. Diante disso o direito a um diagnóstico, ao tratamento adequado, a participação familiar na escola, à adaptação do currículo, ao atendimento na saúde é necessária para garantia da dignidade da pessoa com autismo.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO

A inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista na escola representa uma necessidade demandada pela sociedade e uma realidade vivida por muitos professores nos tempos atuais. Neste contexto, é preciso se repensar o papel do professor diante dos desafios que estas crianças representam para a maioria dos professores, que não receberam formação específica para conduzir o aprendizado dessas crianças.

Barbosa et al (2013) destaca que o professor precisa oferecer um suporte pedagógico sólido por meio da qualificação e dos conhecimentos de metodologias adequadas para contribuir com o processo educativo do autista, respeitando suas limitações e superando suas dificuldades.

Nesta direção, só se pode pensar em inclusão a partir de uma profunda reflexão acerca das possibilidades de adaptação do currículo para que o processo de ensino aprendizagem seja, de fato, inclusivo para as crianças autistas na escola, do contrário, permaneceremos brincando de inclusão, amontoando essas em salas de aula do ensino regular, sem que o desenvolvimento de habilidades e competências ocorram efetivamente.

Neste sentido, o professor deve buscar se preparar adequadamente para atender esse tipo de público específico, através de cursos de formação continuada especializados, onde possa se apropriar de metodologias adequadas para atender a realidade destes alunos. E o Estado deve ser o maior aliado dos professores nesse contexto, ofertando não somente a necessária formação especializada aos

profissionais atuantes na rede pública de ensino, mas também o suporte, de fácil acesso pelo professor e familiares, de uma equipe multidisciplinar composta por médico, fisioterapeuta, psicoterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista e fonoaudiólogo.

Esse processo inclusivo apontado por Barbosa (2013) se mostra eficiente porque é baseado na construção efetiva de uma educação de qualidade, que contemple propostas e ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento do autista na escola e não apenas a inserção dele na sala de aula regular. É preciso que o professor tenha um olhar atento sobre as necessidades deste aluno e domine os métodos e técnicas que favorecem sua aprendizagem. Infelizmente, por se tratar de um grupo minoritário de sujeitos, os cursos de formação dos professores não oferecem o suporte necessário para que o professor enfrente os desafios de uma educação inclusiva voltada às necessidades de crianças portadoras de TEA, sendo, neste sentido, extremamente necessário uma formação complementar e contínua, tendo em vista a complexidade e diversidade dos alunos inseridos na escola (Cf. MELO, 2008).

O movimento a favor da inclusão impulsionado pela Declaração de Salamanca e aprovada pelos representantes de vários países e organizações internacionais, em 1994 defende que:

A escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p.6).

Consonante à Declaração de Salamanca, a escola precisa atender e se ajustar a todas as crianças e, neste sentido, o professor tem um papel essencial, que é o de promover a inclusão dentro da escola. Vale ressaltar, no entanto, que esta responsabilidade não é exclusiva do professor, mas solidária entre os diversos agentes públicos (secretarias de educação, de saúde, ministérios públicos de educação etc.) e sociais (família, associações defensoras dos direitos humanos etc.)

Em seu Art. 59, a LDB, lei no. 9.394/96 (BRASIL, 1996, p.25), define que os sistemas de ensino “[...] assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...]” currículos adaptados, uso de recursos adequados e materiais para atender as suas

necessidades, terminalidade específica para os alunos que não conseguem concluir o ensino fundamental, devido às suas dificuldades, e programa escolar diferenciado para os alunos superdotados.

Além destes direitos, também é garantido aos autistas a inserção no mercado de trabalho, a integração nas classes regulares, professores com especialização adequada em nível médio e superior, inserção na sociedade e acesso igualitário aos programas e benefícios sociais suplementares disponíveis para o nível do ensino regular.

De acordo com o exposto na LDB, o trabalho pedagógico realizado na escola precisa contemplar as individualidades dos alunos com deficiência, por meio da adaptação dos currículos, dos métodos, técnicas, recursos educativos e organização, que atenda às necessidades destes alunos. Nesse entendimento, o professor tem um papel importante enquanto agente ativo no processo de formação educacional, porque ele é o mediador do conhecimento na sala de aula e o responsável por pôr em prática a proposta de ensino da rede em que atua.

Farias, Maranhão e Cunha (2008) destacam que a escola que busca, verdadeiramente, promover a inclusão precisa adaptar o currículo e o ambiente físico às necessidades de todos os alunos e, conseqüentemente, mudar o paradigma dentro do próprio contexto educacional. Afirmam, ainda, que a relação professor-aluno com deficiência precisa ser respaldada na identidade afetiva, no respeito e no estímulo positivo, para que o aluno se desenvolva em suas possibilidades e potencialidades, e seja exemplo dentro da sala de aula.

A forma como o professor adequa seu planejamento e busca incentivar os alunos com deficiência fará com que os demais alunos também passam valorizar e respeitar os colegas que apresentam limitações e/ou dificuldades, criando, assim, toda uma rede de solidariedade, efetivando a inclusão como um todo na escola. Nesta direção o professor é aquele que media a aprendizagem e contribui com a socialização dos alunos com os alunos com TEA mostrando que nossas diferenças nos completam e não nos afastam.

Nesta direção o processo inclusivo conforme os autores acima citados dependem da participação efetiva dos professores junto a equipe técnica e multidisciplinar. É preciso que se favoreça a adaptação do currículo e da

metodologia utilizada pelo professor para que, o aluno com autismo, consiga avançar e aprender apesar de suas limitações.

Bosa (2006) destaca que o planejamento do professor para atuar junto ao aluno com autismo precisa ter uma estrutura que respeite o desenvolvimento do aluno, priorizando as suas dificuldades na fala, interação social mediada pela linguagem, concentração, entre outros.

O planejamento do professor, neste sentido, deve ser flexível e reflexivo, para que o aluno com autismo consiga avançar. Nesta perspectiva as aulas devem ser planejadas e pensadas também para estes alunos que apresentam esta tríade de dificuldades para que estes sejam de forma efetiva incluídos na escola.

Não obstante, deve-se considerar o professor como um adulto importante e mais experiente que tem papel fundamental no desenvolvimento da criança, sobretudo aquela com autismo, visto que pode facilitar a apreensão por ela dos diferentes aspectos do contexto onde ela está inserida (FARIAS; MARANHÃO; CUNHA, 2008, p.367).

O professor, neste sentido, tem um papel muito importante para o desenvolvimento do autista, porque é ele quem vai mediar o acesso deste aluno ao conhecimento e observar o nível de desenvolvimento intelectual proximal para, então, poder avançar, conduzindo-o a uma aprendizagem significativa. O professor neste entendimento é o responsável por mediar o ensino garantindo mais igualdade e inclusão na escola.

Borba e Barros (2018) definem que é preciso estabelecer um programa de ensino, para que os alunos com autismo desenvolvam a aprendizagem, e definem que estes devem ser formulados baseados nas necessidades destes alunos e na superação das suas dificuldades. O ensino destas crianças é um processo lento e gradual, que exige por parte do professor dedicação e percepção sobre os avanços e retrocessos do programa.

As intervenções pedagógicas, que resultem de um adequado planejamento, devem priorizar o desenvolvimento das habilidades de linguagem e de interação social, áreas a vida em sociedade que representam as maiores dificuldades enfrentada por estes alunos, dentro e fora da escola. É preciso pensar em estratégias pedagógicas que valorizem a autonomia destes alunos e possibilitem o seu desenvolvimento.

Um dos desafios dos programas de intervenção é identificar quais as prioridades do aluno e como podem ser superadas as suas barreiras de comunicação e participação. O reforço positivo é uma ação que deve ser implementada todas as vezes que o aluno autista obtiver êxito em alguma atividade proposta, mostrando para ele que aquele avanço é significativo.

Lembre-se de reforçar positivamente toda vez que a criança acertar, elogiando com entusiasmo, sorrindo, fazendo carinho, realizando uma brincadeira ou entregando um brinquedo. Algumas crianças ainda são sensíveis a elogio ou não possuem interesse em brinquedos o reforço pode ser um pequeno pedaço de algo que ela goste de comer, ou breve contato físico na forma de um carinho, cosquinhas, abraço, juntamente com o elogio (BORBA; BARROS, 2018, p.20).

De acordo com as autoras, o reforço positivo, tanto de linguagem, quanto de interação é importantíssimo para o desenvolvimento da criança autista e, neste sentido, a manifestação de afetividade por parte, primeiramente, do professor (e extensivo à toda a comunidade escolar), o jeito de olhar e incentivar os alunos desempenha um papel extremamente importante em todo o processo de desenvolvimento sociocognitivo destas crianças, pois, dependendo da forma como o professor lida com as respostas de um aluno autista, ela poderá ou não se desenvolver.

Em meio às dificuldades de comunicação, interação e comportamentos estereotipados, o professor precisa encontrar, junto a estes alunos, uma forma de ajudá-los a lidar com suas dificuldades e pensar em um programa que contemple a superação das mesmas se faz necessário.

Conforme Alves (2016), as estratégias metodológicas utilizadas pelo professor devem contemplar a superação das dificuldades apresentadas pelos autistas, dando condições para que os mesmos consigam adquirir conhecimentos e minimizar os efeitos das áreas comprometidas.

As práticas pedagógicas devem contemplar estratégias, meios e formas que promovam a interação e a mediação por meio da sensibilização, para que o aluno com necessidade educacional especial tenha um ambiente acolhedor e propício, levando-o, desta forma, a permanecer na escola e alcançar o sucesso esperado (CHICON; SÁ; FONTES, 2013).

Diante da fala de Chicon, Sá e Fontes (2013) acolher os alunos com TEA fortalece os vínculos, faz com que os outros alunos da classe reconheçam a

importância da não discriminação, leva os professores a desenvolver estratégias eficazes com estes alunos a fim de fazer com que estes avancem na escola e em suas relações sociais.

As estratégias utilizadas pelo professor devem levar em conta as necessidades educativas dos alunos com deficiência, para que possam promover uma educação eficaz por meio da implantação de métodos e técnicas que favoreçam a aprendizagem destes alunos. Nesse contexto, as estratégias de ensino vêm se mostrando eficazes e possibilitam a aquisição de habilidades básicas por parte destes alunos, superando, aos poucos, as dificuldades clássicas do transtorno do autismo.

É consenso entre os estudiosos da área que as crianças autistas conseguem desenvolver habilidades e competências relacionadas ao processo de construção de novos conhecimentos, possibilitando o aprendizado dos comportamentos mais complexos para aquisição dos conteúdos acadêmicos. O autismo, portanto, não pode ser mais visto como limitador da trajetória educacional formativa de crianças portadoras de TEA, sob o risco de se traduzir em mais uma forma cruel de preconceito excludente.

De acordo com Oliveira (2010), os programas educacionais para autista só serão eficazes se o professor adequá-los às necessidades individuais de cada sujeito com autismo e, nesse sentido, faz-se necessário estabelecer objetivos que estejam de acordo com a capacidade intelectual de cada aluno com autismo. Assim, “A intervenção educacional é tão importante quanto à terapêutica e deve complementá-la, pois além de desenvolver competências sociais e habilidades de linguagem e de comunicação é essencial para o avanço do seu aprendizado” (OLIVEIRA, 2010, p.57).

Mais uma vez, o professor é extremamente importante para que os alunos com autismo consigam superar as dificuldades, aprendam novas habilidades e construam novos conhecimentos. O professor é o mediador desta aprendizagem e tem a responsabilidade de zelar para que o processo inclusivo realmente aconteça dentro da escola, por meio de ações interventivas que garantam que este aluno faça parte do processo educativo, avançando e superando as dificuldades de comunicação e interação social.

Vale destacar que só é possível desenvolver um bom trabalho com alunos autistas tendo uma formação

adequada, pois é necessária a atualização dos professores e uma constante formação para que ele consiga compreender de fato as dificuldades de seu aluno e atuar de forma comprometida e eficaz junto ao seu processo de ensino e aprendizagem.

Nascimento, Nascimento e Santos (2017) destacam que uma das maiores dificuldades dos professores é a falta de uma formação adequada e de uma preparação para atuar com estes alunos e destacam também que a escola é um meio de socialização para estas crianças, no entanto, se faz necessário a intervenção do professor para que esta socialização se efetive.

Conforme os autores os professores possuem um papel fundamental neste sentido, pois estes podem ajudar os alunos autistas a perceberem melhor o mundo, a si mesmos e ao outro através das interações mediadas.

Caneda e Chaves (2015) apontam que os professores incluir implica uma postura ética, acolhedora, preparada e destemida dos professores diante dos desafios do autismo e enfatizam também a necessidade de uma preparação de qualidade para estes professores, pois a maioria deles não sabe ao certo como adaptar seus conteúdos curriculares diante das exigências do currículo escolar.

Vale destacar que o aluno com autismo tem uma série de limitações que impedem seu rápido desenvolvimento na escola. Infelizmente a inclusão escolar de crianças autistas implica revisitar concepções, o que exige do professor o equilíbrio e a postura ética na condução do seu ato educativo.

Diante deste contexto percebe-se que mesmo tendo disposição para receber o aluno autista na escola se faz necessário repensar as práticas educativas e todo o processo escolar para que de fato, a inclusão seja garantida.

Para Rosa et al. (2017), para que o professor consiga desenvolver a aprendizagem do aluno com autismo ele deve ter uma sala com boas condições materiais, ter um número de alunos reduzidos pois a agitação impede a concentração do aluno autista, ter a sua disposição materiais lúdicos e adequados para motivar este aluno nas aulas e, principalmente, ter um professor atento e ético comprometido com a aprendizagem e a inclusão destes alunos.

Embora os autores destaquem a importância do papel do professor também se faz necessário que os pais e responsáveis pelas crianças atuem de forma contínua em seu processo educativo ajudando a escola e garantindo a esta criança o direito a uma educação de qualidade voltada para atender suas necessidades.

Sem esta parceria entre pais e escola é impossível desenvolver práticas educativas que contribuam com o desenvolvimento destes alunos. Sendo assim, a parceria da família é essencial para que a educação das crianças autistas na escola regular se efetive.

Barbosa (2013) destaca que o processo de inclusão dos autistas na escola regular depende da parceria família e escola e não apenas da boa ação dos professores porque inclusão se faz de forma coletiva e continuada. É preciso que os pais e os professores compreendam que a parceria é eficaz e necessária, pois a autista precisa de apoio multidisciplinar e este apoio é buscado pelos pais junto a outros profissionais além dos muros da escola.

De acordo com Lopez (2011):

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo (LOPEZ, 2011, p. 16)

Lopez (2011) destaca bem a importância desta parceria e da participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo quando diz que é preciso que todos se conscientizem do seu papel na inclusão escolar para que a escola se torne verdadeiramente um lugar inclusivo. Nesta direção compreende-se que os professores precisam ter esta rede de apoio na escola para que o aluno com autismo consiga se sentir parte da escola.

Nunes (2011) reflete o papel do professor quando indica que o processo de inclusão depende de uma mudança de mentalidade, pois muitos professores que atuam nas escolas sentem medo ou não aceitam a inclusão devido a sua formação cultural e intelectual. O autor destaca que essa resistência muitas vezes é fruto da falta de conhecimento sobre o autismo e da falta de ajuda por parte da escola.

Nesta direção Pimentel e Fernandes (2014) destacam que os professores podem contribuir de forma efetiva com a inclusão dos alunos com autismo, no entanto destacam as dificuldades dos professores pela falta de especialização adequada para desenvolver um trabalho educativo que contemple as dificuldades envolvidas nesse espectro (comportamento, socialização e comunicação). Neste

sentido, a inclusão deste aluno exige professores qualificados, recursos materiais adequados, participação da família e da comunidade escolar e apoio aos professores, pais e alunos dentro da escola.

Diante destas dificuldades os professores acabam não conseguindo alcançar os objetivos propostos e muitos destes alunos acabam deixando a escola devido a falta de apoio familiar, da falta de recursos, infraestrutura e materiais adequados na escola.

Adurens e Vieira (2018) apontam que os professores não se sentem preparados para atuar junto ao aluno com autismo, pois em sua formação acadêmica esta formação acaba sendo ineficaz. Nos cursos de graduação, embora se fale em educação inclusiva, ainda se faz necessário uma especialização mais ampla neste sentido para entender a complexidade do trabalho com os autistas. Trabalho que exige por parte do professor além de compromisso e ética, o conhecimento científico necessário para que ele consiga planejar aulas que despertem os alunos fazendo com que estes participem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos de Oliveira (2010), Chicon, Sá e Fontes (2013) destacam a importância da inclusão dos autistas na escola através da criação de estratégias que contemplem suas dificuldades, garantindo, assim, mais inclusão e aprendizagem. Os autores enfatizam também a necessidade de se repensar as práticas cotidianas do professor em relação ao currículo da escola pois sem adaptação é impossível ter uma inclusão verdadeira.

Nesta concepção, Oliveira (2010) também vem enfatizar a necessidade de participação ativa dos professores e pais no incentivo à criança com autismo, para que ela consiga participar do processo educativo. Gomes (2007), por sua vez, vem enfatizar a importância de estabelecer estratégias eficazes e inclusivas no âmbito escolar, através de formação adequada dos professores, recursos materiais e participação efetiva de uma equipe multidisciplinar para dar suporte aos alunos com TEA.

Alves (2016) destaca bem esta realidade, quando afirma em seu estudo que os alunos com TEA possuem peculiaridades no tocante ao desenvolvimento da aprendizagem e precisam da adaptação curricular para que a inclusão seja efetiva e

favoreça a aquisição de novos conhecimentos. Todos os autores supracitados enfatizam a necessidade de adaptação curricular, qualificação especializada e participação efetiva dos professores, bem como a atuação de uma equipe multidisciplinar junto aos professores e familiares das crianças autistas.

Na mesma perspectiva, Borba e Barros (2018), Bosa (2006) e Farias, Maranhão e Cunha (2008) destacam a necessidade do reforço positivo quando a criança acerta, o incentivo, o lúdico e a adaptação de um currículo voltado para as características dos autista, respeitando suas limitações e favorecendo seu interesse e o desenvolvimento de suas habilidades.

Nascimento, Nascimento e Santos (2017), Caneda e Chaves (2015), Rosa (2017) destacam o papel do professor como mediador da aprendizagem e da socialização dos alunos com autismo indicando que, os professores tem um grande desafio na escola que é fazer com que os alunos autistas se sintam acolhidos, seguros e calmos no ambiente escolar para que consigam desenvolver alguma atividade na escola. De todos os desafios os autores destacam a necessidade de inserir estes alunos na escola de forma real, ativa e sempre participativa.

Todos os autores da pesquisa deixam claro que a inclusão das crianças autista na escola depende da participação ativa dos professores principalmente no tocante do planejamento das atividades que precisam ser adaptadas para a realidade dos alunos. Discutiu-se muito entre os autores o papel do professor na inclusão, pois ele é aquele que media o conhecimento e contribui para socialização dos alunos autistas na escola. Cabe a este, refletir constantemente sua prática pedagógica para garantir uma inclusão efetiva.

Diante destes achados, todos concordaram com a necessidade de intervenção multiprofissional, intervenção pedagógica através de adaptação do currículo e, principalmente, preparação adequada dos professores para acolher estes alunos de forma inclusiva é o caminho mais assertivo para garantir uma efetiva inclusão de crianças com TEA em salas de aula do sistema de ensino regular. Destaca-se também a redução de alunos na sala de aula que possuem autista, recursos materiais e a adaptação do currículo escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados na pesquisa bibliográfica observou-se que a inclusão das crianças autista na escola regular depende de uma série de fatores entre eles a formação adequada dos educadores, acesso a recursos materiais e participação e apoio de uma equipe multidisciplinar para dar suporte junto às ações da escola. Também se observou que ao longo do processo de inclusão dos alunos com TEA na escola se percorreu um longo caminho, mas que na atual conjuntura ainda há muitos desafios para professores e alunos dentro da escola.

A adaptação do currículo é uma delas, pois estes alunos dependem de uma educação inclusiva que favoreça seus saberes e priorize a superação de suas dificuldades de comunicação e socialização. É um trabalho que ainda exige a participação de todos, pois embora existam políticas públicas que incentivem a inclusão a realidade nas escolas ainda é desafiadora para pais, professores e alunos com TEA.

É preciso que este tema seja mais discutido no meio acadêmico e social para que o olhar sobre esta temática se amplie sendo, portanto necessário que haja mais publicações acadêmicas neste sentido a fim de conscientizar professores, futuros professores e profissionais e da educação sobre a importância da atuação do professor de forma efetiva neste processo através de formação continuada e de uma real preparação para atuar com, estes alunos. Além disso, é preciso que este aluno tenha o acompanhamento necessário para avançar em seus estudos e desenvolver sua aprendizagem, construindo sua autonomia gradativamente.

Entre os desafios encontrados pelos autores da pesquisa em relação ao professor e ao aluno com autismo estão a falta de recursos, a participação da família, o acompanhamento multidisciplinar, a formação continuada dos professores, a participação da comunidade em prol da inclusão, a redução dos alunos nas turmas que tem alunos com autismo, a adaptação do currículo, a mediação dos professores o planejamento dinâmico voltado a atender as especificidades destes alunos. Todos os autores concordam que é um desafio enorme incluir e indicam que o melhor caminho se faz com a união de todos em prol dos alunos com TEA.

Embora a existência das leis contribua para assegurar o direito dos alunos quanto ao acesso a educação e a aprendizagem, observaram-se que na prática as escolas ainda precisam se adequar a esta realidade por meio de formação

continuada para os professores, a existência de materiais didáticos pedagógicos que auxiliem esses alunos, da existência de outros profissionais na equipe técnica da escola como psicólogos e psicopedagogos para orientar os pais e os professores, e a partir da medição dos professores para ajudar na socialização destes alunos.

Observou-se que a participação da família e de uma equipe pedagógica atuante contribui positivamente no processo de aprendizagem, bem como a realização da adaptação no currículo e nas atividades. Um planejamento adequado contribui para inclusão destes alunos sendo, portanto, tarefa do professor adequar seu plano ao aluno com TEA para que este também encontre o suporte e o apoio necessário.

Embora as leis estejam prontas para assegurar os direitos do autista ainda há muito a se fazer principalmente no contexto educacional, pois muitos professores ainda não estão preparados para receber estes alunos bem como as escolas. Ainda há, infelizmente, escolas que se negam a matricular estes alunos alegando que se faz necessário uma pré-avaliação.

Ainda há muito preconceito na sociedade, que precisa ser superado. Desta forma, é preciso discutir mais estas questões no meio acadêmico, para que cada vez mais educadores consigam compreender a necessidade de uma educação mais inclusiva, na perspectiva dos professores e da sociedade como um todo.

Já está mais do que claro que não basta boa vontade, por parte dos professores e de toda a equipe pedagógica escolar, para que alcancemos um padrão de inclusão educacional de crianças portadoras de TEA, garantindo um mínimo de qualidade formativa. Definitivamente, não se faz educação de qualidade apenas com políticas públicas que, no final das contas, não saem efetivamente do papel, por esbarrarem na falta de recursos públicos ou, o que é pior, no desvio dos recursos destinados à educação.

Antes, é preciso elevar a educação, como um todo, ao patamar de prioridade, em todas as esferas do poder público (executivo, legislativo e judiciário) e da sociedade, pois enquanto perdurar esta realidade de relativismo em relação à educação, que baliza os discursos sociais, construindo ideias cruéis do tipo, a escola pública: não tem qualidade; é um campo de doutrinação, a gente vai continuar alimentando, no imaginário coletivo, a ideia de que a escola pública é um lugar com

cuidadores pagos pelo estado para ficarem com os filhos autistas de famílias coitadinhas.

Se há uma vítima da crueldade das relações sociais, esta é a criança autista, não propriamente sua família, pois se há legislação, como nos esforçamos em demonstrar ao logo deste estudo, não há motivos para que as famílias se anulem, no que diz respeito aos direitos de suas crianças autistas, em função do comodismo de um serviço público escolar mal prestado, onde o objetivo pedagógico de desenvolvimento sociocognitivo das crianças com autismo tende a não ser alcançado, seja em função da má formação dos professores pelas universidades, seja pela negligência da autoridade pública, que não investe adequadamente na estrutura física de seus estabelecimentos de ensino e na formação continuidade de seus professores.

REFERÊNCIAS

ADURENS, Fernanda Delai Lucas; VIEIRA, Camila Mugnai. **Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica**. Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv. São Paulo, v.18 n.2, jul./dez, 2018.

AGUIAR, Vinicius. **Introdução a algumas escalas de avaliação relacionadas ao espectro do autismo**. 2009. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/autismo/escalas/> Acesso em janeiro de 2021.

ALVES, L. B. **Estratégias metodológicas no ensino de ciências e biologia para alunos com diagnóstico de autismo**. 64f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016.

BARBOSA, A. M. et al., **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo**. XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23/09 a 26/09/2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7969_6165.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

BELTRAME, W. A. R et al. **Aventura Matemática**. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE), Fortaleza, Ceará 7, 2018.

BORBA, Marilu M. C.; BARROS, Romariz S. **Ele é autista: Como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico-comportamental ao autismo**. 2018. Disponível em: <http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/1521132529400bef4bf.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Rev. Bras. Psiquiatr. [online]., v.28, n.1, p 47-53, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.

_____. **Lei 12.764 de 27 de Dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. **Lei 13.146 de 06 de Julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CANEDA, C. R. G; CHAVES, T.M.L. **A percepção do professor e do tutor frente à inclusão da criança com autismo no ensino regular.** Aletheia, Canoas, v. 1, n .46 Canoas, 2015.

CHICON, José Francisco; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de; FONTES, Alayne Silva. **Atividades lúdicas no meio aquático:** possibilidades para a inclusão Revista Movimento v. 19, n. 2, abr./jun. 2013.

FARIAS, I.M.; MARANHÃO, R.V.A.; CUNHA, A.C.B. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva:** análise do padrão de medição do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada. Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v. 14, n.3, p. 20, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300004 Acesso em: Jan. 2021.

FERNANDES, L., **Perfil do uso de Medicamentos em Pacientes Autistas Acompanhados na APAE de um Município do Interior da Bahia.** Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 11, n. 35, p. 301-316, 2017.

GOMES, Souza. **O lugar do sujeito na inclusão escolar: percalços e fracassos nas relações de subjetivação.** 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-03-24T061911Z1590/Publico/Claudia%20Gomes.pdf>. Acesso em: janeiro de 2021.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a Constituição.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2001. p. 220-221.

MARTINS, A. L. F. **Avaliação dos Distúrbios da Linguagem no Autismo Infantil. Covilhã:** FCSaúde – UBI, 2011. Dissertação (Mestrado em Medicina). Faculdade de Ciência da Saúde, Universidade da Beira Interior, 2011.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo:** guia prático. 7.ed .São Paulo: AMA ; Brasília: CORDE, 2007.

NASCIMENTO, M. A. DO; NASCIMENTO, A. A. B; SANTOS, R. D. **Autismo e o trabalho docente: reflexões sobre os desafios encontrados para a inclusão de uma autista na educação infantil.**2017. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br>. Acesso em fevereiro de 2021.

NUNES, S. M. **A concepção dos familiares, professores sobre a inclusão dos alunos com necessidade especiais na escola regular.** 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1240>>. Acesso em: 19 Maio 2020.

OLIVEIRA, K. G; SERTIÉ, A. **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético.** Einstein, São Paulo, v. 15 n.2, 2017.

PAPIM, A. A. P.; Sanches, K. G. **Autismo e inclusão:** levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em sua prática com crianças com Autismo. 84p. Monografia (Graduação em Psicologia) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, Lins-SP, 2013.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Miranda. **A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo.** Audiol., Commun. Res. São Paulo, v.19 n.2 Apr./June, 2014.

PRAÇA. É. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular.** 140 f. (Dissertação de Mestrado em matemática), Universidade Federal de Juiz de Fora-Juiz de Fora-MG, 2011.

RODRIGUES, J. M. C. **A criança autista:** Um estudo psicopedagógico. (org) – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

ROSA, A. P. M; et al., **O professor e a inclusão do educando autista na escola comum do ensino regular:** os desafios na prática Pedagógica. Memorial TCC – Caderno da Graduação – 2017. Disponível em: [Http://cadernotcc.fae.emnuvens.com.br](http://cadernotcc.fae.emnuvens.com.br). Acesso em fevereiro de 2021.

SANTOS, B. G. **A garantia do direito à educação da criança autista.** 2018. Disponível em: www.pucrs.br > direito > sites > 2018/09. Acesso em fevereiro de 2021.

VARELLA, Dráuzio. **Como diagnosticar o autismo na infância.** 2011. Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/videos-3/videos/o-espectro-do-autismo/> acesso em janeiro de 2021. Deve conter os resultados obtidos durante a pesquisa.

VICHESSI Beatriz. **Autismo:** como funciona e quais os benefícios da terapia ocupacional. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18085/autismo-conheca-como-funciona-a-terapia-ocupacional-para-criancas-com-autismo-e-quais-os-beneficios>. Acesso em fevereiro de 2021.

